

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional**

**MONOPARENTALIDADE FEMININA NO BRASIL:
DINÂMICA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES**

Márcio Mitsuo Minamiguchi

Belo Horizonte, MG
2017

MÁRCIO MITSUO MINAMIGUCHI

**MONOPARENTALIDADE FEMININA NO BRASIL:
DINÂMICA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Demografia, da Universidade Estadual Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Demografia.

Orientadora: Simone Wajnman
Co-orientador: Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Belo Horizonte, MG
2017

Ficha catalográfica

M663m Minamiguchi, Márcio Mitsuo.
2017 Monoparentalidade feminina no Brasil [manuscrito] : dinâmica das trajetórias familiares / Márcio Mitsuo Minamiguchi . – 2017. xii, 135 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Simone Wajnman.
Coorientador: Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (p. 113-120) e anexos.

1. Mulheres chefes de família – Brasil – Teses. 2. Demografia da família – Brasil – Teses. 3. Levantamento da vida familiar – Brasil – Teses. I. Wajnman, Simone. II. Rios-Neto, Eduardo Luiz Gonçalves. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.
CDD: 306.80981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – NMM/117/2017

Folha de Aprovação

O fato essencial é o seguinte: assim supõe a maioria de nós, houve uma célula primordial da qual, aos poucos, surgiu toda a vida. Segundo o melhor julgamento da biologia evolucionária darwinista, ela surgiu pelo fato de a natureza ter trabalhado sobre a vida com um cinzel terrivelmente cruel, que então cinzelou todas as coisas, que são adaptações e que admiramos na vida. Todavia, em contraposição a isso, podemos apontar um fato: a célula primordial ainda vive. Todos nós somos a célula primordial. Isso não é uma imagem, uma metáfora, mas é literalmente verdadeiro.

Karl R. Popper

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, Simone e Eduardo, pela acolhida, pela confiança e por todo o apoio e dedicação, que foram fundamentais para que eu pudesse, enfim, chegar até aqui. Agradeço pelo incentivo que me fazia aproximar novamente da minha tese todas as vezes em que me distanciava.

A todos os professores do CEDEPLAR, pelo aprendizado ao longo desses anos. Pelo crescimento técnico e intelectual que me possibilitaram, que me tornaram mais confiante a respeito de minhas próprias capacidades.

Aos meus pais, por toda uma vida, grande parte dela vivendo distante, mas que proporciona a grande alegria a cada retorno à casa. Agradeço a toda uma vida de oportunidades, de conquistas e de conhecimento.

Agradeço também a toda a minha família. Aos novos membros que nasceram, e que trouxeram uma sensação de um ambiente renovado, com novas alegrias. Àqueles entes queridos que partiram, com os quais desejaria compartilhar a alegria das conquistas presentes.

Às novas amigas ao longo desses anos de doutorado, que tornaram toda a experiência durante o curso muito mais agradável e divertida. Pelo apoio nos momentos difíceis, por termos podido crescer juntos ao longo desses anos, e pelos momentos de festa.

À UFMG, e todos os seus funcionários, pela estrutura e pela oportunidade de realizar este curso. Ao CNPQ e CAPES, pelo apoio financeiro. E ao IBGE, e meus companheiros de trabalho, pelo ambiente profissional, pelos novos desafios proporcionados, e por todo apoio.

RESUMO

Em uma abordagem demográfica, a forma como a população se distribui em diferentes categorias familiares, em um determinado período, podem ser pensadas como resultantes das experiências vivenciadas pelas suas sucessivas coortes em termos de trajetórias de formação de famílias. Tendo essa abordagem como cenário, esta tese procura analisar a monoparentalidade feminina como uma transição familiar, caracterizada por eventos que envolvem a entrada e saída para esse tipo de arranjo familiar no Brasil. Devido à escassez de bases de dados que permitam mensurar os processos de formação e de dissolução das famílias de forma direta, esta tese desenvolve uma forma de mensuração indireta, a partir dos dados disponíveis dos três censos demográficos brasileiros mais recentes, de 1991, 2000 e 2010. Além de estabelecer um método para mensurar a intensidade com que se dão os eventos da dinâmica monoparental, esta tese aponta para a não homogeneidade da monoparentalidade, pela importância do período e do contexto social nos quais ela ocorre. Por este motivo, faz-se necessária a análise dos diferenciais segundo categorias de nível de educação, como elemento essencial, buscando considerar de que forma a dinâmica familiar ocorre nos diferentes contextos.

Palavras chave: famílias monoparentais, estimativas indiretas, transição familiar

ABSTRACT

In a demographic approach, the way a population is distributed into different family categories in a given period may be thought as resulting from its successive cohorts' family formation experiences. From this perspective, this thesis aims to assess single motherhood as a family transition characterized by events related to its entry and exit into this family arrangement category in Brazil. Due to the lack of data bases designed to allow direct measuring of the families' formation and dissolution processes, this thesis develops an indirect measuring approach from 1991, 2000 and 2010's Brazilian demographic census available data. It establishes a method for measuring the lone parental dynamics intensity as well as it points the heterogeneity of single motherhood as a result of the time period and social context in which they take place. Therefore, a differential assessment is needed having the education background as an essential element in order to consider the way family dynamics occurs in these different contexts.

Keywords: single-mother families, indirect estimation method, family transitions

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema do curso de vida das famílias	28
Figura 2: Unidade Domiciliar Mínima e transições familiares	33
Figura 3: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 1991	41
Figura 4: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 2000	42
Figura 5: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 2010	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentual das mulheres de 20 a 39 anos de idade que vivem com o primeiro filho menor de um ano, segundo o tipo de família e condição de residência da família no domicílio por grupos de escolaridade. Brasil, 1991.	36
Tabela 2: Distribuição percentual das mulheres de 20 a 39 anos de idade que vivem com o primeiro filho menor de um ano, segundo o tipo de família e condição de residência da família no domicílio por grupos de escolaridade. Brasil, 2010.	37
Tabela 3: Idade média do filho mais velho das mulheres entre os 15 e 49 anos de idade nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução da mulher. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	51
Tabela 4: Idade média da primeira maternidade entre as mulheres nunca unidas de 15 e 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	53
Tabela 5: Taxa bruta de saída da monoparentalidade entre as mulheres nunca unidas. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	59
Tabela 6: Duração média do estado conjugal atual das mulheres de 15 a 49 anos de idade separadas, divorciadas ou viúvas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	66
Tabela 7: Taxa bruta de saída da monoparentalidade entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade uma vez unidas. Brasil, 1991, 2000 e 2010	74
Tabela 8: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de responsável por família monoparental, segundo 3 diferentes hipóteses de rotatividade da monoparentalidade. Brasil, 1991, 2000 e 2010:.....	81
Tabela 9: Taxa bruta de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	101
Tabela 10: Taxa bruta de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	101
Tabela 11: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de monoparental por nascimento fora de uma união, por ano, segundo nível de escolaridade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	103
Tabela 12: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de responsável por família monoparental, por ano e diferentes hipóteses de rotatividade, segundo nível de escolaridade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade na condição de responsáveis por famílias monoparentais, em relação ao total de mulheres, por idade. Brasil, 1991 2000, 2010.	39
Gráfico 2: Percentual de mulheres nunca unidas de 15 a 49 anos de idade na condição responsáveis por uma família monoparental, por idade simples. Brasil, 2010.....	47
Gráfico 3: Distribuição percentual dos filhos mais velhos que vivem em famílias monoparentais de mães nunca unidas de 15 a 49 anos de idade, por idade. 1991, 2000 e 2010.....	52
Gráfico 4: Taxas anuais de entrada para a monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	55
Gráfico 5: Taxa anual de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	58
Gráfico 6: Proporção de mulheres nunca unidas de 15 a 49 anos de idade na condição responsável por família monoparental, observada e estimada, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	59
Gráfico 7: Taxas acumuladas de entrada na monoparentalidade entre as mulheres nunca unidas, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	61
Gráfico 8: Percentual de mulheres de 15 a 49 anos de idade alguma vez unidas responsáveis por uma família monoparental, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	63
Gráfico 9: Tempo médio de duração do estado conjugal corrente entre as mulheres separadas, divorciadas ou viúvas de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais, por idade e nível de instrução. Brasil, 1991.....	65
Gráfico 10: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade separadas, divorciadas ou viúvas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o tempo de duração do estado conjugal corrente, por nível de instrução. Brasil, 1991.	67
Gráfico 11: Distribuição percentual da monoparentalidade, segundo seu tempo de duração, de acordo com o estado conjugal da mulher responsável. Brasil, 1991.	68
Gráfico 12: Proporção das mulheres alguma vez unidas responsáveis por famílias monoparentais, cujo estado conjugal corrente possui menos de um ano de duração, por idade simples. Brasil, 1991.	71
Gráfico 13: Taxas anuais de entrada para a monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	71
Gráfico 14: Taxa anual de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	72
Gráfico 15: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade alguma vez unidas, responsáveis por família monoparental, estimada e observada, por idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	74

Gráfico 16: Percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade que já estiveram na condição de monoparental por nascimento fora de uma união, entre aquelas que fizeram a transição para a monoparentalidade por dissolução no ano anterior, por idade simples. Brasil, 1991.	77
Gráfico 17: Razão entre as taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução entre as mulheres que já estiveram na condição de monoparentais por nascimento fora de uma união, e as taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união acumuladas até a idade x :	79
Gráfico 18: Taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples e segundo nível de instrução da mulher. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	86
Gráfico 19: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, segundo nível de instrução, em relação ao total de nunca unidas e sem filhos, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	87
Gráfico 20: Proporção de mulheres nunca unidas e sem filho, de 15 a 49 anos de idade, em relação ao total de mulheres, por idade simples e nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	88
Gráfico 21: Taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução da união entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples e segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	89
Gráfico 22: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade unidas e com filho(s) menor(es) de 18 anos, em relação ao total de mulheres, por idade simples e nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	90
Gráfico 23: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade em relação ao total de unidas e com filho menor de 18 anos, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	91
Gráfico 24: Taxas de incremento da monoparentalidade por dissolução de união, das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	92
Gráfico 25: Taxas de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	94
Gráfico 26: Taxas de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	95
Gráfico 27: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, com até o nível fundamental completo de ensino, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	97
Gráfico 28: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, com pelo menos um ano de escolaridade em nível médio, até o nível médio completo, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	97
Gráfico 29: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, com um ano ou mais de escolaridade em nível superior concluído, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.....	98

Gráfico 30: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com até o nível fundamental completo de ensino, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	99
Gráfico 31: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com pelo menos um ano de escolaridade em nível médio, até o nível médio completo, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.	99
Gráfico 32: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com um ano ou mais de escolaridade em nível superior concluído, por idade simples. 1991, 2000 e 2010.	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A MONOPARENTALIDADE	5
1.1 Tendências históricas de monoparentalidade	6
1.2 Formação de famílias na América Latina	9
1.3 Mudanças na vida das mães e dos filhos na análise da formação de famílias	11
1.4 Empoderamento ou feminização da pobreza	14
1.5 Contexto domiciliar e curso de vida	18
2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E CURSO DE VIDA	23
2.1 Análise do curso de vida das famílias na demografia	24
2.2 Definição das famílias monoparentais	30
2.3 Categorias de análise das trajetórias familiares.....	31
2.4 Monoparentalidade e transições familiares.....	34
2.4.1 Contexto de família e de domicílio na transição para o primeiro filho.....	35
3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	38
3.1 As possibilidades de análise das famílias monoparentais a partir dos últimos Censos Demográficos brasileiros.....	40
3.1.1 Tipos de entrada	43
3.1.2 Tipos de saída.....	44
3.2 Proposta de metodologia de estimação das transições familiares das famílias monoparentais a partir dos dados dos Censos Demográficos brasileiros.....	46
3.2.1 Os arranjos por nascimento fora de uma união.....	46
3.2.2 Os arranjos por dissolução de união.....	62
3.2.3 Estimativa da proporção total de mulheres alguma vez na vida responsáveis por famílias monoparentais	75
3.3 Limitações da metodologia proposta.....	82
4 ANÁLISE DA MONOPARENTALIDADE NO BRASIL SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE	85
4.1 Os diferenciais das taxas de entrada.....	85
4.2 Os diferenciais das taxas de saída	92
4.3 A incidência da monoparentalidade.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

Uma maior diversidade de configurações de arranjos familiares tem tomado forma ao longo dos últimos anos em grande parte do mundo, particularmente no hemisfério Ocidental. As mudanças na formação de famílias despertam interesse de diversas correntes de pensamentos, nos mais variados campos de conhecimento.

Em meio às novas categorias familiares que passam a ganhar mais evidência e maior interesse por parte de pesquisadores, especialmente nas ciências sociais, as famílias monoparentais, que majoritariamente possuem uma mulher como a pessoa responsável, alcançam um grande destaque na contemporaneidade.

O crescimento desses tipos de família, sobretudo após a década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos, despertou interesse, bem como se torna objeto de preocupação, uma vez que estão associadas a situações econômicas menos favoráveis, e a efeitos adversos no desenvolvimento dos filhos, que estariam expostos a maiores fatores de risco, como uso de álcool e fumo, além de substâncias ilícitas, delinquência e iniciação sexual precoce (DUNCAN e RODGERS, 1987; MCLANAHAN e BUMPASS, 1988). Em décadas mais recentes, surgem explicações para o crescimento da variabilidade de formas familiares que remetem a um maior empoderamento da mulher, fruto de um contexto social que permite uma maior liberdade de escolhas, associado a uma maior escolarização e participação feminina no mercado de trabalho (ESTEVE et al, 2012).

As abordagens quantitativas envolvendo famílias monoparentais no mundo têm se baseado sobretudo em uma perspectiva transversal, explorando principalmente suas características socioeconômicas, a evolução de sua prevalência ao longo do tempo e a sua comparação com os arranjos biparentais. As abordagens teóricas que tratam do tema inserem essas famílias na perspectiva de suas características de pobreza e exclusão, ou seu crescimento associado a liberdade de escolhas e um maior empoderamento feminino (MARURI, 2006).

Mais recentemente, aspectos relacionados à dinâmica e formação dessas famílias têm adquirido mais importância, sobretudo pautadas em dados longitudinais (MARURI, 2006). Esses estudos, embora mais escassos devido à carência de bases de dados, respondem a questões bastante importantes acerca das famílias monoparentais, analisadas a partir de seus eventos de formação e dissolução. Entre as questões mais relevantes, estão as que são capazes de dizer em que momento da vida e com que

intensidade essas famílias se formam e se dissolvem, em que medida são duradouras, e se elas se configuram transições únicas ou podem ocorrer diversas vezes ao longo do curso de vida de uma pessoa. Esse tipo de abordagem, assim, torna possível a elaboração de uma análise a partir de um olhar demográfico da questão das famílias monoparentais.

A perspectiva demográfica permite analisar a estrutura de uma população, em um determinado período no tempo, como resultante das experiências demográficas das diferentes coortes que a compõe. Nesse sentido, as mudanças da estrutura da população ocorrem quando as coortes vivenciam as etapas de formação familiar de formas diferentes de suas predecessoras (RYDER, 1964). Assim, em uma abordagem demográfica, as mudanças da estrutura familiar podem ser pensadas como resultado das experiências distintas de formação de famílias vivenciadas pelas suas sucessivas coortes. Em termos demográficos, podem ser mensuradas a partir das taxas, que representam as intensidades das transições familiares (principalmente associadas à nupcialidade e à fecundidade) às quais uma pessoa, em uma determinada idade e período, estariam expostas.

No Brasil, os estudos que abordam a monoparentalidade focam, em maior medida, no aumento de sua prevalência no País, ou nos aspectos relacionados às condições de vida dessas famílias. Já as análises que abordam a monoparentalidade como uma transição familiar permanecem mais restritas, sobretudo devido à escassez de bancos de dados capazes de dar conta desse tipo de análise para o País.

Esta tese, assim, tem como objetivo preencher essa lacuna e estabelecer uma abordagem com o viés demográfico da monoparentalidade feminina no Brasil, a partir da visão deste tipo de arranjo como o resultado de uma transição familiar. Para tanto, busca-se analisar as trajetórias das famílias monoparentais, classificadas segundo seus dois tipos de eventos de formação: famílias monoparentais por nascimentos fora de união e famílias monoparentais por dissolução de união (podendo ser via divórcios, separações¹ ou viuvez). Esses dois tipos de famílias monoparentais são analisadas segundo diferentes estratos sociais, categorizados segundo o nível de escolaridade, em três diferentes anos (1991, 2000 e 2010), buscando os compreender seus possíveis diferenciais em termos de padrão etário e intensidade em que ocorrem os eventos que

¹ Também englobando separação ou morte de um companheiro de união consensual, e as separações temporárias.

constituem a formação e dissolução desses arranjos familiares, tal como definido por Bumpass e Raley (1995).

A restrição do objeto de estudo desta tese à monoparentalidade feminina se deve a sua maior prevalência entre as mulheres e também à grande complexidade metodológica associada a trabalhar com um modelo para os dois sexos, que poderia impossibilitar a obtenção de resultados em um contexto de escassez de informações.

Essas trajetórias das famílias monoparentais são mensuráveis a partir das taxas de entrada e de saída da monoparentalidade feminina, que são capazes de descrever a intensidade dos eventos de formação e dissolução das famílias monoparentais. Uma vez que não existem fontes de dados que possibilitem a estimação dessas taxas de forma direta, esta tese desenvolve uma forma de mensuração indireta, a partir dos dados disponíveis dos três censos demográficos brasileiros mais recentes, de 1991, 2000 e 2010.

A mensuração dessas taxas torna possível a comparação da dinâmica familiar entre os anos mencionados, e a análise do impacto de cada um dos tipos de eventos característicos de entrada e de saída das famílias monoparentais nas prevalências desse tipo de família. A grande vantagem desse tipo de análise é possibilitar uma visão das etapas do curso de vida dessas famílias a partir de informações mais facilmente disponíveis.

Por meio da metodologia aqui desenvolvida, também é possível analisar os diferenciais segundo os estratos educacionais, e avaliar em que medida o contexto da dinâmica monoparental no Brasil pode se inserir dentro de uma perspectiva de feminização da pobreza, ou de empoderamento feminino. Estabelecendo uma perspectiva demográfica da dinâmica monoparental, essa mensuração também tem potencial de se tornar subsídio para propostas de projeções desse tipo de arranjo familiar.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, sendo que o primeiro aborda as perspectivas teóricas a respeito da monoparentalidade, buscando estabelecer sua relação com a demografia, as tendências históricas de formação das famílias monoparentais, e as diferentes abordagens a respeito do tema. Esses elementos abordados no primeiro capítulo indicam a importância do contexto, não somente histórico, como também socioeconômico, para o estudo da monoparentalidade.

No segundo capítulo é feita uma análise focada no contexto domiciliar e o curso de vida familiar. As famílias são analisadas a partir de uma abordagem que envolve os

eventos da vida dos indivíduos que a constituem. Dentro dessa perspectiva são estudados modelos demográficos de trajetória de vida familiar dos indivíduos, as tipologias de famílias e são caracterizados os eventos associados às transições familiares nas quais a monoparentalidade se insere.

No terceiro são discutidas as estratégias metodológicas para tratar de uma abordagem desse tipo, com os limitados dados disponíveis para a proposta de análise desta tese. O capítulo procura explorar esses dados e fazer uma proposta metodológica a partir das informações disponíveis nos três últimos censos demográficos brasileiros, utilizando técnicas indiretas para mensurar as taxas de entrada e saída da monoparentalidade. Nesse capítulo é desenvolvida a técnica para estimar as taxas para os dois tipos de monoparentalidade consideradas nesta tese: monoparentais por nascimento fora de união e as monoparentais por dissolução de uniões.

O quarto capítulo utiliza a metodologia descrita no capítulo anterior e faz uma análise comparativa dos fluxos de entradas e saídas da monoparentalidade segundo diferentes categorias de nível de instrução. Esse capítulo aponta para os diferenciais em termos de formação de família para esses diferentes grupos, e identifica as principais variáveis que possam influenciar nessas diferenças, que culminam, tanto em prevalências, quanto em padrões etários distintos. Desse modo, é possível traçar as especificidades de formação das famílias monoparentais segundo o vetor educacional.

Por fim, nas considerações finais, são discutidos os resultados desta tese e levantadas algumas questões acerca do padrão da dinâmica monoparental no país.

1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A MONOPARENTALIDADE

O crescimento da quantidade de famílias chefiadas² por mulheres vem sendo destaque dentro dos estudos de família nas últimas décadas. Nas famílias com chefia feminina os arranjos monoparentais destacam-se, sendo abordados através de diferentes perspectivas analíticas.

A família monoparental pode ser definida como um núcleo familiar³, onde um dos pais vive com seu(s) filho(s) dependente(s) e sem cônjuge ou companheiro, em um domicílio independente ou como parte de uma unidade domiciliar maior. Como esse tipo de família é caracterizado por uma coresidência de filho(s) e a não coresidência de cônjuge ou companheiro, os eventos do curso de vida das famílias que marcam a transição para uma família monoparental seriam o nascimento de filho fora de uma união ou a ruptura de uma união (por meio de separações⁴, divórcios ou viuvez) de um casal que convive com seu(s) filho(s) dependente(s).

Embora os eventos de transição propriamente ditos sejam sempre esses mesmos nas diferentes sociedades, a predominância de um tipo de entrada à monoparentalidade em relação ao outro varia ao longo do tempo e entre as diversas populações no mundo. Por esse motivo, cada contexto pode envolver diferentes perspectivas analíticas para a explicação de sua predominância.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a monoparentalidade, remetendo aos seus diferentes contextos e seus diferentes padrões sociais e culturais, tanto no que diz respeito a sua prevalência ao longo do tempo, quanto para contrapor as suas diferentes perspectivas analíticas.

² Até o Censo Demográfico 1991, era empregado o conceito de “chefe do domicílio” ou “chefe da família”. É a primeira pessoa identificada no questionário, e a partir da qual se estabelecem as relações de parentesco com os demais membros da família ou do domicílio. Essa pessoa é reconhecida pelos demais moradores como tal e em geral está associada a uma figura de autoridade e ao mais importante provedor dentro do ambiente doméstico. A partir dos anos 90, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE passa a empregar o termo “pessoa de referência”, e os Censo Demográfico a partir do ano 2000, o termo “pessoa responsável” (IBGE, 2000).

³ O núcleo familiar é constituído de uma pessoa de referência e pelo menos um outro indivíduo, sendo cônjuge ou filho (Wajnman, 2012). Desse modo, um núcleo familiar pode ser representado por um casal sem filho, casal com filho(s), pai com filho(s) ou mãe com filho(s).

⁴ O conceito de separação nesta tese é empregado em um sentido amplo, abrangendo qualquer ruptura de união, seja ela formal ou informal, além da separação temporária, que pode ser em decorrência da emigração.

1.1 Tendências históricas de monoparentalidade

Um dos aspectos mais gerais a respeito do curso de vida familiar nos países do Ocidente até a década de 1960 é a de que pais e filhos compartilhavam uma residência, constituindo uma família, até que os filhos crescessem e se tornassem independentes (CHERLIN e FURSTENBERG, 1994).

Contudo, a evolução da prevalência dos divórcios, recasamentos, coabitação e filhos fora do casamento nas últimas décadas fez com que um modelo mais geral de curso de vida familiar passasse a dar espaço à emergência de uma pluralidade de transições de família (CHERLIN e FURSTENBERG, 1994). As transições para outras formas de arranjo tornaram-se mais frequentes, e cada uma dessas transições passou a ter um caráter menos definitivo, com o tempo vivido em cada uma dessas etapas mais curto.

Dentro dessa maior pluralidade das formas familiares, a família monoparental destaca-se pelo aumento observado nas últimas décadas. Embora o tema da monoparentalidade tenha adquirido maior notoriedade em décadas mais recentes, esse arranjo familiar não é um fato novo dentro do contexto dos estudos de família no mundo. As evidências históricas, pelo contrário, sugerem que o contexto de pré-transição demográfica era de altas prevalências de famílias monoparentais (THERBORN, 2006).

A dissolução das uniões constitui-se em um dos principais elementos do crescimento da complexidade da vida conjugal no período mais recente (GOLDANI, 1994; CABELLA, 2004), e não era diferente no passado, na pré-transição demográfica, já que a forte presença da monoparentalidade estava associada às altas probabilidades de rompimento das uniões em decorrência das elevadas taxas de mortalidade adulta no período. Segundo Therborn (2007), as evidências históricas apontam que a probabilidade de uma criança atingir os 16 anos vivendo com ambos os pais na Suécia, no início da década de 1980, era semelhante à do início do século XX observada no mesmo país. Da mesma forma, somente na mesma década de 1980 a Grã-Bretanha⁵ voltou a apresentar a proporção de famílias monoparentais observada entre 1551 e 1705.

Assim, a redução dos níveis de mortalidade observados na transição demográfica influenciou diretamente na duração média dos casamentos em um momento inicial. Em um

⁵ No ano de 1984, 13% das famílias britânicas com filhos dependentes eram monoparentais (ERMISCH, 1991).

contexto ainda de baixos níveis de divórcios, a duração média dos casamentos ao longo do século XX aumentou de forma sem precedentes. No Reino Unido, a despeito do crescimento das taxas de divórcio no País ao longo do século XX, é somente na década de 80 que o risco de rompimento do matrimônio superou os níveis do final do século XVIII (COLEMAN, 2004). Esse comparativo ilustra o impacto da viuvez na configuração das famílias na pré-transição demográfica, bem como aponta para a tendência histórica da monoparentalidade ao longo do período de transição demográfica.

Desse modo, a partir desse padrão, é possível conceber uma tendência em forma de “U” da monoparentalidade ao longo do tempo nos países ocidentais, desde o início da transição da mortalidade, até o período atual. No início, a redução da mortalidade adulta orientava uma tendência de redução da prevalência da monoparentalidade, ao passo que, em um período posterior, quando a mortalidade adulta atinge níveis mais baixos, o advento das dissoluções das uniões, via divórcios ou separações, passa a ditar a tendência, levando a uma elevação dos níveis para patamares mais elevados que aqueles observados anteriormente.

Além da tendência de redução da viuvez, o cenário até meados do século XX, em boa parte dos países desenvolvidos, foi marcado pelo crescimento das uniões formais, até alcançar o auge nos anos 60. Esse período de auge dos casamentos foi denominado de “*golden age of marriage*” e estava relacionado a um Estado atuante e uma sociedade com um nível de afluência crescente (RODRÍGUEZ, 2004).

A tendência em forma de “U” da variação da prevalência da monoparentalidade observada na Europa, desde o início da queda da mortalidade, talvez seja menos clara, na América Latina. As evidências, contudo, sugerem que o crescimento dos nascimentos não maritais na América Latina, em décadas recentes, ainda não faz com que os níveis atuais cheguem a superar os níveis observados no século XIX até a virada para o século XX, pelo menos nos casos do estado da Bahia e do México (THERBORN, 2007).

De fato, além da diversidade dos arranjos familiares, e de uma forte predominância das mulheres chefiando famílias e domicílios⁶, a presença feminina no mercado de trabalho era parte do cenário que se via no Brasil no século XIX

⁶ Em 1872, Samara (2002) dentro de sua análise aponta que 29,84% dos domicílios eram chefiados por mulheres. Comparativamente, em 2000, 24,9% dos domicílios tinham uma mulher como responsável, alcançando 38,7% em 2010 (IBGE, 2014).

(SAMARA, 2002). Nesse período, embora a viuvez explicasse uma parcela desse contexto, havia um predomínio das solteiras e de mulheres casadas, abandonadas pelos maridos, entre aquelas que eram responsáveis por suas famílias (SAMARA, 2002).

Outra evidência que sugere uma tendência de redução e posterior aumento da prevalência de uniões seria o processo de maior formalização das uniões, ao longo da primeira metade do século XX, observado no Brasil, com redução do número de uniões consensuais e de nascimentos fora do casamento. Seguindo essa tendência, o Brasil chega à década de 1960 com uma das maiores prevalências de uniões formais da América Latina, ao lado de Chile e Uruguai (THERBORN, 2006). Associado a um contexto de redução dos níveis de mortalidade no País ao longo do século XX, e a uma maior formalização dos casamentos, o Brasil passava por um período que pode ter um paralelo ao contexto vivido pelos países desenvolvidos, em que passaria a existir um predomínio maior das famílias formadas por um casal com filhos.

Uma outra característica importante a se destacar é o fato de que a monoparentalidade feminina é, historicamente, mais comum que a masculina. Na Grã-Bretanha nos anos 1980, por exemplo, cerca de 90% das famílias monoparentais eram chefiadas por mulheres (ERMISCH, 1991). Já no Brasil, 87,4% das famílias monoparentais tinham uma mulher como responsável, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2014). Em função desse predomínio das mulheres, enquanto responsáveis por famílias monoparentais, a grande maioria das análises abordando esse tipo de família foca-se na monoparentalidade feminina.

Diversos motivos podem estar associados a essa predominância feminina entre as famílias monoparentais. Na pré-transição demográfica, as taxas de viuvez ditavam as regras. Como em geral, as mulheres possuíam (e possuem) taxas de mortalidade adulta menores que as masculinas, existia uma maior probabilidade de delas viverem mais que seus cônjuges. Assim, a existência de mais viúvas que viúvos era o principal fator definidor dessa predominância feminina da monoparentalidade do passado.

Contudo, os diferenciais de mortalidade explicam somente parte da predominância de famílias monoparentais femininas. Outro importante fator associado é o fato de que, no mercado de casamentos, os viúvos com filho(s) têm uma probabilidade maior de casamento que as viúvas com filho(s). Por esse motivo, as famílias monoparentais masculinas teriam um tempo de duração menor que as femininas. No caso dos divórcios e separações, a questão da predominância feminina atribui-se ao fato

de que a guarda dos filhos em uma separação do casal, na maioria dos casos, fica a cargo da mulher.

1.2 Formação de famílias na América Latina

Um estudo a respeito do padrão de formação de uniões na América Latina possui particularidades que configuram um desafio à análise, já que a Região é marcada por uma pluralidade de formas de famílias, em parte associada a uma herança do passado colonial, que se reflete em uma desigualdade, não somente em termos de condições de vida, mas, também, de aspectos relacionados ao âmbito da composição das famílias.

No que diz respeito à monoparentalidade, embora a dissolução das uniões, associada a um regime de alta mortalidade adulta do período da pré-transição demográfica seja o elemento central em uma análise com foco na dinâmica demográfica (THERBORN, 2006), é preciso considerar ainda algumas particularidades no que tange à família na Região. Apesar da dissolução das uniões ainda ter uma importância central na constituição das famílias monoparentais na América Latina, não se pode desconsiderar os nascimentos extramaritais dentro dessa análise.

A forma predominante de famílias em todo o mundo tem sido a família nuclear chefiada por um homem. Contudo, na América Latina e Caribe existe, historicamente, uma grande proporção de famílias chefiadas por mulheres. Essa predominância varia com o tempo e entre os países e regiões (CHANT, 1985), e uma forte influência das características históricas que remetem ao período colonial.

Naquele período, a elite branca seguia os padrões de casamento formal, aos moldes dos católicos europeus, sendo monogâmico (um homem estando formalmente unido com uma única mulher), e com forte componente de endogamia de classe social, visando a manutenção do controle sobre a propriedade (ESTEVE et al. 2012b). Esse padrão, contudo, coexistia com relações de concubinato, estabelecidas entre homens da elite colonial e mulheres de estratos sociais mais baixos (ESTEVE et al. 2012b).

Além dos elementos característicos das formações de relacionamentos conjugais, é importante destacar, também, as particularidades no que se refere às mudanças nos processos da dinâmica familiar envolvendo a componente migração. Nos países do Caribe, por exemplo, uma parcela das famílias monoparentais surge associada às

características do mercado de trabalho local, que leva um grande contingente de homens a migrar de forma sazonal ou semipermanente (CHANT, 1985).

Entre os homens casados e com filho(s) que emigram sozinhos deixando as famílias, somente essa mudança daria à família de origem um *status* monoparental, uma vez que constituiria de um núcleo formado por uma mulher separada (ainda que temporariamente) e filho(s). O *status* temporário dessa monoparentalidade, contudo, frequentemente adquire um caráter mais definitivo, em função do rompimento dos laços afetivos e mesmo econômicos do casal. Nesse contexto de deslocamento a longas distâncias e comunicação dificultada, não raro os homens passam a constituir uma nova família em seu local de destino.

Além da importância da migração laboral, existem outros aspectos, abordados por Chant (1985), das camadas de nível socioeconômico mais baixo na América Latina, que teriam influenciado os homens a deixar suas famílias. Uma explicação comum para o fato de que a monoparentalidade tenha uma alta proporção e, também, tenha uma conotação de um *status* mais duradouro, gira em função da noção de que os homens possuem uma importância funcional pequena dentro da unidade familiar nesse contexto social. Os homens teriam uma maior dificuldade de cumprimento do papel social de provedor, devido aos baixos salários, e ao fato de que o trabalho é propiciado de forma irregular ao longo do ano. Nessa situação, a sensação de falha e a pouca relevância de seu papel levaria muitos homens a deixar suas famílias de origem (CHANT, 1985). Outra explicação estaria associada à cultura do machismo, na qual o homem estaria mais propenso a guiar suas ações em função da satisfação pessoal, em detrimento do bem-estar da família, o que pode levar ao rompimento dos laços familiares (CHANT, 1985).

É também possível estabelecer uma relação entre a dificuldade dos homens dos estratos sociais mais baixos para o cumprimento do papel de provedor, e a existência das *visiting unions*. Esse tipo de união é típico de mulheres em camadas menos favorecidas, como mestiças, negras e indígenas, com prevalência mais forte na América Central e Caribe (ESTEVE et al. 2012b). Nessa união, um companheiro com melhores condições econômicas estabelece uma relação, tendo papel de provedor da família bastante claro, embora o vínculo seja marcado pela informalidade, e onde os homens nem sempre possuem uma presença frequente, nem necessariamente mantêm coresidência com as companheiras (ESTEVE et al. 2012b).

Atualmente, os países da América Latina diferem muito no que diz respeito ao padrão de formação de famílias, e a influência do passado histórico colonial ainda permanece. Embora existam importantes diferenciais regionais, é possível constatar diferentes padrões de formação de família coexistindo.

No Brasil, a despeito de uma das maiores prevalências de uniões formais da Região (THERBORN, 2006), o casamento civil nunca se tornou uma instituição universal. As uniões informais na América Latina sempre tiveram um importante lugar dentro da formação de uniões na Região, e em geral estão mais relacionadas aos setores mais vulneráveis da sociedade, tendo atuado como uma alternativa ao casamento (RODRÍGUEZ, 2004), ao passo que as camadas mais privilegiadas apresentam um padrão distinto, com tendência a uma maior formalização da união. Um elemento característico das sociedades latino-americanas é justamente esse dualismo, com a existência de marcantes diferenças regionais, bem como de classes sociais, devido à grande diversidade cultural e social (THERBORN, 2006), e que reflete no que Oliveira et al. (2011) consideram uma “pluralidade de concepções sobre a vida afetiva e relações familiares e de gênero”.

1.3 Mudanças na vida das mães e dos filhos na análise da formação de famílias

O contexto de desenvolvimento social e econômico da sociedade e queda dos níveis de mortalidade, ainda com taxas de divórcios e de separações baixas até meados do século XX, levaram a um aumento da probabilidade de que as crianças crescessem coabitando com ambos os pais de forma notável nos países Ocidentais. Isso representou, ainda, uma menor probabilidade de ficarem órfãs durante as primeiras idades, período em que os filhos são mais dependentes dos seus pais (MCLANAHAN, 2004). Somado a esse contexto favorável, a redução da fecundidade implicou, sob a perspectiva das crianças, em um menor número de irmãos, o que resultou em uma quantidade maior de recursos disponíveis para cada filho (MCLANAHAN, 2004).

O cenário de desenvolvimento econômico, vivenciado concomitantemente à transição demográfica, implicou em um aumento ainda maior de investimento nos filhos. Assim, do ponto de vista das crianças, esse processo culminou em uma melhoria da qualidade de vida, tanto no que se refere à maior disponibilidade de recursos

econômicos, quanto na esfera dos cuidados e atenção disponíveis. Eram menos irmãos para dividir os recursos e maior tempo vivido com ambos os pais além de outros ascendentes, principalmente os avós. Esse contexto implicava em um predomínio sem precedentes da família nuclear formada por pai, mãe e filho(s), e outras formas de família, tal como a monoparentalidade, passam a ser menos representativas.

Tendo esse quadro como pano de fundo, Philippe Ariès (1980) vê, como motivação principal para a queda da fecundidade em um primeiro momento da Transição Demográfica, uma ideia de altruísmo, seguindo a lógica de que a preferência por menos filhos era desencadeada pelo interesse dos pais em oferecer melhores oportunidades de vida a cada um deles. Existiria, nas decisões reprodutivas, uma mudança comportamental e de orientação dos objetivos de vida dos pais, privilegiando os filhos, e isso teria impulsionado a queda da fecundidade (VAN DE KAA, 2002).

Em um segundo momento, contudo, a orientação passa a ser voltada para a auto-realização do casal, com as relações entre os adultos ganhando destaque, em lugar do elemento altruísta visando o bem-estar dos filhos (VAN DE KAA, 2002). Esse segundo momento também é referido como constituindo uma Segunda Transição Demográfica, cujo início na Europa teria se dado a partir do final da década de 1960, com o fim da chamada “*golden age of marriages*”, caracterizado pelo declínio do casamento formal e a expansão da coabitação (RODRÍGUEZ, 2004). Essa nova tendência de formação de famílias seria impulsionada pela crescente secularização em sociedades com níveis cada vez maiores de afluência relacionados a um Estado atuante e a uma classe média em expansão (SOBOTKA, 2008).

As mudanças das últimas décadas não ocorrem somente no que se refere ao aspecto legal da união (casamento formal *versus* união consensual), mas, também, ao aumento da complexidade dos arranjos familiares, devido à maior prevalência de outras formas de convivência, antes pensadas como raras ou marginais, tais como a monoparentalidade, casais sem filho, domicílios unipessoais e as chamadas famílias reconstituídas⁷ (MARCONDES, 2008).

O aumento da dissolução de uniões através de divórcios e separações contribuiu em grande medida para esse cenário. A tendência das dissoluções dos casamentos vinha mantendo-se constante ao longo do tempo, mas, a partir do final dos anos 1960, os

⁷ As famílias reconstituídas ou recompostas são núcleos familiares constituídos após a separação ou morte de um dos cônjuges. Nas pesquisas domiciliares geralmente são identificadas como um núcleo biparental com a presença de filho(s) de apenas um dos cônjuges.

países ocidentais vêm observando um aumento, chegando aos elevados patamares observados atualmente. No exemplo dos Estados Unidos, as taxas de divórcio observadas, desde os anos 1970, sugerem que mais da metade dos casamentos acabariam dissolvidos (BUMPASS, 1990; WAITE, 2005).

O aumento do divórcio também tem sido visto como um dos indicadores que refletem o aumento do empoderamento feminino e uma autonomia financeira, na medida em que se relaciona com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Existiria um reconhecimento maior, pelas próprias mulheres, de que elas podem se sustentar sozinhas, ao mesmo tempo que a sua independência financeira aumentaria a probabilidade de um casamento acabar, segundo Bumpass (1990). Cabella et al (2004), por sua vez, destacam a realização profissional como um dos aspectos que melhor expressariam o contraste entre desejos de auto-realização e o projeto familiar, trazendo uma maior fragilidade dos vínculos conjugais.

Esse contraste se daria devido à evolução, no sentido de uma menor desigualdade de gênero dentro da esfera profissional, aliada a uma persistente divisão sexual do trabalho dentro da esfera doméstica, que tende a levar a uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, muitas vezes produzindo um ambiente de conflito. Essa dupla atribuição de funções das mulheres estaria, também, associada a intenções de fecundidade mais baixas.

O alto nível de instabilidade marital domina os aspectos centrais da vida familiar na atualidade, e contrapõe-se a um padrão mais normativo de família. Este aspecto, do ponto de vista das crianças, também é de grande relevância, sendo mais comum o convívio delas em mais de um domicílio, e com mais de uma família (BUMPASS, 1990).

Nesse contexto de menores intenções de fecundidade, fragilidade dos vínculos conjugais, e conseqüente pluralidade de arranjos familiares, emerge o mito do declínio da família⁸ (MARCONDES, 2008; WAJNMAN, 2012). Em uma perspectiva pessimista, a família estaria vivendo uma crise, que levaria ao seu enfraquecimento e até mesmo à sua extinção. Contudo, na visão de Therborn (2008), a maior complexidade

⁸ Um dos aspectos centrais em torno desse declínio da família é uma mudança do papel das mulheres na sociedade, que eleva o custo de oportunidade das atividades domésticas, e reduz a demanda por filhos (WAJNMAN, 2012). Nesse contexto, o aumento da autonomia feminina permite uma maior capacidade de negociação da mulher no interior da relação, bem como uma maior possibilidade de divórcios.

não significa o fim da família, embora possua suas contradições e conflitos, mas que está longe de determinar seu fim.

Embora uma das questões chave dentro desse processo seja o aumento da autonomia feminina, existe, ainda, uma crescente preocupação do ponto de vista das crianças, uma vez que estariam cada vez mais sujeitas a viver em ambientes familiares menos estáveis, e poderiam sofrer uma redução dos recursos econômicos disponíveis (MCLANAHAN, 2004). O aumento da monoparentalidade tem sido talvez a mais óbvia mudança dentro do ambiente familiar, nesse cenário de crescentes oportunidades econômicas para as mulheres. Mas, os impactos sobre as mulheres de diferentes estratos socioeconômicos são bastante distintos (MCLANAHAN, 2004).

1.4 Empoderamento ou feminização da pobreza

Os diferenciais das características de formação de família não se restringem às suas grandes variações ao longo do tempo e entre os países, mas, também, englobam os diversos segmentos de uma determinada população em um dado momento no tempo.

No caso das famílias monoparentais, a probabilidade de estar em um arranjo desse tipo possui níveis distintos entre diferentes grupos, classificados de acordo com a raça ou cor ou as características socioeconômicas dos indivíduos (FOLK, 1996; ESTEVE et al., 2012b). Nesse sentido, estudar a monoparentalidade requer estar atento também à dimensão social, dada a heterogeneidade de condições em que esse tipo de arranjo ocorre.

Além das diferentes probabilidades de estar em um arranjo monoparental, atreladas a cada condição social, os diversos contextos onde ocorre a monoparentalidade podem estar revestidos de sentidos diferentes, captando as diferentes consequências na vida das mulheres e dos filhos. Assim, é possível associar diferentes processos de formação de famílias à elite e às camadas populares da população (FUSSEL e PALLONI, 2004).

No caso da América Latina, em especial, o contexto histórico de marcantes desigualdades sociais, característico da Região, resulta em uma difícil definição acerca das mudanças nos processos de formação e dissolução familiar (ARIZA e OLIVEIRA, 2001). É possível, todavia, afirmar que esses processos têm um significado distinto nos setores mais privilegiados da sociedade em relação aos mais pobres. No primeiro caso,

estaria associado a uma maior autonomia das mulheres e, no segundo, a condições de vida deterioradas (ARIZA e OLIVEIRA, 2001).

As duas perspectivas, embora exista um predomínio de uma em relação à outra em função da abordagem escolhida, coexistem dentro de uma mesma sociedade, cada qual atrelada a um segmento específico da população. Explorando esses significados diferentes, as abordagens teóricas que tratam o tema estão basicamente situadas em duas correntes: uma sob a perspectiva da feminização da pobreza, e a outra no âmbito da pós-modernidade (MARURI, 2006).

No primeiro caso, a abordagem está centrada principalmente na condição financeira menos favorecida dessas famílias (DUNCAN e RODGERS, 1987) e aos problemas relacionados com o desenvolvimento dos filhos. Em geral, os filhos vivendo em famílias monoparentais possuem um pior desempenho escolar e estariam mais propensos a comportamentos de delinquência, uso de fumo, drogas e bebidas, além de mais expostos à sexualidade precoce e à gravidez na adolescência (MCLANAHAN e BUMPASS, 1988).

No segundo caso, a maior complexidade das formas de família estaria relacionada à noção de mudanças ideacionais⁹, que remete a menor rigidez dos laços familiares e menor constrangimento social, fatores relacionados a uma sociedade mais educada e a um maior empoderamento da mulher, cenário característico de uma Segunda Transição Demográfica (ESTEVE et al., 2012).

Grande parte da complexidade das novas formas de arranjos familiares poderia estar ligada aos aspectos comportamentais associados à Segunda Transição Demográfica (ESTEVE et al., 2012a). Contudo, a monoparentalidade está mais frequentemente atrelada na literatura a uma condição de menor capital social e de um maior risco de pobreza (ESTEVE et al. 2012b). Assim, o debate ganha corpo focado nessas duas perspectivas.

Mesmo o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que é tratado como uma das principais características que sugerem um maior empoderamento

⁹ Mudanças ideacionais ou *ideational change* estão associadas à emergência de valores e comportamentos pós-materialistas, e à ascensão das chamadas “necessidades de ordem superior”. Esses valores e necessidades são baseados, sobretudo, em um não-conformismo, na busca da autonomia individual e na auto-realização.

Exemplos de reflexos dessa mudança valorativa são: a busca por igualdade de gênero; o declínio das crenças religiosas; a maior aceitação a questões pessoais, como aborto e homossexualidade; o “enfraquecimento” da família tradicional enquanto instituição; e a difusão de modos de vida mais flexíveis e complexos, facilitados pela dissociação entre sexualidade e reprodução (MINAMIGUCHI, 2011).

feminino, pode ser observado a partir de diferentes abordagens, de acordo com o segmento da população ao qual o indivíduo pertence. Entre aquelas com um maior nível de afluência, o crescimento da participação pode ser resultado de mudanças ideacionais, da igualdade de gênero e do aumento do *status* socioeconômico da mulher, associadas, portanto, a uma abordagem pós-moderna. Por outro lado, para as camadas mais populares pode se dar em resposta a condições desfavoráveis, resultante de crises, o que leva à necessidade de gerar renda, e acarreta em uma reestruturação de papéis e responsabilidades. Dessa forma, seria em menor medida secular e ideacional, uma vez que entrar no mercado de trabalho pode ser uma resposta às condições econômicas. Assim, as famílias reagem aos diferentes cenários absorvendo ou se adaptando aos efeitos dessas condições (FUSSEL e PALLONI, 2004).

Não só a posição dentro do mercado varia de acordo com o *status* socioeconômico, mas a relação com o mercado de trabalho também pode indicar diferentes posições deste em relação à esfera da família. Isso porque existe uma competição, por tempo, do mercado com a produção doméstica, o lazer e o cuidado com os filhos, e, desse modo, diferentes relações com o trabalho produtivo também estabelecem diferentes desafios a distintas esferas da vida pessoal.

Nos arranjos monoparentais a relação com o mercado de trabalho se estabelece de forma diferente ao que ocorre com os arranjos biparentais, uma vez que existe um maior potencial de conflito entre o trabalho remunerado e o cuidado com filhos (ESTEVE et al. 2012b). O trabalho remunerado adquire, no caso das famílias monoparentais, em maior medida, uma conotação de necessidade de primeira ordem. A participação no mercado laboral permanece, nesses casos, mesmo na dificuldade de conciliação entre o trabalho remunerado e a esfera doméstica, dado que se torna fundamental para a garantia do básico para a sobrevivência dos membros da família.

Por outro lado, a emergência de arranjos, tais como o monoparental, poderia também estar associada a melhores condições de vida. No campo da formação de família, o cenário de menor propensão à formalização das uniões e de maior propensão à dissolução de uniões, embora atrelado a um declínio da família, também é frequentemente relacionado à secularização e ao individualismo, às mudanças econômicas, à liberalização e à revolução sexual (WAITE, 2005). A alta escolaridade da população, dentro desse arcabouço, seria uma das forças motrizes da emergência de novos estilos de vida e comportamentos de família, usado como *proxy* de dotação cultural (LESTHAEGHE e SURKYN, 1997). Esses fatores estariam relacionados ao

contexto de uma Segunda Transição Demográfica, com sua essência pós-moderna, mas representaria apenas um dos lados das teorias sobre famílias monoparentais.

Os nascimentos fora de uniões e a instabilidade conjugal, que são determinantes das prevalências mais altas de famílias monoparentais, por sua vez, estariam associados a baixa educação, a condição social desfavorável e instabilidade de renda, no caso dos Estados Unidos (LUNDBERG e POLLAK, 2007), padrão também observado na Europa (SOBOTKA, 2008, PERRELI-HARRIS et al., 2010) e América Latina (ESTEVE et al., 2012a). Assim, é possível constatar um paradoxo de uma larga manifestação de elementos característicos de uma Segunda Transição Demográfica em setores não exatamente associados aos níveis de afluência que o arcabouço explicita (SOBOTKA, 2008).

Se, por um lado, existe a questão da associação da monoparentalidade aos setores menos favorecidos da sociedade, por outro, nas últimas décadas ocorreu um forte aumento das famílias monoparentais, mesmo em contextos de elevação dos níveis de afluência da sociedade. Da mesma forma, a monoparentalidade está associada a menores níveis de educação, mas a tendência de elevação dos níveis de escolaridade em décadas recentes caminhou no mesmo sentido do aumento da quantidade de famílias monoparentais, algo intensamente observado na América Latina, como um todo (ESTEVE et al. 2012a).

Uma possível mudança no gradiente educacional da monoparentalidade poderia apontar para novas tendências, conciliáveis com esse arcabouço teórico. A análise de Perreli-Harris et al. (2010), apesar de também considerar uma mudança em termos valorativos, aborda a questão do crescimento das restrições econômicas e instabilidade do mercado de trabalho no contexto europeu, ao longo das décadas de 1980 e 1990, como uma explicação alternativa para o crescimento dos nascimentos extramaritais, que é um dos dois determinantes da prevalência da monoparentalidade dentro de uma sociedade. Essa explicação alternativa se deve a não confirmação da relação entre a fecundidade não marital e um gradiente educacional positivo na Europa, ou seja, os mais altos níveis de fecundidade não marital não se encontram entre os indivíduos de mais alto nível educacional.

A despeito do aumento dos níveis de escolaridade nas últimas décadas, a monoparentalidade também cresce e, a partir dessa tendência constatada, Esteve et al. (2012a) abordam o contexto familiar e as mudanças na formação de domicílios, com foco na coabitação e na monoparentalidade feminina na América Latina, tentando

conciliar as características de formação de família da Região com o contexto de uma Segunda Transição Demográfica, fazendo uso de uma análise por categorias de educação. Embora não exista uma inversão do gradiente educacional da monoparentalidade, seu crescimento em todos os setores da sociedade indica uma mudança de orientação, sendo que, para os grupos de mais alta escolaridade, seria possível fazer um paralelo com um cenário típico de Segunda Transição Demográfica.

1.5 Contexto domiciliar e curso de vida

Além dos aspectos relacionados ao contexto social em que ocorre a monoparentalidade, esse tipo de arranjo difere também no que diz respeito às suas características de formação e ao tipo de arranjo domiciliar do qual faz parte.

Uma importante diferença começa com o sexo da pessoa responsável pela família. A incidência é majoritariamente feminina, estando relacionada com a divisão sexual do trabalho, que associa o cuidado com os filhos às mulheres, e com a probabilidade maior de recasamento de homens monoparentais, em comparação às mulheres monoparentais. Por esse motivo, também tendem a ser mais amplamente estudadas em comparação com as famílias monoparentais masculinas (MARURI, 2006).

Outra importante diferenciação das famílias monoparentais refere-se aos eventos do curso de vida das mulheres que as originam, sendo de duas maneiras distintas: nascimentos fora de uniões e dissolução de uniões (DUNCAN e RODGERS, 1987). Esses eventos de origem da monoparentalidade também podem, por si só, contribuir para a análise desse fenômeno, já que cada origem monoparental pode refletir uma dinâmica diferente dentro do curso de vida do indivíduo. Blayo (1990) categoriza esses dois tipos monoparentais, em função das duas possibilidades de eventos de origem: aquele que surge a partir do nascimento do primeiro filho fora de uma união é chamado de monoparental espontâneo¹⁰, ao passo que o outro, é o monoparental por dissolução de união.

Do mesmo modo, Bumpass e Raley (1995) também pensam em uma redefinição das famílias monoparentais femininas baseada nas mudanças com relação ao tipo de evento de origem, mas abordando, além disso, a sua duração e a estrutura domiciliar,

¹⁰ Tradução literal do francês: *famille monoparental spontanée*.

um importante aspecto considerado pelos autores para a caracterização da monoparentalidade. Tendo essa dimensão em mente, os autores focam na necessidade de uma diferenciação entre o domicílio monoparental e a família monoparental em uma análise (BUMPASS e RALEY, 1995).

A importância da família monoparental como unidade de análise distinta deve-se, em especial, à riqueza maior de transições que essa forma de classificação pode considerar. Bumpass e Raley (1995) analisam, dentro dessa perspectiva, além das histórias de nascimentos, uniões e separações, que são os eventos do curso de vida que definem a formação das famílias monoparentais, também os movimentos de saídas e de retornos ao domicílio de origem das mulheres. Assim, também consideram a importância do contexto de domicílios estendidos¹¹ para as famílias monoparentais.

No Brasil, como em todo o mundo, as famílias monoparentais são majoritárias entre as famílias conviventes dentro dos domicílios estendidos (IBGE, 2012). Camarano et al. (2006), apontam, ainda, para um crescimento na proporção de mulheres no Brasil que constituem um núcleo familiar¹² ainda continuando a viver na casa dos pais, entre 1980 e 2000. Esse grupo é formado, principalmente por mulheres que permanecem na casa dos pais após o casamento ou maternidade, ou aquelas que retornaram após a dissolução das uniões, elementos considerados também na análise de Bumpass e Raley (1995).

O contexto de residência também é importante para Esteve et al. (2012). A questão sobre em que medida a coabitação e a monoparentalidade ocorrem em contexto de residência *neolocal*¹³ e família nuclear, ou localizadas em famílias de três gerações, surge como um dos aspectos centrais no trabalho dos autores. Devido à importância e ao crescimento da permanência na residência dos pais, ou da coresidência com outros parentes, não seria possível, segundo os autores, ignorar essa característica da formação de domicílios, dentro do contexto latino-americano.

Mesmo na América do Norte, Folk (1996), abordando a situação nos Estados Unidos a partir dos dados da *National Survey of Families and Households* (NSFH) de 1987, também considera a importância do arranjo domiciliar em que vivem as famílias

¹¹ Domicílio com a presença de outros parentes, fora do núcleo familiar.

¹² Como um núcleo familiar é caracterizado pela presença de cônjuge e/ou filho(s), sua formação se dá através da união ou nascimento de filho. E a mudança em sua configuração pode se dar por separação, nascimento de filho(s), ou saída ou morte de filho.

¹³ A residência neolocal é caracterizada pela formação de um novo núcleo familiar em um local independente da residência dos pais.

monoparentais femininas, apontando para uma grande variação do *status* econômico dessas famílias e do uso de tempo, de acordo com o tipo de domicílio em que vivem¹⁴, além dos diferenciais em termos raciais. A coresidência no domicílio dos pais, nesse caso, estaria associada a maiores recursos econômicos do que aquelas mulheres que vivem com seu(s) filho(s) em domicílios independentes. Por esse motivo, também teriam menor dependência de recursos oriundos de políticas assistencialistas.

Da mesma forma Fontes (2014), elabora uma análise para o caso brasileiro, considerando os diferenciais entre os arranjos monoparentais e biparentais, com ou sem extensão domiciliar, utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-09 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, 2001, 2006 e 2011. A autora destaca a importância da composição dos domicílios, cuja renda e dispêndios estão relacionadas à presença de criança(s) no domicílio, associadas a uma maior razão de dependência e a maiores custos no orçamento doméstico. Nesse contexto de presença de crianças no domicílio, a presença de outros parentes, principalmente de avós, contribui para um aumento da renda e do consumo dessas famílias, do mesmo modo que Folk (1996) apontara para os Estados Unidos.

A relevância das famílias de três gerações dentro do contexto familiar tende a ganhar mais importância, na medida em que existe um aumento da expectativa de vida da população. Essa importância também não pode ser considerada somente em função de uma renda adicional, proporcionada pela presença de mais adultos no domicílio, mas também no auxílio com os cuidados dos filhos, que podem trazer uma menor dificuldade para as mães em conciliar o trabalho e a maternidade.

Outra abordagem importante dentro dos estudos da monoparentalidade refere-se ao status de união das mulheres. Nos países mais desenvolvidos, a monoparentalidade frequentemente é definida pelo estado civil e, portanto, pelo aspecto legal da união, que considera as mulheres que não estão formalmente casadas, mesmo coabitando com um companheiro, como mães sozinhas (BUMPASS e RALEY, 1995). Essas informações são usadas principalmente para categorizar o tipo de arranjo familiar do qual a criança faz parte, principalmente logo após o nascimento. Assim, a fecundidade extra-marital

¹⁴ Folk (1996) analisa quatro tipos de arranjos domiciliares nos quais estaria inserida a família monoparental feminina: mulheres que vivem sozinhas com seus filhos; mulheres que coresidem com pai e/ou mãe; mulheres que coresidem com um companheiro; mulheres que vivem com outros adultos. A família monoparental é definida como aquela constituída por uma mulher (de 19 anos ou mais, que foram as mulheres representadas na NSFH) com filho(s) menores de 18 anos, cujo estado civil é nunca casada, viúva, divorciada ou separada não vivendo com cônjuge.

associada à formação das famílias monoparentais estaria definida pelo estado civil da mãe. Embora seja frequente nos países mais desenvolvidos, é uma definição de fecundidade extra-marital com significados que não cabem na situação latino-americana.

Folk (1996), por exemplo, utiliza como definição de mulher responsável por família monoparental, aquela que não é casada e possui filhos menores de 18 anos corresidentes. Nesse caso, também estão incluídas nessa definição de monoparentalidade as mulheres com filho(s) vivendo em união informal. Do ponto de vista da criança, ela poderia estar vivendo com pai e mãe, ou seja, em um tipo de família nuclear biparental tradicional, mas, mesmo assim, considerada uma família monoparental. O emprego dessa definição pode aumentar em muito a incidência da monoparentalidade (BUMPASS E RALEY, 1995), já que muitos nascimentos que ocorrem em um contexto em que ambos os pais da criança corresidem, podem ser considerados como dentro de famílias monoparentais.

A abordagem definindo a monoparentalidade a partir do estado civil pode fazer mais sentido em alguns casos, em função do padrão de formação de famílias típico da localidade ou do período de tempo. Nos contextos onde o casamento é universal, e o *status* legal dos filhos difere, dependendo do estado civil da mãe, esse tipo de perspectiva tende a fazer mais sentido do que em contextos de maior prevalência de uniões informais e de garantia de direitos.

Na América Latina, por ser uma região historicamente marcada por uniões consensuais, uma análise restrita ao estado civil acarreta em limitações. Embora existam importantes diferenciais de nível econômico entre os casais, relacionados ao *status* de formalização da união, a análise da família monoparental, focada em sua composição, é a mais tradicionalmente abordada dentro da Região.

De fato, um dos elementos mais centrais na análise da monoparentalidade, focada em sua vulnerabilidade, está no fator da ausência de um dos pais da criança, o que pode implicar em menos potencial de geração de renda e nível de recursos (FOLK, 1996), e o tempo disponível para o cuidado com os filhos (MCLANAHAN, 2004).

Estudar a monoparentalidade remete a uma ampla possibilidade de abordagens analíticas e é, sobretudo, tratar de um tema diverso, de um fenômeno que pode ser entendido de formas diferentes, em que o contexto cultural e social é um componente relevante. A revisão da bibliografia, contudo, aponta que existem diversas características que pesam em um estudo acerca dessas famílias, em que as questões

relacionadas ao contexto nas quais essas famílias se inserem, tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista socioeconômico, possuem uma relevância muito grande. Para além da análise do contexto em que as famílias se inserem, também é necessário entender a sua dinâmica, caracterizada pelos seus eventos constituintes, enquanto parte da vida de um indivíduo. Embora os aspectos de variáveis associadas ao curso de vida dos indivíduos e das famílias tenham sua importância, deve-se manter em mente que o contexto de período e de situação socioeconômica é de fundamental importância para os estudos sobre a sua prevalência e dos processos de formação dessas famílias.

2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E CURSO DE VIDA

É importante, antes de mais nada, delimitar o que se entende por família dentro desta tese, já que o seu escopo de análise pode ser bastante amplo. A temática da família passa pelo âmbito de diversas disciplinas, desde seu aspecto das estruturas de parentesco abordado pela antropologia, a questões legais na esfera do direito, enquanto ou unidade econômica, ou ainda como unidade de socialização, entre outros.

A abordagem da família nesta tese é feita através da perspectiva da demografia, analisada a partir da ótica dos eventos do curso de vida¹⁵ que o indivíduo vivencia, e que resultam em transições para novos arranjos familiares (WAJNMAN, 2012). Embora a análise demográfica não fique necessariamente restrita ao escopo da família domiciliar, este estudo terá enfoque na família domiciliar, como unidade de análise.

A família domiciliar é definida para pessoas ligadas a partir de parentesco, dados por dos laços conjugalidade de consanguinidade ou de adoção residindo no mesmo domicílio. Dessa forma, é possível estabelecer, como os eventos mais importantes para a formação de um novo núcleo familiar, o casamento ou o início da coabitação e o nascimento dos filhos. Os diferentes tipos de famílias dentro da análise demográfica são definidos a partir de sua composição.

Assim, a definição da família monoparental se dá, dentro desse escopo, pela presença no domicílio de um indivíduo vivendo com seu(s) filho(s), sem a presença de um cônjuge ou companheiro. Uma vez que a unidade de análise é a família domiciliar, a existência do cônjuge ou companheiro é definida a partir da coresidência, não abarcando, assim, os laços conjugais ou relações nos quais o casal vive separado.

A partir dessa perspectiva, e considerando também suas restrições, é possível estabelecer uma análise das configurações de família, através da contribuição do aporte demográfico, tendo em vista as mudanças no padrão etário e na probabilidade de ocorrência dos eventos relacionados às transições familiares. Essa abordagem também permite buscar formas alternativas de mensurar a dinâmica e as características da monoparentalidade.

¹⁵ A noção de curso de vida ou de ciclo de vida familiar uma noção de trajetória pela qual o indivíduo passa, com uma análise focada nos eventos que marcam as transições para novos arranjos familiares. Esta tese utiliza o termo curso de vida, que traz em si uma ideia de algo mais fluido e diverso, que estaria mais associado à trajetória de vida dos indivíduos complexa e plural, tal como observada na contemporaneidade. Já a ideia de ciclo de vida traria em si uma noção de continuidade sociobiológica, marcada pelos eventos de nascimento, crescimento, reprodução e morte, e sendo, portanto, algo que se repete, e se mantém estático ao longo do tempo (VIEIRA, 2008).

2.1 Análise do curso de vida das famílias na demografia

As mudanças na composição e estrutura da família estão associadas a eventos constituintes do curso de vida das pessoas, que podem ser mensuráveis. Mais especificamente, a prevalência de um determinado tipo de família dentro de uma população depende da tendência histórica dos eventos que a constituem (ERMISCH, 1991). Nessa perspectiva, os eventos do curso de vida de uma pessoa que marcam a formação de uma família são os casamentos (ou o início de uma coabitação, pensando de forma mais ampla), o nascimento dos filhos, as rupturas de uniões e a saída dos filhos do domicílio parental.

As mudanças dos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade, com a resultante alteração da estrutura etária da população, estão associadas a um contexto de transição demográfica, mas também impactam na evolução das prevalências de tipos de arranjos familiares em uma população. Desse modo, a transição demográfica também tem implicações na mudança do perfil das famílias.

O modelo simplificado de constituição de famílias, proposto por Krishnamoorthy (1979), mostra a forma como a transição demográfica pode impactar diretamente as incidências dos tipos de família, com base em uma análise do ciclo de vida¹⁶ familiar. Utilizando somente as componentes mortalidade e fecundidade, Krishnamoorthy (1979) propõe um modelo matemático para um sexo (mulheres), a partir do qual é possível calcular a incidência de cada tipo de arranjo familiar ao longo do ciclo de vida de uma menina. O autor demonstra que a probabilidade de uma mulher ter um específico número de filhos, a idade ao ter o primeiro filho, e o intervalo entre o primeiro e o último filho são calculáveis a partir desse modelo, unicamente a partir do conjunto das funções de fecundidade e mortalidade conhecidas.

Keyfitz e Caswell (1977), por sua vez, trazem um modelo, a partir do qual é possível estimar a quantidade de ascendentes, descendentes e parentes colaterais vivos, para uma mulher de determinada idade, tendo também como insumo as funções de fecundidade e de mortalidade. Possibilita ainda calcular as probabilidades de possuir ascendentes vivos para cada idade. O modelo proposto considera apenas o sexo feminino, e, portanto, todas as relações são de parentes mulheres que seguem a linhagem materna. Assim, são calculáveis as probabilidades de ter vivas a mãe, a avó

¹⁶ Tradução literal do termo em inglês utilizado pelo autor: *family life cycle*.

materna, a bisavó (mãe da avó materna), bem como é possível estimar a quantidade de parentes vivas: filhas, irmãs, tias (irmãs da mãe), primas (filhas das irmãs da mãe), sobrinhas (filhas das irmãs), netas (filhas das filhas) e bisnetas (filhas das filhas das filhas). Dentro dessa perspectiva, a simplificação dada pelo modelo de um sexo torna a análise dos cursos de vida mais viável, devido ao maior conhecimento dos dados de fecundidade feminina e ao fator coresidência com os filhos ser um pressuposto menos frágil quando atribuído às mães.

Embora a abordagem de curso ou ciclo de vida proposta por Krishnamoorthy (1979) seja restrita à contribuição dos aspectos biológicos, de reprodução e morte, para a formação de famílias, traz uma simplificação que demonstra o potencial desses modelos matemáticos para a análise. A simplificação dos modelos baseados apenas nos eventos vitais possui como grande vantagem a maior disponibilidade de séries históricas de fecundidade e de mortalidade. Além disso, traz uma ideia básica que, através da incorporação de outras variáveis, como o *status* conjugal tornar-se-iam mais completos.

É o caso de Uhlenberg (1974) que, por sua vez, estuda os efeitos combinados da mortalidade, da fecundidade e de padrões de casamento sobre as experiências familiares de diferentes coortes de mulheres dos Estados Unidos. Nesse estudo, a distribuição de mulheres brancas e não brancas das coortes de 1890-94, até 1930-34, de acordo com o tipo de curso de vida experimentado, foi calculada. O estudo mostrou que, naquele período, houve uma maior convergência para o padrão normativo de família, do casal com filhos, para as coortes mais jovens¹⁷. Essa convergência se deu em decorrência do declínio da mortalidade, que acarretava em menos mulheres morrendo cedo ou ficando viúvas; do aumento das taxas de nupcialidade, em função da redução da idade mediana ao casamento, e de uma menor quantidade de mulheres sem filho(s). Contudo, existe uma menor proporção das mulheres negras seguindo o padrão considerado normativo, associada a maior mortalidade e maior probabilidade de permanecerem solteiras (UHLENBERG, 1974).

Assim, até meados do século XX, a transição demográfica foi determinante para o maior predomínio do padrão normativo de família, decorrente, sobretudo, da queda dos níveis de mortalidade. Nesse contexto, mesmo um modelo mais simplificado,

¹⁷ Para um grupo de 1000 mulheres brancas sobreviventes aos 50 anos, o total daquelas que teriam a experimentado o padrão normativo de família passaria de 510 para a coorte de 1890-94 para 685 para a coorte de 1930-34. Entre as mulheres não brancas, passaria de 290 para 390, respectivamente.

analisado a partir dos eventos vitais, já permitiria observar e estudar as tendências de mudanças nos cursos de vidas das famílias.

As análises propostas por Keyfitz e Caswell (1977), Krishnamoorthy (1979) e Uhlenberg (1974) evidenciam o importante papel da demografia na análise da trajetória familiar, uma vez que as tendências de fecundidade e de mortalidade possuem um forte componente explicativo a respeito da formação de famílias. Além desses aspectos, as diferentes estruturas etárias da população também possuem efeito direto na composição das famílias, dado que a cada idade existe uma propensão maior de estar em um determinado tipo de arranjo domiciliar¹⁸, em relação aos demais.

Essas abordagens focam nas experiências dos indivíduos para o estudo do curso de vida das famílias. Uma outra importante contribuição do curso de vida individual vem da abordagem da transição para a vida adulta.

No curso de vida das pessoas, a transição para a vida adulta é definida pela mudança de *status* dos indivíduos, de jovem dependente¹⁹ para a condição de adulto, caracterizada por uma sequência de eventos que configura essa passagem (VIEIRA, 2008). Dentro dessa sequência de eventos estão as etapas de escolarização, participação no mercado de trabalho, casamento, saída da casa dos pais e nascimento de filho, sendo que os três últimos casos são as etapas principais que configuram a formação de famílias. Essa literatura possui um foco nas etapas da vida dos indivíduos, e fornece importantes elementos associados a mudanças no contexto de formação de famílias.

Embora dentro desse processo exista uma sequência considerada pela sociedade como a ideal, essa sequência lógica de etapas que configuram a transição para a vida adulta não ocorre necessariamente nessa ordem cronológica. Da mesma forma, cada uma dessas etapas pode ocorrer independentemente das demais (CAMARANO, 2007; NASCIMENTO, 2008). Os indivíduos não necessariamente vivenciam todas essas etapas, já que diversas variáveis, tais como o celibato, a infertilidade, a mortalidade precoce e os divórcios (KRISHNAMOORTHY, 1979), além dos filhos fora do casamento e da existência de famílias estendidas²⁰ influenciam na prevalência das formas de cursos de vida que se desviam do padrão normativo.

¹⁸ Refere-se ao tipo de estrutura categorizada através das relações de parentesco entre as pessoas que convivem dentro do domicílio.

¹⁹ A tradicional figura de um jovem dependente é daquele indivíduo ainda em processo de escolarização, que não trabalha e não constituiu a própria família.

²⁰ Com a constituição de um novo núcleo familiar, com a permanência dentro do domicílio parental.

Além disso, a análise da dinâmica do curso de vida familiar de um indivíduo ainda teria a necessidade de contemplar os eventos que se seguem após a formação do núcleo familiar próprio de um indivíduo. Isso porque, a etapa de formação de famílias, analisada na literatura que aborda a transição para a vida adulta, é apenas uma primeira etapa do curso de vida das famílias.

As etapas que se seguem à origem de uma nova família podem ser categorizadas, seguindo as fases do curso de vida das famílias a partir da idade dos pais e dos filhos (GOLDANI, 2002, p. 39).

- I) Fase de “formação ou expansão”, formada por aqueles casais sem filhos cujo chefe (a) do domicílio ou o cônjuge tenham menos de 36 anos e casais com filhos menores de 13 anos;
- II) Fase de “consolidação”: famílias cujo filho mais velho do chefe tenha entre 13 e 18 anos;
- III) Fase de “contração”: famílias cujo filho do chefe tenha 19 anos ou mais e
- IV) Fase do “ninho vazio”, em que havia um casal sem filho(s) e o (a) cônjuge tenha mais de 35 anos e não tenha filhos vivendo com eles.

A preocupação em analisar o padrão etário, principalmente o dos filhos, se dá pela estreita relação entre a idade das crianças e o seu nível de dependência, já que, quanto mais jovens os filhos, maior a sua dependência dos pais.

Essa definição foca na dimensão da parentalidade envolvendo o curso de vida familiar. Contudo, outro aspecto central na análise das famílias diz respeito à conjugalidade. A partir desses dois aspectos, é possível estabelecer as transições familiares ocorridas em função dos eventos de entrada ou saída de cônjuges e filhos na vida de um indivíduo.

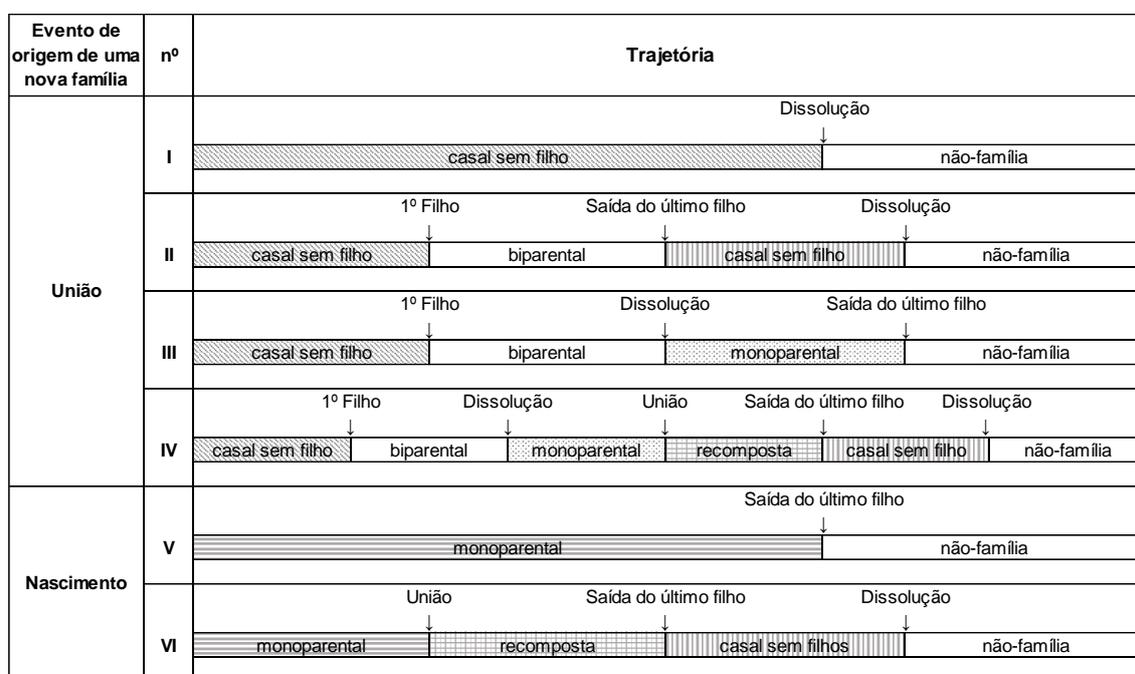
Blayo (1990) estabelece um esquema de categorias das possíveis trajetórias familiares, a partir da análise dos seus eventos de transição (Figura 1). A definição da família é pensada enquanto uma unidade baseada em suas dimensões conjugal e consanguínea²¹. Nesse caso, a trajetória familiar define-se a partir da experiência de um indivíduo, inicialmente solteiro e sem filho, que pode passar a constituir seu novo arranjo familiar a partir de dois eventos: uma união ou o nascimento do primeiro filho.

A trajetória familiar II (Figura 1) é considerada a mais tradicional, e segue uma tendência de uma sucessão linear dos eventos associados à formação de família. A união

²¹ Por esse motivo, um indivíduo morando sozinho é considerado não-família na análise de Blayo (1990).

é o evento de origem da nova família, um casal sem filhos. O período entre a união e o nascimento do primeiro filho é chamado de fase pré-parental. Com o nascimento do primeiro filho, inicia-se a fase parental dessa família, constituindo um núcleo biparental. Essa fase continua por todo o período de criação dos filhos, que vivem com os pais até a sua independência. Com a saída do último filho, volta a se configurar um casal sem filho, mas vivendo a fase pós-parental, ou do ninho vazio, como mencionado por Goldani (2002). Finalmente, o último período dessa trajetória familiar estabelece-se pela saída do cônjuge (que em uma forma mais tradicional de família está associada à viuvez), e com isso deixa de existir uma família, propriamente dita, já que a composição do domicílio seria com apenas um indivíduo isolado.

Figura 1: Esquema do curso de vida das famílias



Fonte: Blayo, 1990 p.81

Contudo, os eventos de transição familiar que se seguem a partir da vida adulta não necessariamente obedecem uma ordem cronológica do curso de vida, da forma mais tradicional de família, da mesma forma que os eventos que configuram a transição de um jovem para a vida adulta. Dessa forma, trajetória familiar II configura apenas uma entre as possibilidades de história familiar possíveis.

Embora uma dissolução deva ser precedida pela união, e a saída do último filho deva ser precedida pelo seu nascimento (ou adoção do primeiro filho), a relação entre a

parentalidade e a conjugalidade não possui essa mesma dependência. Assim, é possível estabelecer diversas possibilidades de trajetórias familiares.

As famílias monoparentais estão presentes dentro das trajetórias familiares III, IV, V e VI (Figura 1). Nas trajetórias III e IV, o evento de origem da nova família é uma união. Nesses dois casos, a família monoparental era previamente uma família biparental e, por isso, a transição para essa família está associada à ruptura da união. A diferença entre as trajetórias III e IV é a presença de uma nova união no caso IV, que leva ao estabelecimento de uma recomposição familiar, novamente formando um núcleo biparental, mas agora, com a presença de um padrasto ou madrasta (definida como família recomposta). Na trajetória III, por sua vez, a transição da monoparentalidade para outro arranjo se dá após a saída dos filhos. As trajetórias V e VI estão associados a uma família monoparental que se origina a partir de um nascimento fora de uma união, com a VI possuindo um período, enquanto família recomposta, ao passo que a V permanece, como monoparental, até a saída do último filho.

Por meio desse esquema proposto por Blayo (1990), ficam explícitos os eventos associados às transições *para* e *a partir* da monoparentalidade, ou, como Bumpass e Raley (1995) definem, as entradas e saídas da monoparentalidade. Esses movimentos podem se dar de duas formas em cada sentido: as entradas podem ocorrer via nascimento fora de uniões ou a ruptura de uniões; e as saídas se estabelecem pela saída do último filho ou uma união.

Desse modo, para a mensuração das transições *para* e *a partir* da monoparentalidade, torna-se necessária a quantificação dos eventos associados à sua entrada e à sua saída (ERMISCH, 1991). Para a mensuração das entradas na monoparentalidade é necessário mensurar o primeiro nascimento entre as mulheres nunca unidas e as separações envolvendo as mães com filho(s) dependente(s). Nesse processo, é necessário definir a questão do que se entende por solteira e filhos dependentes. Em geral, como a monoparentalidade está atrelada a uma questão de dependência, são fixadas idades limites para estabelecer o que se considera “filho dependente”.

Para compreender as saídas da monoparentalidade, além das taxas de recasamento das pessoas responsáveis por essas famílias, um outro aspecto central é entender, também, como se compõem as taxas de saída dos filhos. Por esse motivo, a saída do(s) filho(s) não necessariamente implica no(s) filho(s) deixarem de corresidir com mãe, no caso de uma família monoparental feminina. A saída pode ser com o filho

mais jovem completando uma idade maior do que aquela considerada limite para definir a condição de dependente.

Dessa forma, a própria delimitação daquilo que se entende por monoparentalidade feminina é capaz de trazer grandes diferenciais, não só na prevalência, como na intensidade dos eventos relacionados às transições que envolvem o curso de vida dessas famílias.

2.2 Definição das famílias monoparentais

Uma definição utilizada de monoparentalidade feminina é a situação em que mães não casadas formalmente corresidem com seus filhos dependentes (Folk 1996). Embora seja mais facilmente mensurável, já que o estado civil é contemplado pelas estatísticas dos registros civis de cada país, essa delimitação engloba também a mãe que coabita em união informal com o pai do(s) seu(s) filho(s). Assim, na perspectiva do filho, mesmo que os pais não estejam vivendo em uma união formal, ele estaria em uma família biparental. Dados os níveis observados de uniões consensuais e as mudanças em seus padrões e significados implícitos, a definição utilizando o estado civil (mães não casadas vivendo com seus filhos) tende a ter menos acurácia, tendendo a sobrestimar o total de famílias monoparentais (BUMPASS E RALEY, 1995).

Em um contexto de formação de famílias como o observado no Brasil, marcado pela alta prevalência de uniões consensuais, a definição de família monoparental a partir da ausência de um cônjuge ou companheiro corresidente e com a presença de filho(s) dependente(s) no domicílio torna-se mais condizente com as características do país. Por esse motivo, esta tese emprega esse recorte para definir a monoparentalidade.

Outro aspecto central para a definição da monoparentalidade reside na questão da dependência do(s) filho(s), que em geral está relacionada a um recorte etário. Contudo, não existe consenso no que se refere ao estabelecimento de uma idade limite que caracteriza a relação de dependência (MARURI, 2006). Dessa forma, fixando diferentes critérios de idade dos filhos para a monoparentalidade, é possível produzir estimativas bastante distintas, tanto no que diz respeito à duração, quanto à sua incidência.

Diferentes publicações do EUROSTAT, por exemplo, fixaram idades limites que variavam entre 15, 16 e 25 anos, ao passo que dados do informe da Comissão Europeia

sobre as famílias monoparentais fixavam a idade limite de 18 anos (MARURI, 2006). Goldani (2002) também estabelece a idade de 18 anos, como importante para a delimitação de uma fase da trajetória familiar. No trabalho de Bumpass e Raley (1995), para a abordagem da saída da monoparentalidade, é utilizada a metodologia de construção de tabelas de vida, fixando a idade de saída aos 18 anos. Ou seja, nesse caso, a monoparentalidade seria definida pela coresidência com os filhos de até 17 anos de idade.

A monoparentalidade definida pela presença do(s) filho(s) com uma relação de dependência torna o estabelecimento de um critério único de idade como algo de difícil consenso. Isso porque existem diversos aspectos a serem levados em consideração, que permeiam diferenciais entre as sociedades e classes sociais. Uma vez que o processo de transição de jovem dependente para adulto muda ao longo do tempo e entre os diversos estratos de uma sociedade, já que as etapas de escolarização, ingresso no mercado de trabalho, casamento e filhos possuem tempos que variam e são distintos, a fixação de uma idade padronizada para estabelecer essa relação de dependência é um exercício de “homogeneizar o que não é homogeneizável” (MARURI, 2006 p. 171).

Contudo, existe uma tendência a uma convergência em torno do estabelecimento de uma idade limite da dependência ao redor dos 18 anos, entre os órgãos de estatística da Europa e estudiosos do tema (MARURI, 2006). Do ponto de vista deste trabalho, optou-se por definir a família monoparental feminina como sendo aquela na qual a mulher não vive no mesmo domicílio com alguém definido como cônjuge ou companheiro, e coreside com pelo menos um filho de até 17 anos de idade. A delimitação de 17 anos como idade limite segue o mesmo critério adotado por Bumpass e Raley (1995) e, no caso brasileiro, a idade de 18 anos é aquela que marca a passagem para a maioridade civil. A partir da definição do objeto monoparentalidade em si, é possível analisar os eventos que marcam as transições do curso de vida das famílias.

2.3 Categorias de análise das trajetórias familiares

A análise do curso de vida tem sido útil para compreender o comportamento socioeconômico nos diferentes estágios da vida das pessoas ou de uma família típica. Muitos estudos têm analisado cortes reais com dados empíricos, relacionando as mudanças de estrutura familiar com outras de econômica ou social. O estudo da

dinâmica da formação de famílias, dentro de uma perspectiva de um *status* transicional tem ganhado força nas últimas décadas, sobretudo através de pesquisas de caráter longitudinal (MARURI, 2009).

As famílias, além de sua dimensão reprodutiva, possuem a esfera conjugal, que engloba os elementos mais complexos de seus aspectos de formação e dissolução. As metodologias que utilizam as taxas de fecundidade, mortalidade, divórcios, casamentos e recasamentos, tal como a descrita por Uhlenberg (1974), também podem ser úteis para a caracterização das diferentes trajetórias familiares.

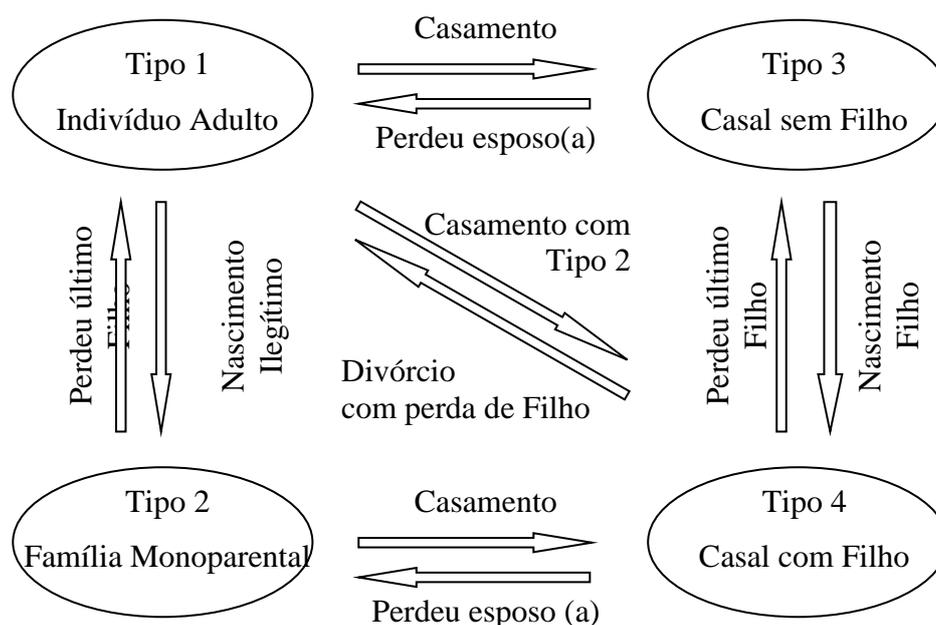
A multiplicidade das possibilidades que envolve a dinâmica familiar torna necessária a definição das categorias de análise do seu curso de vida capazes de englobar toda a complexidade de formas gerada pela interação entre diferentes eventos associados às transições. Nesse sentido, Blayo (1990) e Ermisch e Overton (1985) contribuem para a esquematização dos cursos de vida das famílias.

O esquema proposto por Blayo (1990) fornece as possibilidades de arranjos pelos quais um indivíduo passa ao longo de sua vida, a partir da perspectiva dos eventos relacionados às transições familiares (Figura 1). Com um sentido bastante próximo à abordagem de Blayo (1990), Ermisch e Overton (1985) propõem um esquema de trajetória familiar baseado em Unidades Domiciliares Mínimas²² (Figura 2). Em comum com o esquema proposto por Blayo (1990), estão as transições familiares ocorrendo sob dois vetores: da parentalidade e da conjugalidade. As entradas e saídas, dessa forma, ocorrem a partir das uniões e dissoluções de uniões, e da chegada e saída do(s) filho(s). Uma diferença está na simplificação que o esquema das Unidades Domiciliares Mínimas (UDM) faz dos arranjos familiares resultantes de cada uma das transições.

A perspectiva das UDMs, pelo fato de representar uma simplificação da realidade, tem seu esquema baseado na composição do domicílio: se possui ou não cônjuge e se possui ou não filho(s) corresidente(s). Assim, o indivíduo sem filho e sem cônjuge fará parte da UDM de tipo 1 (indivíduo adulto); com cônjuge e sem filho será do tipo 3 (casal sem filho); sem cônjuge e com filho, do tipo 2 (monoparental); e com cônjuge e com filho(s), do tipo 4 (casal com filho).

²² Em inglês, o termo usado por Ermisch e Overton (1985) é *Minimal Household Units*

Figura 2: Unidade Domiciliar Mínima e transições familiares



Fonte: Ermisch e Overton (1985)

As categorias de trajetória familiar analisadas no esquema de Blayo (1990), por sua vez, referem-se não somente à composição, mas definem-se através do arranjo familiar que o antecede. Existe, nesse caso, a diferenciação das famílias monoparentais em espontâneas (que se formam através de nascimentos fora de casamentos ou coabitações) e monoparentais através de dissolução de união; os casais com filho(s) podem ser biparentais tradicionais (que se originam a partir de um casal sem filho) ou famílias recompostas (que se originam do casamento de um responsável por família monoparental); os casais sem filho diferenciam-se por aqueles que nunca tiveram filhos ou aqueles após a saída do último filho; e, por fim, o indivíduo pode ser aquele que ainda não constituiu seu núcleo familiar ou aquele que voltou a esse status após transitar por outros arranjos.

A UDM é considerada a menor unidade divisível de elementos familiares dentro dos domicílios. A premissa de Ermisch e Overton (1985) era que uma UDM poderia ser considerada como uma unidade de tomada de decisão econômica, partindo da ideia de que as decisões são tomadas em conjunto com o cônjuge, ou são tomadas decisões referentes ao(s) seu(s) filho(s) dependente(s). Quando um filho se torna independente, passa a existir uma nova UDM, e o domicílio passa a ser considerado complexo, uma vez que convive nele mais de uma UDM (LEIVA, 2012).

Segundo Leiva (2012: 16), as UDMs permitem a análise da formação de um domicílio, contemplando variações do curso de vida do indivíduo e da família. Essa metodologia aborda o processo de formação de domicílio através das probabilidades de compartilhar e formar domicílios separados, e possibilita relacioná-lo com a sua estrutura e composição, bem como com as características dos seus membros. Dessa forma consegue abarcar vários aspectos, inclusive a questão da extensão domiciliar.

As vantagens deste modelo, segundo Leiva (2012: 17) são dadas:

“pela possibilidade de análise direta nos padrões de compartilhamento; permitir separar a análise demográfica da socioeconômica; a tipificação de unidades, bem definida em termos de variáveis demográficas e ciclo de vida, o que proporciona uma ampla aplicação; cada componente do domicílio tem status igual, o que facilita a comparação entre os indivíduos em diferentes tipos e tipos complexos de unidades; o paralelo entre o Tipo e a unidade econômica de tomada de decisão tende a conectar o processo de formação de domicílio, bem como torná-lo mais acessível para a análise econométrica.”

2.4 Monoparentalidade e transições familiares

Ermisch (1991) desenvolve expressões matemáticas envolvendo o curso de vida das famílias monoparentais, sob a perspectiva dos fluxos de entradas e saídas para esse *status*. Segundo o autor, o número de famílias monoparentais em um ponto no tempo é resultado das transições que envolvem a formação desse arranjo.

As taxas de entrada e saída e a duração média dependem, por sua vez, das taxas demográficas tradicionais. Em um contexto de universalização da formalização de uniões²³, podem ser estimadas a partir das taxas de divórcio entre as mães casadas; de recasamento entre as mães divorciadas ou viúvas; de primeiros nascimentos fora do casamento; e casamento de mães solteiras.

Dessa forma, a abordagem de Ermisch (1991) consegue englobar todas as transições envolvendo o curso de vida das famílias, tal como definida por Blayo (1990). Nesse caso, o desafio de entender os cursos de vida das famílias que envolvem a monoparentalidade também passa por uma definição da dimensão das entradas e saídas associadas a essa categoria familiar.

²³ Em um contexto de maior prevalência de uniões informais, é necessário expandir o modelo para abarcar também as rupturas e as formações de novas uniões consensuais.

No caso brasileiro, devido à carência de informações mais recentes que abordem a dimensão da história de nascimentos e de uniões, além da forte presença de uniões informais e de nascimentos ocorrendo dentro delas, a utilização de registros administrativos para estimar as transições familiares torna a análise bastante limitada. Por esse motivo, é necessário explorar as variáveis existentes nas pesquisas domiciliares no Brasil que permitam trazer alguma informação a respeito do padrão observado das famílias, e em que medida permitem fornecer informações a respeito dos tipos de entrada e de saída da monoparentalidade.

2.4.1 Contexto de família e de domicílio na transição para o primeiro filho

A transição para o primeiro filho, assim como as entradas em uniões, é uma das etapas centrais no processo de formação de famílias. Quando ocorre fora de uma união também é, juntamente com a dissolução dos laços conjugais, um dos eventos que ocasionam a entrada na monoparentalidade.

As evidências mais recentes a respeito da transição das mulheres para o primeiro filho no Brasil²⁴, a partir dos dados dos censos demográficos apontam para diferenciais por nível de escolaridade nos contextos de formação e de domicílios associados ao nascimento do primeiro filho (MINAMIGUCHI, 2014). Os nascimentos associados à monoparentalidade são mais frequentes entre as mães menos escolarizadas e, geralmente, ocorrem em um contexto de família estendida.

Embora as evidências empíricas apontem para o fato de que os nascimentos ocorram em maior proporção dentro de uma união, independentemente da idade da mãe ou do nível socioeconômico (SIMÃO et al., 2006, CAMARANO, 2007), é possível constatar tendências de fecundidade entre mulheres que não corresidem com um cônjuge ou companheiro em todos os níveis de escolaridade nas últimas décadas.

Mesmo com a transição para o primeiro filho associada a uma família monoparental ocorrendo em maior proporção entre as mulheres menos escolarizadas, tanto no Censo de 1991 quanto no de 2010, existe uma tendência de crescimento entre

²⁴ Considerando o tipo de família e a condição de residência no domicílio, das mulheres com a presença de um primeiro filho corresidente, com até um ano de idade. Assume-se que, pelo fato do primeiro filho ter ocorrido em um intervalo de menos de um ano, o contexto de família e de domicílio que sugere essa informação é semelhante ao contexto na época em que ocorreu a transição para o primeiro filho (no momento do nascimento).

esses dois períodos (Tabelas 1 e 2²⁵), bem como uma redução dos diferenciais entre esses grupos. Contudo, ainda com o crescimento maior entre as mulheres de maior nível de escolaridade, o gradiente educacional se manteve, permanecendo a relação mais forte entre as mulheres da transição para o primeiro filho dentro da monoparentalidade entre as mulheres de menor nível de escolaridade.

Entre essas famílias monoparentais, a questão do tipo de domicílio onde residem também é de fundamental importância. Esses arranjos, majoritariamente, possuem outras pessoas conviventes (principalmente domicílios que possuem 3 gerações, com a presença de mãe e/ou pai), em qualquer nível educacional, e ganham ainda mais importância em 2010, em comparação a 1991.

Tabela 1: Distribuição percentual das mulheres de 20 a 39 anos de idade²⁶ que vivem com o primeiro filho menor de um ano, segundo o tipo de família e condição de residência da família no domicílio por grupos de escolaridade. Brasil, 1991.

Tipo de família	Residência	Escolaridade (anos de estudo completos ²⁷)		
		Até 8	9 a 11	12 ou mais
Monoparental	Neolocal	2,3%	2,3%	1,9%
	Com mãe e/ou pai	11,1%	9,8%	6,3%
	Com outros parentes	2,2%	1,7%	0,8%
	Com não parentes	1,2%	0,5%	0,5%
Biparental	Neolocal	67,8%	71,7%	78,2%
	Com mãe e/ou pai	5,9%	7,0%	7,4%
	Com outros parentes	1,2%	0,8%	0,4%
	Com não parentes	0,3%	0,2%	0,1%
	Com sogros	8,1%	5,9%	4,3%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991.

²⁵ As Tabelas 1 e 2 não contemplam o início do período reprodutivo (até os 19 anos de idade), bem como as idades a partir dos 40 anos. No início do período reprodutivo, a fecundidade possui características particulares, associadas a uma importância muito maior das famílias estendidas e à ausência de cônjuge, e está mais presente entre as mulheres de baixa escolaridade. Entre as mulheres mais velhas, como a análise é focada na transição para o primeiro filho, corresponde a uma parcela bastante pequena das mulheres.

²⁶ Medida padronizada, utilizando as proporções relativas por idade multiplicadas por uma estrutura etária escolhida como padrão. A mesma estrutura etária padrão foi aplicada para todas as categorias de educação nos anos de 1991 e 2010. Foi necessária uma padronização, já que para os diferentes níveis de educação existe um padrão de transição para o primeiro filho diferente (mulheres mais escolarizadas tendem a adiar o primeiro filho), e existe uma associação entre a idade e o *status* conjugal e a condição no domicílio.

²⁷ Nível de escolaridade em anos de estudos completos, baseado em um ensino fundamental de 8 anos. Assim, até 8 anos equivale ao nível fundamental ou equivalente; até 11 anos, ao nível médio ou equivalente, e 12 anos ou mais a pelo menos um ano concluído em nível superior.

Tabela 2: Distribuição percentual das mulheres de 20 a 39 anos de idade que vivem com o primeiro filho menor de um ano, segundo o tipo de família e condição de residência da família no domicílio por grupos de escolaridade. Brasil, 2010.

Tipo de família	Residência	Escolaridade (anos de estudo completos)		
		Até 8	9 a 11	12 ou mais
Monoparental	Neolocal	3,3%	3,0%	2,2%
	Com mãe e/ou pai	15,4%	14,7%	14,8%
	Com outros parentes	2,7%	1,9%	0,8%
	Com não parentes	0,1%	0,1%	0,1%
Biparental	Neolocal	61,9%	64,0%	67,1%
	Com mãe e/ou pai	6,5%	7,9%	8,5%
	Com outros parentes	1,3%	0,8%	0,6%
	Com não parentes	0,1%	0,0%	0,0%
	Com sogros	8,7%	7,7%	5,9%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 2010.

Existe uma crescente importância da monoparentalidade e de um contexto de famílias estendidas nos primeiros nascimentos. Visto de outra forma, a evolução da quantidade de primeiros nascimentos fora de uniões possui potencial impacto na quantidade de famílias monoparentais em uma sociedade. Incluindo o componente das dissoluções de uniões à análise, existe a possibilidade de pensar em um modelo de curso de vida das famílias que possa contemplar as transições para a monoparentalidade. Ainda, respondendo a questões relevantes, como uma medida de permanência ou de duração do *status* monoparental, são capazes de trazer um modelo capaz de abarcar os fluxos de e para a monoparentalidade (ERMISCH, 1991).

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O objetivo central desta tese é fazer uma análise das diferentes trajetórias de família associadas às famílias monoparentais femininas no Brasil, nos diferentes extratos da sociedade, definidos através do vetor educacional. As trajetórias são pensadas como uma etapa que pode ocorrer durante o curso de vida de uma mulher, e analisadas a partir dos eventos constituintes dessas famílias.

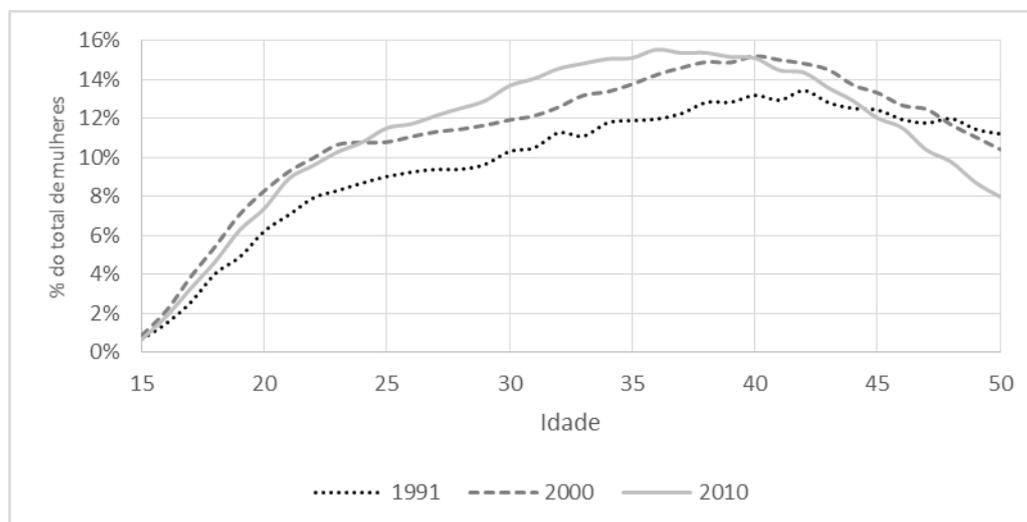
Embora seja conhecida a associação entre a monoparentalidade e as famílias com mais alto nível de pobreza, esta tese também tem como objetivo elucidar os prováveis diferenciais da experiência monoparental de acordo com o vetor educacional, sob a ótica do tipo de entrada e de saída. Esses diferenciais podem ser medidos a partir de uma análise comparativa das intensidades com que ocorrem os fluxos *de* e *a partir* da monoparentalidade, bem como dos padrões etários desses fluxos.

As categorias de nível de educação utilizadas são agrupadas em três categorias: *até fundamental completo*, que compreende desde analfabetas até o nível fundamental ou equivalente completo; *até médio completo*, com aquelas que pelo menos concluíram uma série do nível médio até aquelas que completaram esse nível de ensino ou equivalente; e *superior incompleto ou mais*, que compreende todas as concluintes de pelo menos um ano de curso de nível superior. A utilização dessas categorias de nível de escolaridade procura estabelecer um recorte nos pontos em que a probabilidade de transitar entre uma série concluída e outra são mais baixos. Essa medida é dada pelo método de probabilidade de progressão por série (RIOS NETO, 2004). Nesse caso, o método aponta que a probabilidade de progressão por série é menor na transição da última série de uma etapa de ensino para a primeira série da etapa subsequente, em relação às séries subsequentes dentro de uma mesma etapa de ensino.

As idades a serem consideradas são de 15 a 49 anos. As idades de 15 a 34 são as mais importantes para a formação dos domicílios (ESTEVE et al, 2012). Como este trabalho pretende também analisar as saídas, o último intervalo (35 a 49) poderia captar boa parte da fase de saídas da monoparentalidade através das saídas dos filhos.

Adicionalmente, tendo a definição de monoparentalidade com base no estado conjugal, dado pela ausência de alguém identificado como cônjuge ou companheiro vivendo no domicílio, e na idade dos filhos (filho mais novo com até 17 anos de idade), a proporção das mulheres que são responsáveis por uma família monoparental está representada no Gráfico 1:

Gráfico 1: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade na condição de responsáveis por famílias monoparentais, em relação ao total de mulheres, por idade. Brasil, 1991 2000, 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. IPUMS

A experiência monoparental varia de acordo com a idade e com o período de referência. Como os diferenciais por idade são marcantes, a proporção das famílias monoparentais femininas em um determinado período seria fruto da interação entre a probabilidade de uma mulher ser responsável por uma família monoparental e a estrutura etária naquele momento.

Contudo, esse ainda é um recorte transversal da monoparentalidade. Pensando a partir de uma abordagem de trajetórias, a probabilidade de uma mulher de uma determinada coorte ser responsável por uma família monoparental é determinada pela experiência acumulada dos fluxos *para* e a *a partir* da monoparentalidade aos quais essa coorte foi exposta. Assim, as trajetórias são analisadas pela perspectiva dos eventos de entradas e saídas das famílias monoparentais, mensurando as taxas de formação e de dissolução, para cada idade. Desse modo, é possível mensurar a sua duração e o padrão etário das taxas de entradas e saídas, além dos diferenciais entre classes de níveis de educação.

Uma vez que não existem dados disponíveis no Brasil para a estimação direta dessas taxas, esta tese desenvolve um método indireto para estimar a intensidade dos fluxos de entrada e saída da monoparentalidade, por idade simples, para as duas diferentes formas de entrada na monoparentalidade, por nascimento fora de uma união

ou por dissolução de união, a partir da utilização de variáveis disponíveis nos três últimos Censos Demográficos brasileiros.

3.1 As possibilidades de análise das famílias monoparentais a partir dos últimos Censos Demográficos brasileiros

Na demografia e nos estudos de população no Brasil, a principal fonte de dados utilizada na análise das famílias monoparentais são o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. A ênfase desses estudos, abordando o País como um todo, aponta para a análise de suas características socioeconômicas, em comparação com os demais arranjos, e em sua evolução quantitativa ao longo do tempo, focando no incremento observado ao longo das últimas décadas.

O teor dos aspectos analisados por esses estudos muito se dá, também, em função das características dessas fontes de dados. Foram especialmente pensadas para pesquisar as características demográficas e socioeconômicas, dando grande importância, também, às características do mercado de trabalho e rendimento da população. Embora as possibilidades dos estudos de família dadas pelos Censos Demográficos e pelas PNADs tenham sido bastante exploradas, ainda são fontes de dados cujas possibilidades ainda não foram esgotadas.

Contudo, essas fontes de dados também possuem limitações para o estudo das famílias. Exemplos são a ausência dos quesitos de nupcialidade nas PNADs entre 1997 e 2008, além das diferentes formas de categorias de relação entre os membros do domicílio nos Censos Demográficos (LAZO, 2002), o que dificulta a análise e torna alguns dados não harmonizáveis, na comparação entre diferentes períodos.

Apesar das dificuldades, existem ainda informações a serem exploradas, visando contribuir para o avanço na análise desse quesito, a partir da utilização das fontes de dados disponíveis. Entre essas possibilidades está o estudo da monoparentalidade, analisada a partir da perspectiva de um período tanto na vida das mulheres, quanto na vida dos filhos. Contudo, em grande parte dos casos é necessário partir de alguns pressupostos para a elaboração da análise, dada a ausência de estudos longitudinais e a escassez de informações a respeito da história de nascimentos no Brasil.

Embora não seja possível fazer uma análise longitudinal das famílias, explorando a questão de sua formação e dissolução, um estudo a respeito de seu padrão etário, tanto das mães, quanto dos filhos, ainda continua sendo de fundamental importância para caracterizar as famílias e possibilitar o avanço a respeito de seu conhecimento no Brasil. Nesse sentido, embora a natureza dos dados não permita determinar o evento relacionado à formação das famílias monoparentais, tenta-se utilizar aqui o estado conjugal como *proxy* para o evento de formação desses arranjos. Nesse caso, são diferenciados os eventos do nascimento (ocorrendo fora de uma união) e o de ruptura de união (podendo ser um divórcio, uma separação de união formal ou consensual, ou a viuvez). Embora a correspondência não seja exata, é possível, assumindo alguns pressupostos, estabelecer uma análise coerente acerca do perfil dessas famílias, a partir da perspectiva da sua formação.

Uma vez que nos censos demográficos brasileiros mais recentes existe o quesito sobre estado conjugal na data de referência do Censo, com categorias de resposta sendo unida, alguma vez unida ou nunca unida, é possível estabelecer uma correspondência entre as mulheres nunca unidas e a monoparentalidade por filhos fora de uma união de forma segura. Nas figuras a seguir é possível visualizar como foram elaborados os quesitos de nupcialidade dos três últimos censos demográficos brasileiros:

Figura 3: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 1991

OS QUESITOS SEQUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS (nascida antes de 01/09/1981)			
30	Vive ou viveu em companhia de cônjuge — esposo(a), companheiro(a), etc. (se assinou o retângulo 2 — Não, passe para os Quesitos 35 ou 45, conforme o caso)	1 <input type="checkbox"/> Sim	2 <input type="checkbox"/> Não
31	Se no Quesito 30 assinou o retângulo 1 — Sim, indique o mês e o ano em que contraiu a primeira união	Mês <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> 13 <input type="checkbox"/> Não lembra
32	Se vive em companhia do cônjuge — esposo(a), companheiro(a), etc., indique a natureza da união	1 <input type="checkbox"/> Casamento civil e religioso	2 <input type="checkbox"/> Só casamento civil
		3 <input type="checkbox"/> Só casamento religioso	4 <input type="checkbox"/> União consensual
33	Se não vive em companhia de cônjuge — esposo(a), companheiro(a), etc., indique se é:	5 <input type="checkbox"/> Separado(a) não judicialmente	6 <input type="checkbox"/> Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
		7 <input type="checkbox"/> Divorciado(a)	8 <input type="checkbox"/> Viúvo(a)
34	Se respondeu o Quesito 32, indique o mês e o ano em que passou a viver com o cônjuge atual. Se respondeu o Quesito 33, indique o mês e o ano em que passou a viver a situação indicada	Mês <input type="text"/>	Ano <input type="text"/> 13 <input type="checkbox"/> Não lembra

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991.

Figura 4: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 2000

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.36 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(a)?	<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO, MAS VIVEU	<input type="checkbox"/> 3 - NUNCA VIVEU
--	----------------------------------	---	--

↓

4.37 - QUAL É (ERA) A NATUREZA DA ÚLTIMA UNIÃO?	<input type="checkbox"/> 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO	<input type="checkbox"/> 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO	<input type="checkbox"/> 5 - NUNCA VIVEU
	<input type="checkbox"/> 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL	<input type="checkbox"/> 4 - UNIÃO CONSENSUAL	

↓

4.38 - QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?	<input type="checkbox"/> 1 - CASADO(a)	<input type="checkbox"/> 2 - DESQUITADO(a) OU SEPARADO(a) JUDICIALMENTE	<input type="checkbox"/> 3 - DIVORCIADO(a)	<input type="checkbox"/> 4 - VIÚVO(a)	<input type="checkbox"/> 5 - SOLTEIRO(a)
-----------------------------------	--	---	--	---------------------------------------	--

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Figura 5: Quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico 2010

PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

6.37 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?
<input type="checkbox"/> 1 - SIM - (Se mulher e tipo de setor igual a terra indígena, siga 6.38) (Se mulher, tipo de setor diferente de terra indígena e condição no domicílio de 04 a 19, siga 6.38. Caso contrário, passe ao 6.39)
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO, MAS JÁ VIVEU ANTES (Passe ao 6.40)
6.38 - Nome do cônjuge ou companheiro(a)
<input type="checkbox"/> 3 - NUNCA VIVEU (Passe ao 6.40)

6.39 - QUAL É A NATUREZA DA UNIÃO?	
<input type="checkbox"/> 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO	<input type="checkbox"/> 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO
<input type="checkbox"/> 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL	<input type="checkbox"/> 4 - UNIÃO CONSENSUAL
Siga 6.40	

6.40 - QUAL É O ESTADO CIVIL?		
<input type="checkbox"/> 1 - CASADO(A)	<input type="checkbox"/> 3 - DIVORCIADO(A)	<input type="checkbox"/> 5 - SOLTEIRO(A)
<input type="checkbox"/> 2 - DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	<input type="checkbox"/> 4 - VIÚVO(A)	
Siga 6.41		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No caso das mulheres que não vivem em união, mas já viveram, e que, portanto, teriam vivenciado alguma separação²⁸, embora não seja possível determinar que o evento de ruptura da união tenha originado a família monoparental, é possível pressupor que exista uma alta probabilidade de que isso seja verdade, para a grande maioria dos casos. Desse modo, assume-se que o padrão das famílias monoparentais por ruptura de união equivale ao padrão das famílias monoparentais cuja responsável é não vive, mas já esteve algum vez em unida. Em síntese, o padrão das famílias monoparentais segundo o seu evento de formação é dado pelo estado conjugal da mulher responsável pela família.

²⁸ Poderiam ser separadas, formal ou informalmente, de forma definitiva ou mesmo temporária, divorciadas ou viúvas.

Assim, a partir dessa relação entre o estado conjugal e o evento de origem, tenta-se estabelecer uma análise acerca dos diferentes padrões de famílias monoparentais sob a perspectiva de seu tipo de entrada.

3.1.1 Tipos de entrada

Além do nascimento do primeiro filho entre as mulheres não casadas e nem em união consensual, a entrada na monoparentalidade é provocada pela ruptura de união com a presença de filho(s). Dessa forma, indicadores que mensuram a transição para a monoparentalidade, a partir de um modelo de um sexo, são as taxas de fecundidade relativa à primeira parturição das mulheres não unidas, e as taxas de divórcios, separação²⁹ ou viuvez das mulheres que viviam com marido ou companheiro e filho(s). Existe, assim, a necessidade da estimativa de taxas de eventos que tradicionalmente já existem na demografia, mas específicos para uma determinada condição familiar.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente a necessidade de uma base de dados que possa fornecer a informação da condição da pessoa dentro da unidade familiar, identificável dentro do curso de vida das famílias. Nos três Censos Demográficos brasileiros mais recentes (1991, 2000 e 2010), existem informações sobre o estado conjugal, que podem ajudar a estimar a proporção das pessoas, dentro das categorias da trajetória familiar, que supostamente precederam o arranjo monoparental identificado. Para os anos de 1970 e 1980, as variáveis disponíveis a respeito da conjugalidade não produzem as informações desejadas, fazendo com que o trabalho fique restrito aos três últimos Censos.

Nos três últimos Censos, a pergunta sobre o fato de viver ou já ter vivido em companhia de cônjuge está disponível. Combinando com informações sobre estado civil, é possível diferenciar quem nunca foi unido de quem é separado, tanto de uniões formais, quanto informais. Assim, seria possível categorizar as diferentes formas de família monoparental de acordo com a sua forma de entrada, estabelecendo o pressuposto de que, no caso da entrada por meio da dissolução, a separação é um evento posterior ao nascimento. É possível uma trajetória na qual a mulher se une, se separa e, somente após esses eventos tem o primeiro filho, embora se possa pressupor que seja

²⁹ Separação pensada em um sentido amplo, contemplando todo tipo de união, formal ou informal, e podendo ser permanente ou temporária (abarcando também o efeito da migração na configuração familiar).

incomum. Isso faz com que a associação entre o tipo de entrada e o estado conjugal da mulher seja possível, embora não perfeita.

A ausência de informações sobre estado conjugal nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) recentes, à exceção das últimas (2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) dificulta (ou mesmo impossibilita) a sua utilização para a análise a respeito do tipo de entrada.

No caso dos Censos, dado o período longo entre uma e outra pesquisa, é possível, já que os dados disponíveis não cobrem todo o histórico de uniões anteriores, que as informações disponíveis possam gerar definições equivocadas. Por isso devem ser sempre analisadas com cautela.

3.1.2 Tipos de saída

Já no caso das saídas, a situação torna-se mais complexa para se estabelecer as categorias de famílias que estariam associadas a um evento de saída da monoparentalidade. Os dois tipos de saída seriam via união (com destino ao Tipo 4 das UDMs) ou via perda do último filho (migrando para o Tipo 1). As taxas de saída da monoparentalidade, assim, seriam dadas pelas taxas de (re)casamento³⁰ das mães responsáveis pelas famílias monoparentais, mais as taxas de saída do último filho que vive nesse arranjo (ERMISCH, 1991).

Na saída através de uma nova união se dá a formação das famílias recompostas ou reconstituídas (*stepfamilies* ou *blended families*). Esse tipo de família tem como especificidade, em relação ao arranjo biparental mais tradicional, a existência de filho(s) não pertencente(s) a um dos cônjuges (OLIVEIRA et al, 2011). A natureza de formação desse tipo de família é diferente, uma vez que nesse arranjo um adulto (geralmente um padrasto) é incorporado a um núcleo já existente (CHERLIN e FURSTENBERG, 1984; IHINGER-TALLMAN, 1988). Ou seja, possui em sua natureza o fato de ter sido previamente um arranjo monoparental que, na grande maioria dos casos, é feminino.

³⁰ Como esta tese trata da monoparentalidade a partir ausência de uma relação conjugal de casamento ou união consensual dentro do domicílio, a ideia de casamento e recasamento nesta tese adquire um sentido de contrair uma união, seja ela formal ou informal. A saída da monoparentalidade por meio de uma união também pode vir através da reunião familiar após uma separação temporária.

Embora a quantidade desse tipo de famílias seja mensurável através dos dados dos Censos de 1991 e 2010³¹, a mensuração da transição para esse tipo de família é mais complexa. Já a saída pela perda do filho pode se dar através da mortalidade do(s) filho(s), pela saída do domicílio parental, ou pela sua maioridade.

Apesar desses eventos poderem tecnicamente ser mensurados através dos dados censitários para o total da população, quando se trata de associar essas taxas ao grupo daqueles que vivem dentro de uma família monoparental, essa estimativa pode se tornar menos viável. Isso porque torna-se necessária a estimativa das intensidades dos eventos de mortalidade, de transição para a maioridade e de saída da casa dos pais específico para aqueles que vivem ou viviam em famílias monoparentais. A saída pela maioridade do filho é uma questão mais facilmente mensurável. Já a mortalidade, apesar do Censo de 2010 possuir informações a respeito de morte ocorrida no domicílio no último ano, além do sexo e a idade do falecido, a sua relação de parentesco não é identificada. Embora em alguns casos seja possível inferir essa informação, para boa parte dos casos não existe essa possibilidade. E sobre os filhos que não residem mais no mesmo domicílio, não existe qualquer informação que possa ser utilizada para estimar a intensidade dos seus fluxos de saídas.

Dada a complexidade de estimar os diversos indicadores que medem a intensidade de cada uma das causas da saída da monoparentalidade, as estimativas pautam-se no tempo médio de duração dos arranjos como forma de estimativa de uma única taxa de saída, que traria o efeito combinado de todas causas de saídas. Essa taxa de saídas obtida através do tempo médio de duração do arranjo é obtida com base na relação entre expectativa de vida e taxa de bruta de mortalidade. Tal como em uma tabela de vida, na condição de estacionariedade³², o inverso da vida média é a taxa bruta de mortalidade (ou de saídas).

³¹ Em 2000, pela ausência da distinção entre filhos e enteados na relação com a pessoa responsável pelo domicílio, a distinção entre famílias biparentais tradicionais e as famílias recompostas se torna inviável na maior parte dos casos.

³² A população estacionária é um modelo teórico de população no qual são observadas condições especiais, de ausência de migração, nascimentos constantes e nível e padrão de mortalidade constantes ao longo do tempo. A manutenção dessas condições durante muito tempo faria com que o tamanho e a estrutura da população permanecessem inalterados.

3.2 Proposta de metodologia de estimação das transições familiares das famílias monoparentais a partir dos dados dos Censos Demográficos brasileiros

O número de famílias monoparentais, em um ponto no tempo, é resultado das transições que envolvem a formação desse arranjo (Ermisch, 1991), e pode ser mensurado a partir dos fluxos de entrada e saída desse tipo de família ocorridos no passado.

Com base nas informações disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, esta proposta metodológica busca gerar uma estimativa dos fluxos de entrada e saída para as famílias monoparentais, de modo a produzir todo um conjunto de taxas que descrevem a formação e a dissolução das famílias monoparentais. Dessa forma, utilizando essas taxas, seria possível, assumindo a correspondência entre as taxas de período e as taxas de coorte, estimar a proporção de mulheres na condição de responsável por família monoparental a cada idade.

Uma vez que as famílias monoparentais femininas podem ter sua entrada por duas formas (nascimento do primeiro filho fora de uma união entre as nunca unidas ou via ruptura de união entre as mães unidas e com filhos), os modelos relacionados a esses dois tipos de famílias monoparentais, caracterizados pelas diferentes formas de entrada, são elaborados separadamente.

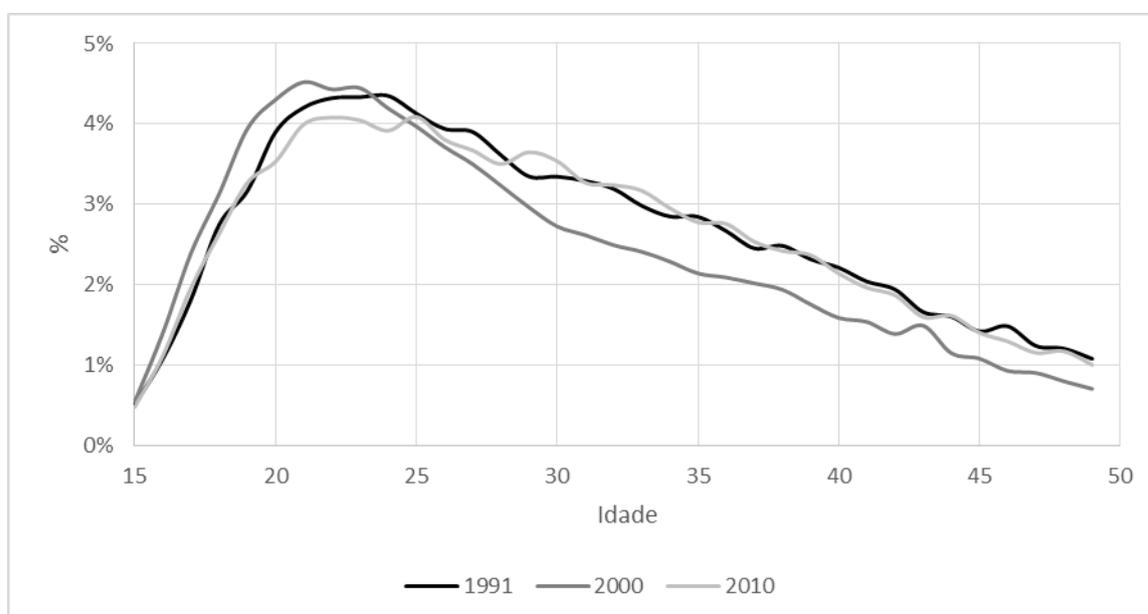
3.2.1 Os arranjos por nascimento fora de uma união

Quando analisada no conjunto da população de estudo, ou seja, no total de mulheres de 15 a 49 anos de idade, a proporção de mulheres que estão na condição de mães nunca unidas, responsáveis por famílias monoparentais, parece ser relativamente pequena, respondendo por cerca de 2,8% do total de mulheres em 1991, 2,6% em 2000 e 2,7% em 2010 no Brasil, a partir da classificação de família monoparental utilizada neste trabalho, segundo dados dos Censos Demográficos. Tendo em vista a perspectiva do total de mulheres, este valor não parece elevado. Contudo, como se trata de um fenômeno diverso, e bastante associado à idade, a simples média muitas vezes não é uma medida que possa dimensionar, de forma adequada, a importância desse tipo de arranjo no país.

As famílias monoparentais com origem relacionada ao nascimento de um filho fora da união medidas aqui pelo percentual de mulheres na condição de mães nunca unidas, são mais comuns entre as mulheres mais jovens, com uma maior prevalência entre os 20 e 25 anos de idade, como observado no Gráfico 2. As proporções por idade nos anos de 1991 e de 2010 se assemelham, e no ano 2000 o fenômeno é caracterizado por um padrão mais rejuvenescido, com maior prevalência ainda maior entre as mais jovens e uma menor proporção entre as mais velhas. Como nesse tipo de arranjo a transição para o primeiro filho é o evento que marca a formação de uma nova família, existe uma tendência de um padrão mais jovem.

Ao longo desse período foram observadas diversas mudanças em relação à fecundidade no Brasil, mas como as famílias monoparentais por nascimento fora de uma união se referem a uma dimensão bastante específica da fecundidade, que é a da primeira parturição em um contexto de ausência de um cônjuge ou companheiro corresidente, essa dinâmica pode ocorrer em um sentido e de forma muito distinta do que ocorreu com a fecundidade como um todo.

Gráfico 2: Percentual de mulheres nunca unidas de 15 a 49 anos de idade na condição responsáveis por uma família monoparental, por idade simples. Brasil, 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

3.2.1.1 Duração da monoparentalidade por nascimento fora de uma união e taxas de saída

Uma vez que os arranjos familiares, neste trabalho, são entendidos como uma condição transitória no curso de vida das pessoas, cuja prevalência em uma determinada sociedade é definida por eventos de entradas e saídas, pode-se inferir que a quantidade de mulheres que alguma vez na vida esteve ou estará sujeita à condição de monoparentalidade é maior do que a observada em um determinado ano sugere.

Quando se trata de um fenômeno entendido como uma etapa transitória, para as mesmas proporções de famílias monoparentais observadas dentro de uma população, naquelas onde existe um tempo médio de duração maior, existiria uma proporção menor de mulheres que teria experimentado alguma vez na vida a condição de responsável por uma família monoparental.

Assim, a relação entre as taxas de saídas e o tempo médio de duração é a mesma observada entre as taxas de mortalidade e a expectativa de vida em uma tabela de vida. Na verdade, a taxa de saída pode ser entendida como uma espécie de taxa de mortalidade da monoparentalidade, ainda que, para a monoparentalidade, essa “mortalidade” não seja um estado absorvente³³, tal como ocorre com os óbitos.

No caso da monoparentalidade, embora um indivíduo, após a saída desse status, possa se inserir novamente em uma família monoparental, é possível dizer que cada uma dessas famílias monoparentais é nova (no sentido de ser uma outra etapa no curso da vida, mas novamente dentro de uma família monoparental) e, assim sendo, teria uma única “morte” de cada uma delas. Assim, as relações entre as funções de uma tabela de vida também podem ser utilizadas para estimar as taxas de saída da monoparentalidade. Dentro dessas funções, existe uma propriedade nas populações estacionárias, que é a relação inversa entre a esperança de vida ao nascer e a taxa bruta de mortalidade.

Em uma condição de estacionariedade, as relações entre as funções da tabela de vida e a população se dão da seguinte forma:

- T_x é total de pessoas-ano vividos a partir da idade x , podendo ser, em uma população estacionária, a população total a partir da idade x ;
- l_x é o total de sobreviventes de uma coorte inicial na idade x , sendo que em uma população estacionária, $l_x = \infty d_x$.

³³ Um estado absorvente é aquele que, uma vez que se entra nessa condição, não se transita para outro estado.

- ${}_{\infty}d_x$ é o total de óbitos a partir da idade x , até a extinção da coorte.
- A taxa bruta de mortalidade (${}_{\infty}M_x$) é dada pelo quociente entre o total de óbitos e a população total, logo pode ser expressa por:

$${}_{\infty}M_x = \frac{{}_{\infty}d_x}{T_x} = \frac{l_x}{T_x} \quad (1)$$

E, uma vez que a expectativa de vida à idade x (e_x) é dada por :

$$e_x = \frac{T_x}{l_x} \quad (2)$$

Logo:

$$e_x = \frac{1}{{}_{\infty}M_x} \quad (3)$$

Partindo das formulações propostas por Ermisch, se uma mulher se torna uma mãe solteira³⁴, a duração dessa monoparentalidade é:

$$D_{ms} = \frac{1}{u_1^{ms}} \quad (4)$$

- u_1^{ms} é a taxa de primeiro casamento entre as mães solteiras;
- D_{ms} , a duração esperada, da monoparentalidade por nascimento fora de uma união;

Nessa formulação, é ignorada a saída do filho, como um evento de transição para a saída da monoparentalidade. Nesse caso, o modelo estaria restrito a mensurar o tempo médio de duração das famílias monoparentais, por nascimento fora de uma união, que transitam para uma família recomposta.

As formulações utilizando as cadeias de Markov, desenvolvidas por Ermisch (1991), possuem ainda como base taxas de transição que não são diretamente calculáveis a partir dos dados disponíveis no Brasil. Contudo, é possível estimar a duração média da monoparentalidade tendo em vista um outro parâmetro presente nas pesquisas domiciliares: a idade dos filhos.

³⁴ Tradução literal de *single mother*, termo utilizado pelo autor, que faz referência ao estado civil. Já o modelo utilizado nesta tese emprega a definição baseada em estado conjugal.

Uma vez que a transição de entrada para a monoparentalidade por nascimento fora de uma união ocorre através do nascimento do primeiro filho, o tempo de duração desse *status* seria igual à idade do primeiro filho. Assumindo o primeiro filho como o filho mais velho no domicílio, a idade média dos filhos mais velhos, vivendo em famílias monoparentais, seria igual ao tempo médio de duração da monoparentalidade.

Devido aos possíveis efeitos da estrutura etária das mães, o cálculo utiliza uma média padronizada, assumindo o pressuposto de que as experiências de período e coorte sejam iguais, e que a mortalidade adulta feminina e a mortalidade dos filhos não sejam significativas. Dado que as coortes de mulheres não são acompanhadas, ao longo do tempo, esse artifício auxilia na elaboração de uma medida que pode atuar como um indicativo da duração da monoparentalidade por nascimento fora de uma união. Assim, a duração média da monoparentalidade por nascimento fora de uma união (D_{ms}) seria:

$$D_{ms} = \frac{\sum_{i=15}^{49} (\bar{A}_i + 0,5) P_i^{ms}}{\sum_{i=15}^{49} P_i^{ms}} \quad (5)$$

- D_{ms} = Duração média
- A_i = Idade média do filho mais velho das mulheres de idade i
- P_i^{ms} = Proporção das mães nunca unidas de idade i em relação ao total de mulheres de mesma idade.

O tempo médio vivido pelas mulheres na condição responsável por família monoparental por nascimento fora de uma união estimado pode ser observado na Tabela 3. Esses valores não se encontram muito distantes do que Ermisch (1991, pp.31) estimou para a Grã-Bretanha utilizando dados longitudinais. O autor estima o tempo médio de duração enquanto mãe solteira em 71 meses, ou quase 6 anos, analisando as transições familiares entre as mulheres de 16 a 59 anos de idade, a partir dos dados do *Women and Employment Survey* de 1980.

Calculados os valores para os diferentes de escolaridade, chama a atenção que o diferencial por nível de instrução em um mesmo ano seja menor do que o diferencial entre os anos. Isso indicaria que teria havido uma mudança de diferencial de intensidade de saída da monoparentalidade entre os anos e uma certa proximidade desse nível em um mesmo ano para as diferentes categorias analisadas. Assim, as mudanças entre os períodos podem ser consideráveis e também possuem um importante papel nesta análise.

Tabela 3: Idade média do filho mais velho³⁵ das mulheres entre os 15 e 49 anos de idade nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução³⁶ da mulher. Brasil, 1991, 2000 e 2010

Ano	Escolaridade			Total
	Até fundamental completo	Até médio completo	Superior incompleto ou mais	
1991	7,33	7,14	7,33	7,29
2000	6,29	6,63	6,82	6,40
2010	8,12	7,95	8,05	8,08

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A coerência da informação a respeito da idade do filho mais velho, como um indicativo da duração da monoparentalidade por nascimento fora de união pode ser observada, também, no Gráfico 3. Isso porque a proporção dos filhos mais velhos, a cada idade, em famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, assemelha-se muito ao padrão de uma função de sobrevivência. De fato, se não existissem diferenciais entre as coortes de filhos, a proporção de filhos mais velhos, a cada idade, somente iria variar em função das saídas para outros arranjos, que se supõe, em geral, que seja via casamento de suas mães, tal como o modelo de Ermisch (1991) propõe.

Assim, um modelo que trabalha com a monoparentalidade por nascimento fora de uma união possui uma maior simplicidade para a elaboração da análise, uma vez que sua entrada se dará à idade exata de zero ano do primeiro filho, que é o momento em que seria o ponto máximo, uma vez que os eventos que se sucederiam seriam somente de saída.

A proporção de filhos mais velhos vivendo em famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, à idade exata de zero ano, também indicaria a proporção de primeiros filhos nascidos em famílias de mães nunca unidas. Esse valor exato para cada ano não pode ser estabelecido diretamente pelas proporções observadas no Gráfico

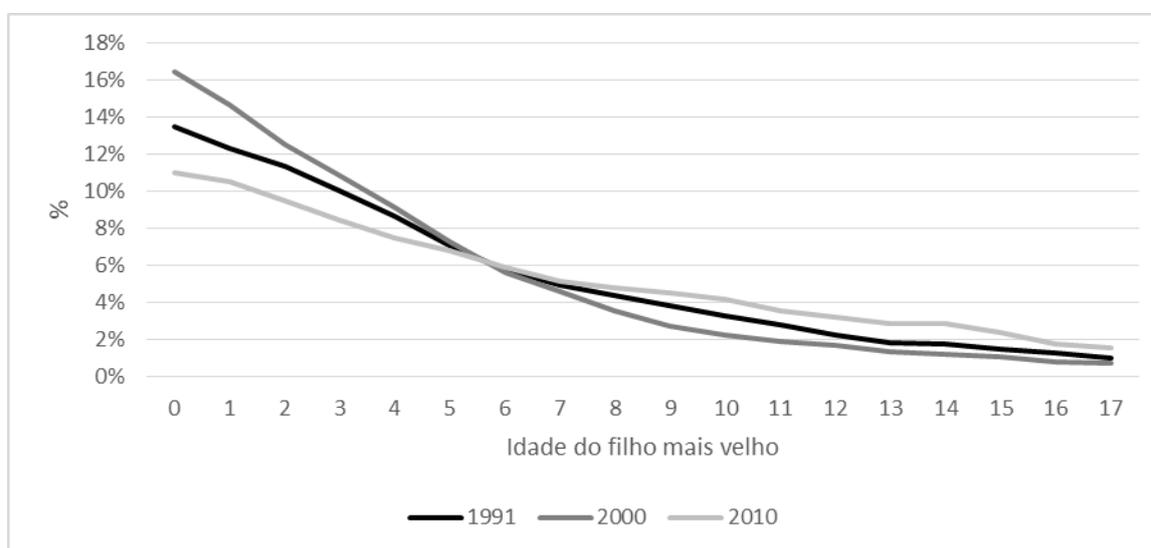
³⁵ Filho mais velho no domicílio. A definição de monoparentalidade utilizada nesta tese é dada pela presença de algum filho menor de 18 anos, mas, para o cálculo do tempo de duração, são considerados os filhos mais velhos de qualquer idade, desde que estejam morando no mesmo domicílio que a mulher responsável pela família monoparental. Vale notar que a mulher pode ter filhos mais velhos morando fora do domicílio, mas neste caso não configurariam um domicílio monoparental.

³⁶ O nível de instrução é referente ao momento do Censo, e não à entrada na monoparentalidade.

3, embora seja possível, por lógica, inferir que o valor seja ligeiramente superior ao observado entre os primeiros filhos de 0 ano completo, que é a informação obtida de forma direta através dos censos demográficos. A população de idade exata de 0 ano, nesse caso, representa o tamanho inicial da coorte, e a população de idade completa de 0 ano, seria essa população inicial exposta a uma determinada função de decrementos. Assim, a diferença entre a proporção de crianças nascidas de mães nunca unidas e as crianças de 0 ano de idade filhas de mães nunca unidas em um período será tanto maior quanto maior for a taxa de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união à qual estiver exposta essa população.

A tendência observada também corrobora com os resultados da idade média, que apontam para um tempo médio de duração maior em 2010 e menor em 2000. Uma vez que a inclinação da função de sobrevivência fornece uma estimativa do tempo médio vivido, logo, como a função de 2000 apresenta decrementos mais rápidos, seu tempo médio de duração tenderia a ser menor.

Gráfico 3: Distribuição percentual dos filhos mais velhos que vivem em famílias monoparentais de mães nunca unidas de 15 a 49 anos de idade, por idade. 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Da mesma forma, a idade do filho mais velho é variável auxiliar para a estimativa da idade de entrada à monoparentalidade por nascimento fora de uma união, visto que a diferença entre a idade da mãe e a idade de seu primeiro filho indica a idade de entrada à maternidade, evento que teria originado essa família. Assim, foi possível

estimar a idade média de entrada à monoparentalidade das mulheres de diferentes estratos educacionais, nos três últimos censos demográficos.

Essa medida utiliza os mesmos pressupostos do exercício de estimativa do tempo médio de duração da monoparentalidade, de uma correspondência entre as experiências de período e de coorte e níveis baixos de mortalidade adulta, entre as mulheres, e infanto-juvenil, entre as crianças.

De forma geral, foi observada uma redução da idade média de entrada à monoparentalidade por nascimento fora de uma união, para o total das mulheres, e uma redução mais acentuada, considerando cada um dos estratos educacionais de forma separada, sobretudo para o nível de escolaridade superior. Mesmo um maior nível educacional estando relacionado a uma idade média à primeira maternidade mais elevada, e apesar do crescimento do nível de instrução das mulheres nas últimas décadas, a idade média de entrada à monoparentalidade para o total das mulheres teve uma ligeira redução no período de 1991 a 2010 (Tabela 4).

Tabela 4: Idade média da primeira maternidade entre as mulheres nunca unidas de 15 e 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Ano	Nível de instrução			Total
	Até fundamental completo	Médio incompleto a médio completo	Superior incompleto ou mais	
1991	21,98	24,99	27,50	22,69
2000	21,23	23,61	25,98	22,21
2010	20,77	22,44	24,72	21,94

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

As oscilações da proporção de mulheres de 15 a 49 anos nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais, em relação ao total de mulheres de mesma faixa etária, de 2,8% em 1991, para 2,6% em 2000 e 2,7% em 2010, não foram quantitativamente muito elevadas, mas o padrão etário de seu início parece ter tido mudanças mais significativas.

O total de mulheres responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, em uma população, pode ser definido como o produto da quantidade daquelas que experimentam uma primeira maternidade fora de uma união e o tempo que

essas mulheres esperam viver nessa condição. Desse modo, embora os dados sugiram que, se considerarmos uma proporção de mulheres sem filho semelhante entre os períodos, as proporções das mulheres que experimentam a transição para o primeiro filho nunca tendo estado em união são próximas em 1991 e 2010, existindo uma maior proporção de mulheres nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais em 2010. Nesse caso, os diferenciais estariam relacionados ao maior tempo de duração da monoparentalidade em 2010 em relação ao observado em 1991.

3.2.1.2 Estimativas das taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união

Uma vez que a transição para esse tipo de família é dada pela taxa de transição para o primeiro filho entre as mulheres nunca unidas, a informação das mulheres nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais que tiveram seu primeiro filho nos 12 meses anteriores fornece uma *proxy* para a taxa de entradas.

Na medida em que os dados disponíveis nos Censos Demográficos fornecem apenas a informação da população que possui o *status* de mãe nunca unida a cada idade, é preciso estimar o tamanho inicial da coorte monoparental, no momento do nascimento do primeiro filho.

Uma vez que o denominador da taxa é a população exposta ao risco do evento de interesse, então o total de mulheres nunca unidas de mesma idade é utilizado para a estimativa, já que são aquelas que, conceitualmente, estariam expostas ao risco de se tornarem mães nunca unidas, considerando o esquema de trajetória de vida familiar utilizado por Blayo (1990). Assim, a taxa de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união pode ser definida pelo total de primeiros filhos nascidos de mães nunca unidas, ocorridos em um determinado ano, sobre o total de mulheres expostas a serem mães nunca unidas (nesse caso, mulheres nunca unidas que nunca tiveram filho).

Essa medida é aqui denominada de E_x^{ms} . Da mesma forma que se estima o total de nascimentos a partir da população de zero ano de idade em uma projeção de população, as taxas de entrada podem ser definidas como:

$$E_x^{ms} = \frac{M_x^{0ano}}{P_x^s} \times \frac{l_x^{ms}}{{}_1L_x^{ms}} \quad (6)$$

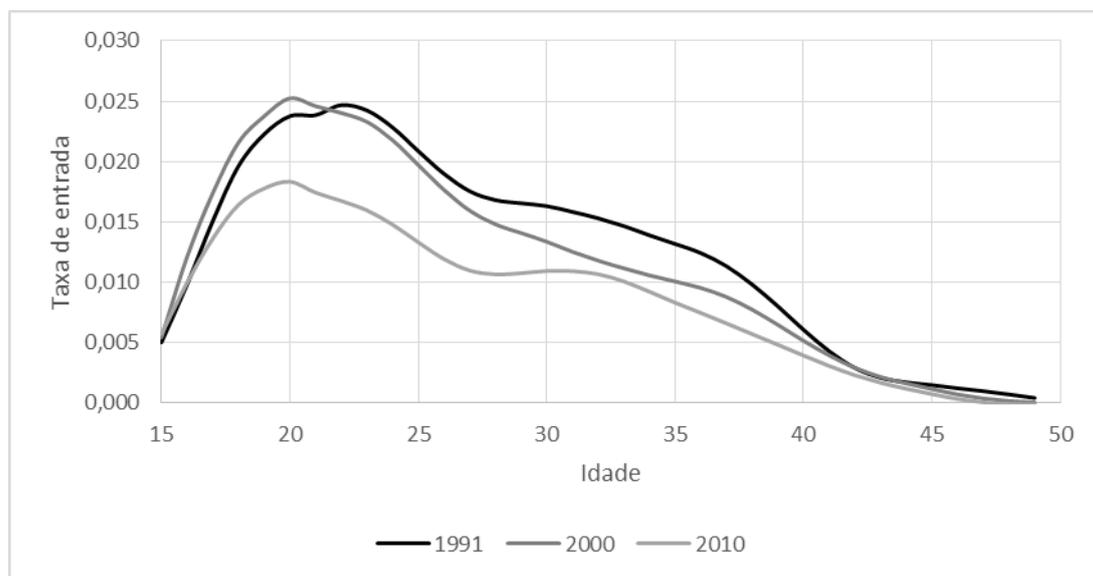
Sendo:

- $M_x^{0ano} = \frac{\text{m\~{a}es_nunca_unidas_de_idade_x,_com_1^\circ_filho_com_0_ano}}{\text{mulheres_de_idade_x}}$
- P_x^s = proporção de mulheres nunca unidas, de idade x , em relação ao total de mulheres de mesma idade.
- $\frac{l_x^{ms}}{{}_1L_x^{ms}}$ = inverso da razão de sobrevivência à entrada na monoparentalidade³⁷ por nascimento fora de uma união.

O valor de ${}_1L_x^{ms}$ é definido a partir das taxas de saídas estimadas para cada idade.

Assim, o padrão das taxas de entradas, representados no Gráfico 4 foi obtido:

Gráfico 4: Taxas anuais de entrada para a monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples³⁸. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

³⁷ Faz uma analogia com a razão de sobrevivência ao nascer, que em uma população expressa a relação entre a população de 0 a x anos de idade no final do período entre t e $t+x$ e os nascimentos ocorridos entre os anos t e $t+x$. No caso da monoparentalidade, expressa a relação entre o total de mulheres de idade x que entrou na monoparentalidade por nascimento fora de uma união ao longo de um ano (l_x^{ms}) e o total de mulheres monoparentais por nascimento fora de uma união de idade x ao final desse ano (${}_1L_x^{ms}$).

³⁸ Suavização das séries a partir da abertura dos grupos quinquenais, utilizando multiplicadores baseados de Beers ordinário. As séries originais com os dados sem essa suavização constam no Apêndice desta tese.

Assim como ocorre na população como um todo, em função dos erros de declaração de idade, as séries das taxas calculadas possuem um padrão de oscilações por idade. Também existe um problema ao trabalhar eventos rarefeitos para algumas idades na amostra, que também produz oscilações na série. Por esse motivo, foram realizados ajustes com o objetivo de suavizar as taxas. O método empregado, para a maior parte dos casos, foi a partir do agrupamento em grupos quinquenais e utilização dos multiplicadores de *Beers* ordinário para a abertura por idade simples. Para alguns casos, entre as idades de 15 a 19 anos, foi utilizada a média móvel de 3 anos como forma de suavizar as taxas.

A medição da taxa é importante e está relacionada ao risco de uma mulher nunca unida e sem filho fazer a transição para a condição de mãe nunca unida em um ano para cada idade. Nesse caso, em 2000 pode ser observada uma taxa de entrada maior entre as mais jovens em relação a 1991 e 2010, caracterizando naquele ano um padrão mais jovem que nos demais. Esse padrão parece condizente com a tendência de alta na taxa de fecundidade adolescente observada em 2000. Destaca-se ainda o forte declínio das taxas de entrada entre 2000 e 2010.

3.2.1.3 Estimativas das proporções de famílias monoparentais por nascimento fora de uma união a partir das taxas de entrada e saída

A partir dos fluxos de entradas e saídas entre as idades x e $x+1$, é possível estimar a proporção (bem como os totais) de mulheres nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais, a cada idade x (M_x), em uma determinada população. Para a estimativa dos incrementos da monoparentalidade a cada idade, além da taxa de entrada, que mede o risco de uma mulher nunca unida entrar para a monoparentalidade, também deve ser considerada a quantidade de mulheres nunca unidas a cada uma dessas idades. Em outras palavras, os incrementos seriam dados pelo produto entre as taxas de entrada e a população exposta ao risco. Já os decrementos a cada idade seriam dados pelas taxas de saída e a população exposta ao risco, ou seja, os totais ou as proporções de famílias monoparentais, para cada idade.

As formulações a seguir demonstram como a proporção de mulheres monoparentais por nascimento fora de uma união em uma determinada idade pode ser estimada a partir da proporção de mulheres nunca unidas em cada idade, e do

acumulado das taxas de entrada e saída desse tipo de família, ao longo da vida até atingir essa idade:

$$M_x = E_x^{ms} \times P_x^s \times \frac{l_x}{{}_1L_x} + \sum_{i=15}^{x-1} \left(E_i^{ms} \times P_i^s \times \frac{{}_1L_i}{{}_1L_{i-1}} \right) \quad (7)$$

Como as taxas de entrada são obtidas através das primeiras parturições das mulheres nunca unidas, utilizando a relação mostrada pela fórmula (6)

$$\left(E_x^{ms} = \frac{M_x^{0ano}}{P_x^s} \times \frac{l_x}{{}_1L_x} \right), \text{ então:}$$

$$M_x = M_x^{0ano} \times P_x^s + \sum_{i=15}^{x-1} \left(E_i^{ms} \times P_i^s \times \frac{{}_1L_i^{ms}}{{}_1L_{i-1}^{ms}} \right) \quad (8)$$

Sendo P_x^s a proporção de mulheres nunca unidas na idade x em relação ao total de mulheres de mesma idade, e $\frac{{}_1L_i^{ms}}{{}_1L_{i-1}^{ms}}$ a razão de sobrevivência³⁹ da monoparentalidade por nascimento fora de uma união entre as idades $i-1$ e i .

As taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união são estimadas a partir das taxas específicas de fecundidade de primeira parturição para as mulheres nunca unidas em cada idade.

Pressupondo todas as mulheres na idade exata de 15 anos nunca unidas e sem filho, então a proporção de mulheres com idade de 15 anos responsável por uma família monoparental, em um determinado período, é dada pela proporção de mulheres nunca unidas de 15 anos de idade que possuem um primeiro filho com menos de um ano de idade em relação ao total de mulheres de 15 anos de idade (M_{15}):

$$M_{15} = M_{15}^{0ano}$$

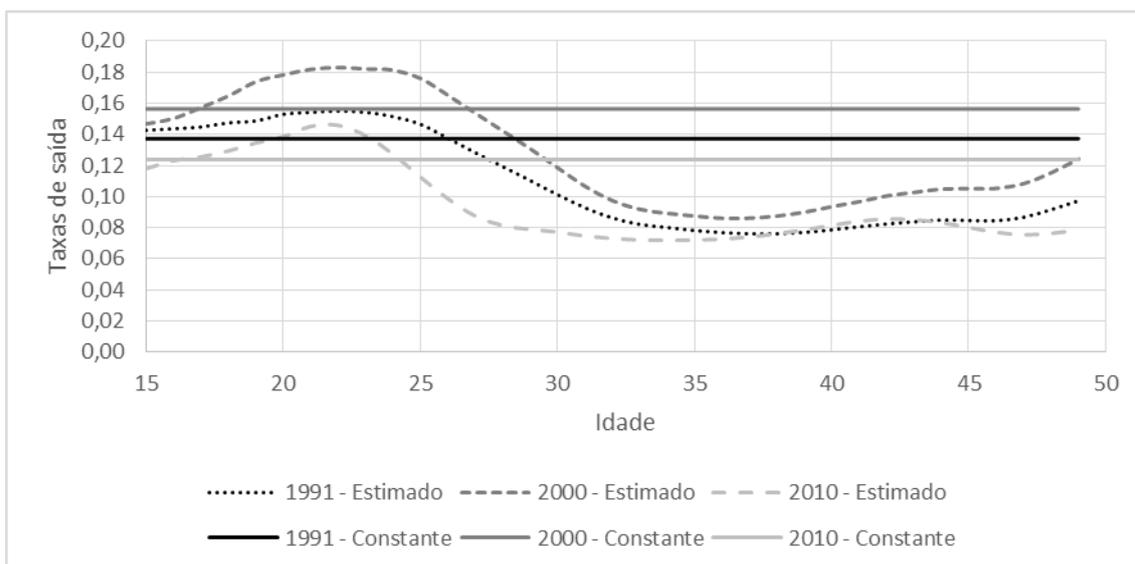
No caso das taxas de saída, foram consideradas duas situações para a sua estimativa: a primeira utiliza as taxas de saída constantes (a mesma taxa para todas as idades, estimadas através do inverso da duração) e a outra ajusta o padrão das taxas de saída necessário para chegar à proporção de famílias monoparentais por nascimento fora de uma união observadas no ano.

³⁹ Considerando um contexto de ausência de migração, ou saldo migratório zero para cada idade, a razão de sobrevivência expressa a razão entre a total de pessoas de idade x em um ano t e o total de pessoas de idade, e o total de pessoas com idade $x+n$ no ano $t+n$.

Para o ajuste das taxas de saídas, por idade, que pudesse gerar um padrão das proporções de famílias monoparentais observadas, foi utilizado um processo iterativo, de tentativa e erro, gerando aproximações até atingir um nível considerado satisfatório.

Os padrões utilizados são apresentados no Gráfico 5:

Gráfico 5: Taxa anual de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



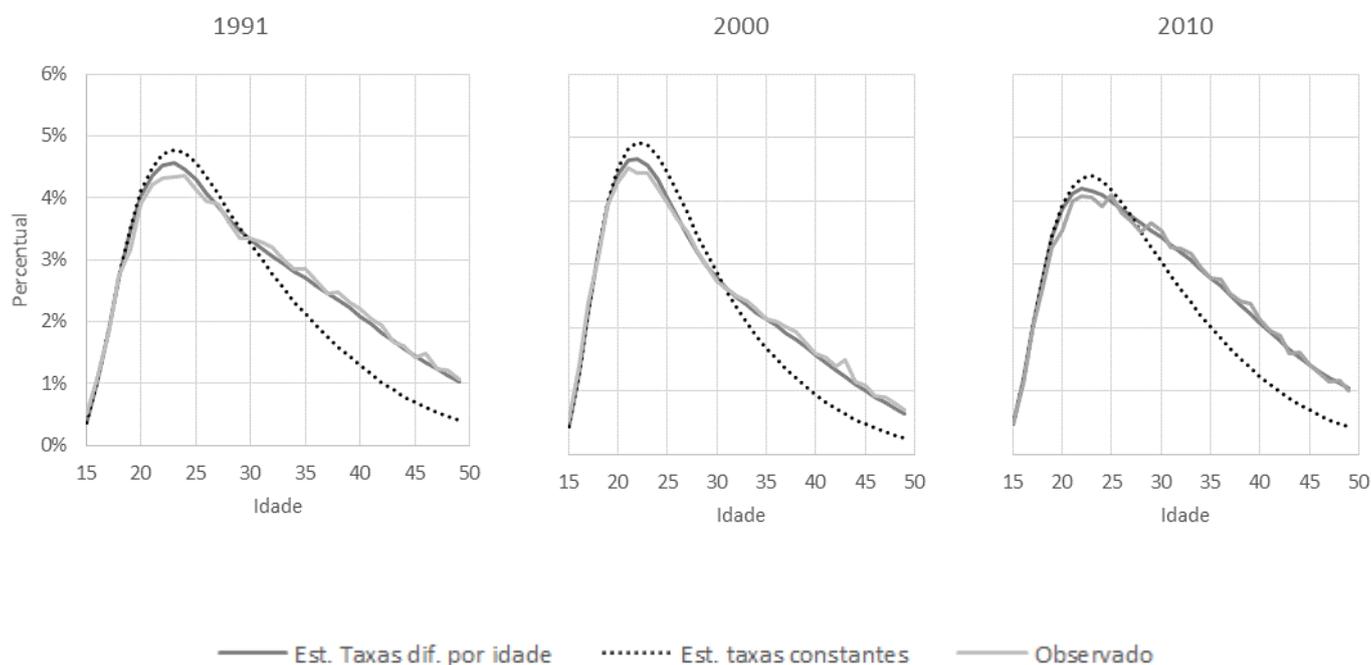
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Através dessas estimativas das taxas de entrada e de saída, foi possível estimar a proporção de mulheres responsáveis por família monoparental por nascimento fora de uma união, para cada idade, em relação ao total de mulheres (

Gráfico 6).

Pode-se constatar que o pressuposto de taxas de saída constantes, por idade, não é robusto, dado que gera um padrão bem mais jovem que o observado. Por esse motivo, as taxas de saída ajustadas revelam um padrão relacionado a probabilidades de saídas mais altas para as mulheres mais jovens. Uma vez que se assume que a principal forma de saída da monoparentalidade é por meio de uma união, esse padrão estaria associado a uma maior propensão das mulheres monoparentais mais jovens se unirem em relação às mais velhas.

Gráfico 6: Proporção de mulheres nunca unidas de 15 a 49 anos de idade na condição responsável por família monoparental, observada e estimada, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Embora as taxas de saída estimadas por método iterativo tenham gerado proporções de famílias monoparentais próximas às observadas nos censos, as taxas brutas calculadas a partir dessas taxas ajustadas foram diferentes das taxas calculadas por meio da duração média. Esses diferenciais podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5: Taxa bruta⁴⁰ de saída da monoparentalidade entre as mulheres nunca unidas. Brasil, 1991, 2000 e 2010

Forma de obtenção da taxa	1991	2000	2010
1/D _{ms}	0,1373	0,1564	0,1238
Ajustadas	0,1158	0,1412	0,0993

Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

⁴⁰ As taxas brutas são ponderadas pelas proporções de mulheres na condição de responsável por família monoparental, e não pelo seu total.

A diferença observada nas taxas brutas de saída obtidas das duas maneiras indica que as experiências de período são diferentes das de coorte. A proporção de famílias monoparentais em um dado período está relacionada às experiências do passado de taxas de entrada e saída das diferentes coortes que a compõem, e o mesmo é possível dizer a respeito da medida da duração da monoparentalidade. Por outro lado, as taxas de entrada estimadas neste trabalho medem a experiência de período dessa mesma população. Uma vez que foi necessário um nível mais baixo de taxas de saída para estimar os níveis do período, a explicação para tal diferença pode caminhar nas seguintes direções: taxas de entrada maiores nas coortes anteriores ou taxas de saída maiores nas coortes mais antigas. Isso quer dizer que as coortes mais jovens, tendo uma experiência de taxas de entrada menores que as suas predecessoras, necessitariam de um nível de taxas de saída de período menores para ajustar aos valores correntes das proporções de mulheres nunca unidas, na condição de responsáveis por família monoparental a cada idade.

As taxas de entrada e de saída em 2000 são maiores que as de 1991 e as de 2010. Embora as taxas de entrada sobrestimadas possam levar, também, à sobrestimação das taxas de saída, o indicador, medido por meio do tempo de duração, que possui uma forma de obtenção bastante distinta e um cálculo realizado de forma independente, também aponta no mesmo sentido, de um padrão de saídas, em 2000, superior a 1991 e 2010. Por esse motivo, existe mais de um indicador obtido de uma forma distinta que aponta para os mesmos diferenciais de níveis das taxas de saídas nesses três anos.

Assim, acredita-se que existe uma robustez nessa comparação acerca das taxas de entrada e saída da monoparentalidade. Uma outra questão é que, pelas estimativas indicarem que se trata de um tipo de família que possui uma duração relativamente pequena, que variaria de 6 a pouco mais de 8 anos de duração média nos anos analisados, as experiências de coorte não tendem a ser distantes das experiências de período, o que também corrobora para assumir que esses diferenciais de fato se devem a diferenciais de níveis de taxas de saída.

Uma outra medida que pode ser calculada a partir das taxas de entrada é o total de mulheres que vivenciariam, em algum momento da vida, a condição de responsável por uma família monoparental por nascimento fora de uma união. Assumindo que a entrada para o *status* de monoparental por nascimento fora de uma união só pode

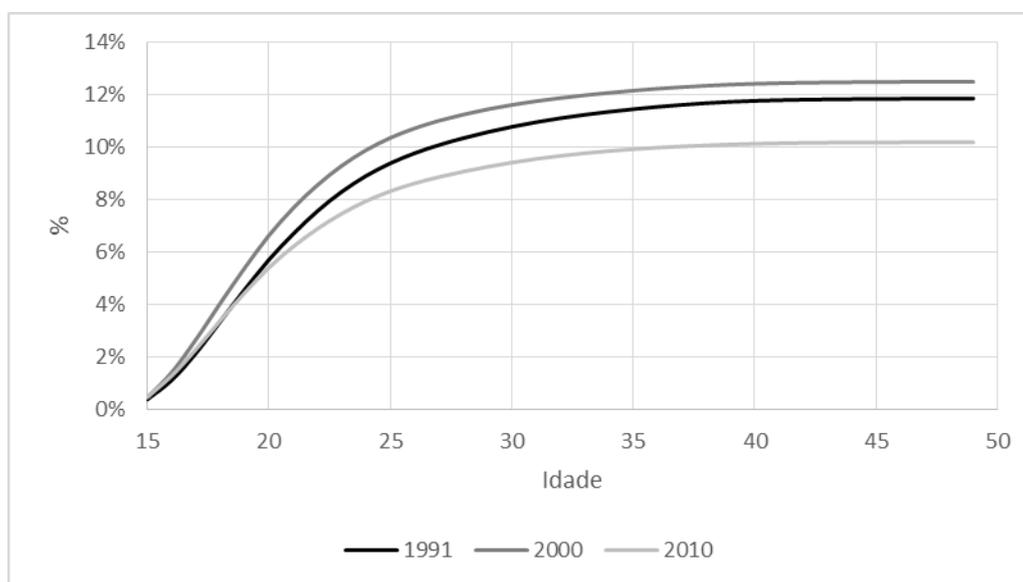
ocorrer uma vez na vida de uma mulher⁴¹, o somatório do produto das taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união pela proporção de mulheres nunca unidas a cada idade, até os 49 anos, seria o equivalente ao total de mulheres dessa coorte que em algum momento teria experimentado a condição de responsável por esse arranjo monoparental. O cálculo pode ser representado da seguinte forma:

$$M_s = \sum_{i=15}^{49} (E_i^{ms} \times P_i^s) \quad (9)$$

Sendo M_s a proporção de mulheres que alguma vez na vida experimentaria a condição de responsável por um arranjo monoparental por nascimento fora de uma união.

Esse indicador aponta para uma elevação da proporção de mulheres que, ao final do período reprodutivo, vivenciaria essa experiência monoparental entre 1991 e 2000, e uma queda entre 2000 e 2010, dado pelas taxas de entrada na monoparentalidade acumuladas (Gráfico 7).

Gráfico 7: Taxas acumuladas de entrada na monoparentalidade entre as mulheres nunca unidas, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

⁴¹ Considerando que são raros os casos em que uma mulher teve a experiência de estar em uma família monoparental anteriormente via nascimento, sair e voltar a uma nova monoparentalidade por nascimento fora de uma união. Um outro caso em que o pressuposto não seria verificado, e que também é considerado raro, é o de uma mulher que se torna monoparental pelo nascimento do primeiro filho, perde o filho e volta a se tornar monoparental através do nascimento de um segundo filho.

É possível também, através desse indicador, ter uma outra medida para quantificar a monoparentalidade no país, assim como é capaz de ilustrar o fenômeno como um fator que incide sobre uma parcela maior do que a sua prevalência em um determinado momento do tempo sugere.

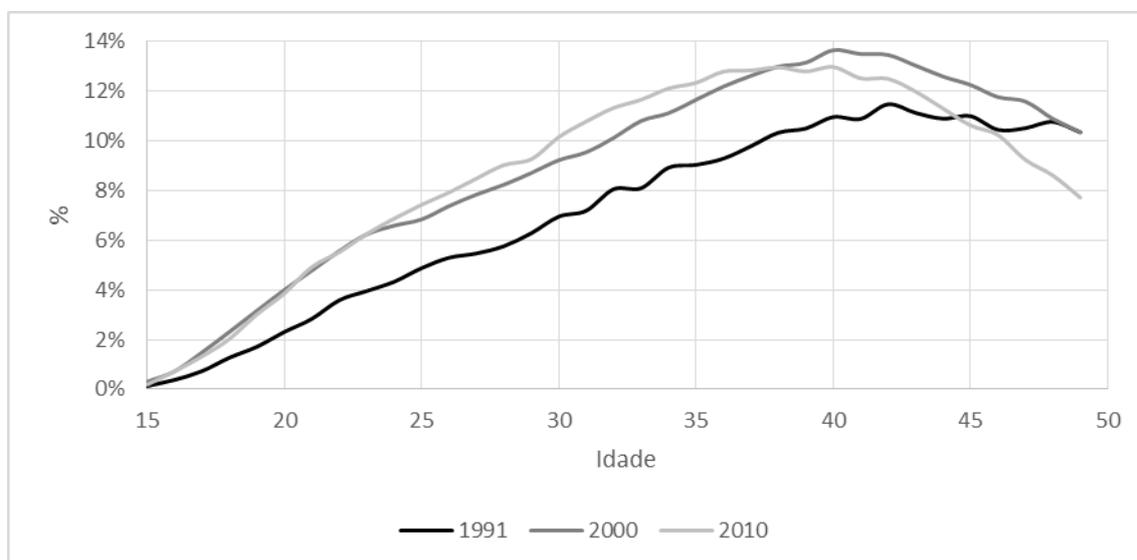
É evidente que essa medida das taxas de entrada acumuladas possui suas restrições, por se tratar de uma medida de período, já que é baseada na experiência vivida pelas diferentes coortes que compõe a população em cada um dos períodos, mas sem dúvida, confere outra dimensão da monoparentalidade por nascimento fora de uma união. Embora as taxas de período não ilustrem uma experiência real que um grupo de mulheres vivenciaria ao longo de toda a sua vida, elas ilustram o potencial efeito dessas taxas, em uma população, caso fossem mantidas ao longo do tempo.

3.2.2 Os arranjos por dissolução de união

As famílias monoparentais que possuem sua origem relacionada à dissolução de uniões (separação de união formal ou informal, divórcio ou viuvez), compõem a categoria mais comum de família monoparental no Brasil. Uma vez que a transição para essa categoria monoparental está associada à dissolução de uma união, esse tipo de família envolve mais transições, dentro da vida de uma mulher. Primeiro, passa pelos eventos de união e nascimento do(s) filho(s) (não necessariamente nessa ordem), para, em seguida, ocorrer o evento de dissolução de união, que dá origem a essa família e que se dá em uma etapa posterior na vida de uma mulher, como é possível observar no Gráfico 8.

Outra constatação importante a ser feita diz respeito à variação ao longo do tempo da monoparentalidade por dissolução, com um crescimento da prevalência entre 1991 e 2000. Em 2010 existe uma prevalência mais alta que em 2000 até os 37 anos de idade, e a partir das idades mais velhas, a prevalência passa a ser menor. Esses diferenciais entre os anos sugerem mudanças no nível das taxas que configuram a formação e dissolução desse tipo de família nesses anos, expressas pelas taxas de entrada e saída.

Gráfico 8: Percentual de mulheres de 15 a 49 anos de idade alguma vez unidas responsáveis por uma família monoparental, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Cabe, então, desenvolver, tal como feito com os arranjos por nascimento fora de uma união, uma forma de mensurar as eventuais mudanças de nível e padrão das taxas de entrada e saída associadas às transições de e a partir das famílias monoparentais por dissolução de união.

3.2.2.1 Tempo de duração da monoparentalidade por dissolução e taxa de saída

Da mesma forma que ocorre com a monoparentalidade por nascimento fora de uma união, a monoparentalidade por dissolução de união também é mensurável, a partir do conhecimento a respeito dos fluxos de saída desse tipo de união. Uma vez que os fluxos de saída envolvem os eventos de recasamento ou da “perda” do(s) filho(s), a duração da monoparentalidade de mães, uma vez unidas, é definida por Ermisch (1991) por $1/[u^{md}+s^{md}]$, sendo:

- u^{md} , a taxa de recasamento entre as mães responsáveis por família monoparental por dissolução de união;
- s^{md} , a probabilidade do filho mais jovem dentro de uma família monoparental por dissolução de união, atingir a vida adulta.

O modelo de Ermisch (1991) restringe a saída pela “perda” do filho dependente à maioridade. Embora seja possível pressupor que a maioridade do filho deva ser realmente a principal forma de saída da monoparentalidade por “perda” do filho, as outras formas devem ser consideradas. Logo, no modelo proposto nesta tese, s^{md} considera todas as possibilidades de saída da monoparentalidade através da “perda” do filho dependente, podendo ser por maioridade, óbito ou saída do domicílio.

Embora esses fluxos de saída sejam conceitualmente de fácil entendimento, as bases de dados disponíveis no Brasil não permitem o seu cálculo de forma direta. Por esse motivo, de forma análoga ao que ocorre com os arranjos monoparentais por nascimento fora de uma união, a estimativa da duração da monoparentalidade por dissolução foi feita tendo em vista o tempo de duração, através da idade.

Assim, como o tempo de duração da monoparentalidade é determinado pelos fluxos de saída desse estado, da mesma forma como ocorre em uma tabela de vida, em que o tempo médio vivido é determinado pela mortalidade, as taxas de saídas podem ser estimadas a partir desse tempo estimado de duração. Como a duração não pode ser estimada de forma direta, a alternativa é partir para um método indireto de estimação, que tem como principais subsídios os quesitos de nupcialidade do Censo Demográfico de 1991.

No Censo Demográfico de 1991, os quesitos de nupcialidade investigaram a data de início do estado conjugal corrente das pessoas separadas, desquitadas, divorciadas ou viúvas, o que constituiu um pequeno avanço nas possibilidades de investigação a respeito da formação de famílias no País, segundo Lazo (2002). Contudo, no Censo de 2000, segundo a autora, houve um retrocesso, eliminando os quesitos sobre a data de início do estado conjugal atual. Já no Censo 2010, os quesitos de nupcialidade se restringem às mesmas variáveis investigadas no ano 2000.

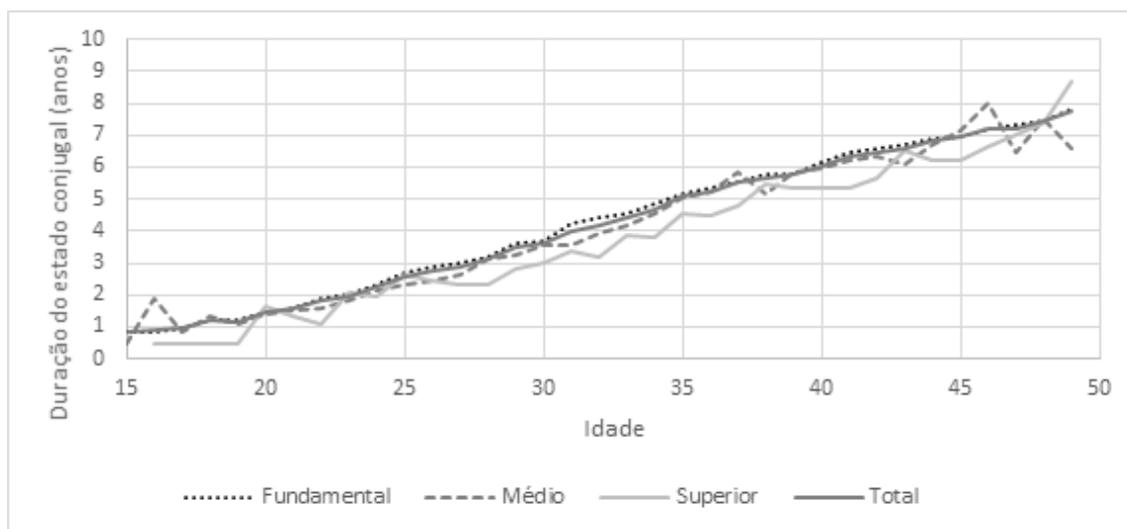
Dessa forma, é possível estimar, por meio da duração do estado conjugal atual, pressupondo que a separação sucede ao nascimento do(s) filho(s) nesse caso, a duração da família monoparental por separação, para o ano de 1991. O tempo médio de duração da monoparentalidade por separação foi calculada com base no tempo médio de duração do *status* conjugal de separada, divorciada ou viúva, entre as mulheres responsáveis por famílias monoparentais.

$$D_{md} = \frac{\sum_{i=15}^{49} (\bar{R}_i + 0,5) \times P_i^{md}}{\sum_{i=15}^{49} P_i^{md}} \quad (10)$$

Sendo D_{md} a duração da monoparentalidade por dissolução, \bar{R}_i o tempo médio de duração do estado conjugal atual das mulheres na condição de responsável pelas famílias monoparentais por dissolução, e P_i^{md} a proporção dessas mães, em relação ao total de mulheres de mesma idade i .

Existe um padrão de aumento do tempo médio de duração da monoparentalidade (\bar{R}_i) com a idade relacionada à dissolução de união, tal como ocorre com a monoparentalidade relacionada ao nascimento fora de uma união, como é possível observar no Gráfico 9. Ou seja, as mulheres mais velhas responsáveis por família monoparental por dissolução de união, em média estão há mais tempo nessa condição tempo que as mais jovens.

Gráfico 9: Tempo médio de duração do estado conjugal corrente entre as mulheres separadas, divorciadas ou viúvas de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais, por idade e nível de instrução. Brasil, 1991.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991.

Assim, o tempo médio que uma mulher esperaria viver em uma família monoparental, associada à ruptura de união, tal como descrito na equação (10), é uma média ponderada do tempo médio vivido em cada idade e da proporção de mulheres de mesma idade vivendo em uma família monoparental do mesmo tipo.

Uma vez que a primeira informação só existe para o ano de 1991, no caso dos dois últimos Censos Demográficos brasileiros, assume-se que o tempo médio vivido, para as mulheres em cada idade, tenha se mantido estável e a mudança somente veio em

decorrência das diferentes probabilidades de ser responsável por uma família monoparental. Então, é possível também calcular um tempo médio de duração para a monoparentalidade associada a ruptura de união para os anos de 2000 e 2010.

Embora as possíveis mudanças ao longo do tempo desses padrões adotados produzam impacto nas estimativas, no sentido de obter taxas maiores ou menores, uma vez que a duração segue uma tendência de crescimento praticamente linear com a idade, os padrões de saída tenderiam a se aproximar da realidade, tendo os principais diferenciais em relação ao nível. Assim, os valores de \bar{R}_i de 1991 foram adotados na equação (10), para a estimativa de duração média da monoparentalidade por dissolução em 2000 e em 2010.

O tempo médio de duração das famílias monoparentais, por ruptura de uniões, é ligeiramente menor que aquele observado entre os arranjos de mães solteiras. Em parte, pode ser em função da análise aqui se limitar às mulheres de 15 a 49 anos de idade e, ainda, um número considerável de mulheres responsáveis por famílias monoparentais teria 50 anos ou mais de idade.

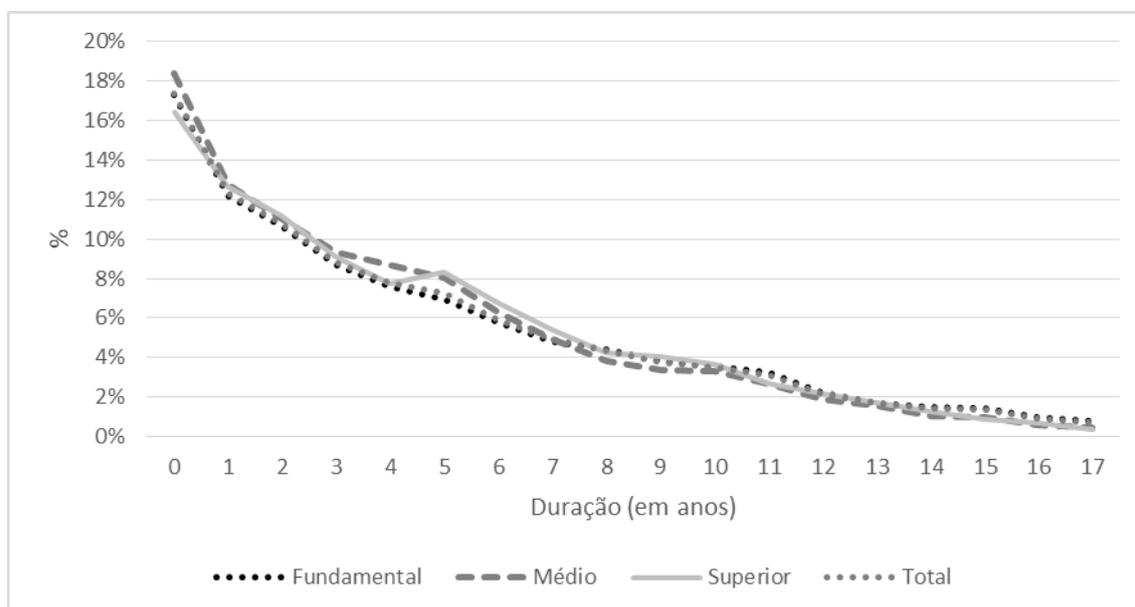
Tabela 6: Duração média do estado conjugal atual das mulheres de 15 a 49 anos de idade separadas, divorciadas ou viúvas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010

Ano	Escolaridade			
	Fundamental	Médio	Superior	Total
1991	5,29	5,21	5,17	5,28
2000	4,95	5,12	5,20	5,05
2010	4,73	4,80	5,05	4,86

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A distribuição relativa da duração da monoparentalidade por dissolução, de acordo com o tempo de duração dessa família, tal como no caso das monoparentais por nascimento fora de uma união, também se assemelha ao padrão de uma função de sobrevivência, sendo um indicativo da consistência da informação utilizada.

Gráfico 10: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade separadas, divorciadas ou viúvas responsáveis por famílias monoparentais, segundo o tempo de duração do estado conjugal corrente, por nível de instrução. Brasil, 1991.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo 1991.

Essa análise, traçando um paralelo com uma função de sobrevivência, também aponta para a tendência de uma duração média inferior dos arranjos de mães separadas, divorciadas ou viúvas, em relação aos arranjos de mães nunca unidas, uma vez que os primeiros estão mais concentrados no primeiro ano, o que indica que, nos momentos iniciais desse arranjo, existe uma propensão maior à existência de fluxos de saída desse arranjo.

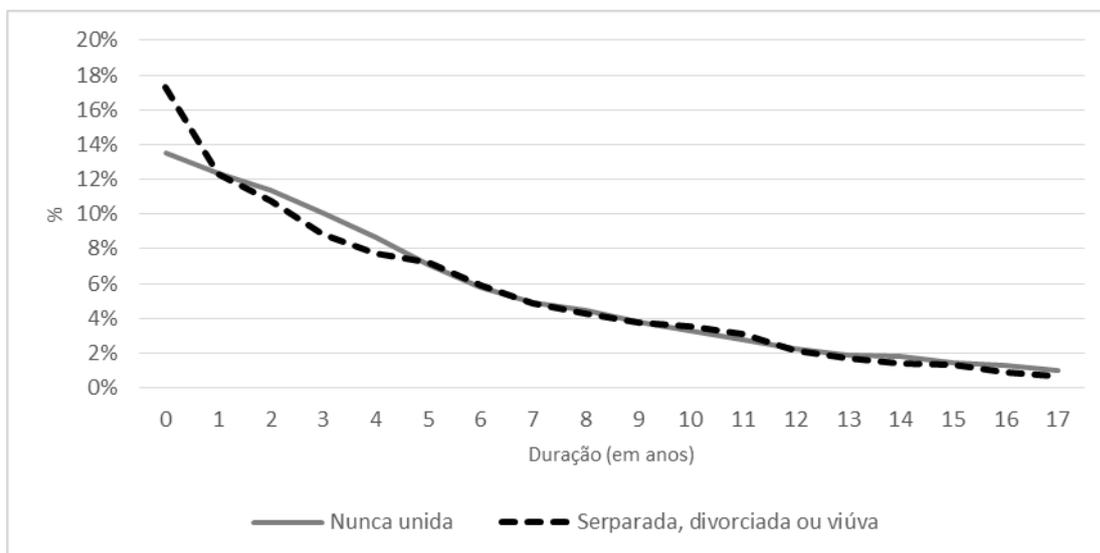
Os motivos para a propensão maior dessas mulheres a saírem da condição de monoparentalidade nesse início podem ser os mais diversos. O fato de que no primeiro ano da monoparentalidade de mães nunca unidas somente haveria filhos de zero ano, e no caso da monoparentalidade de mães separadas, divorciadas ou viúvas, as idades dos filhos pode ser qualquer uma, entre 0 e 17 anos, inclusive tendo uma parcela dos filhos que estaria prestes a completar a maioridade seria uma possibilidade. Isso porque o tempo máximo a ser vivido dentro da monoparentalidade, para uma mulher com filho de 0 ano e que não tiver outro filho na condição de monoparental, seria de até 18 anos, ao passo que, para a monoparentalidade por dissolução, a duração máxima poderia ser até de 18 anos, menos a idade do filho mais jovem.

Contudo, essa não parece ser uma explicação suficiente para a diferença observada, dado que existe o fato de que a mortalidade infantil em 1991 era

relativamente alta, da ordem de 45 por mil (IBGE, 2006), sendo essa taxa diferencial por nível socioeconômico, e uma vez que as famílias de monoparentais por nascimento fora de uma união, em grande parte, podem estar associadas a condições de vida menos favoráveis, podendo ter níveis ainda mais altos de mortalidade infantil. Assim, uma quantidade significativa das saídas da monoparentalidade por nascimento fora de uma união poderia estar associada à mortalidade das crianças no início da vida. Portanto, as saídas dessas famílias monoparentais em seu primeiro ano, poderiam ser intensas nesse sentido. Já a saída via mortalidade do filho, passado o primeiro ano de vida, teria um impacto significativamente menor.

Assim, é possível pressupor que a principal forma de saída das famílias monoparentais, pelo menos em seu início, é o (re)casamento ou (re)união, e as evidências poderiam apontar para uma propensão a (re)casar das mães que já estiveram unidas maior, em relação às mães nunca unidas, principalmente no primeiro ano. É importante notar que o diferencial em termos de saídas da monoparentalidade seria mais acentuado no início e, posteriormente, a tendência desses fluxos seria parecida em relação ao tempo (Gráfico 11).

Gráfico 11: Distribuição percentual da monoparentalidade, segundo seu tempo de duração, de acordo com o estado conjugal da mulher responsável. Brasil, 1991.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991.

Esse padrão é bastante distinto do que foi observado por Ermisch (1991), que em seu estudo para o caso britânico, encontra uma probabilidade de (re)casamento maior

para as mães solteiras, em relação às aquelas que já foram casadas. Contudo, o *Women and Employment Survey* de 1980, que fornece os dados para o estudo do autor, não possibilita a identificação de uniões consensuais na história de uniões das mulheres, o que pode influenciar na diferença dos resultados obtidos, dado que só considera a dimensão formal das uniões.

Por outro lado, Maruri (2006), baseando-se nos dados da *Encuesta Sociodemográfica* de 1991 para estudar o caso espanhol, encontra probabilidade acumulada de sair da monoparentalidade maior entre as mulheres separadas em relação às solteiras. Os perfis de saída são bastante distintos para esses casos, sendo que existe uma maior proporção de saída pela maioria dos filhos entre as mães separadas, e entre as mães solteiras existe um predomínio das saídas por casamento. Contudo, os resultados obtidos por Maruri (2006) sugerem que, mesmo dados esses diferenciais de perfis, a probabilidade de saída via (re)casamento é ligeiramente maior entre as mulheres separadas.

3.2.2.2 Taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução de união

Da mesma forma que a idade do filho mais velho mede as taxas anuais de entrada para a monoparentalidade por nascimento fora de uma união, a dissolução de união é o evento para mensurar as monoparentalidade por dissolução. Uma vez que não existem dados disponíveis para mensurar esses eventos de forma direta, utiliza-se, como *proxy*, as mulheres que estão na condição de responsável por família monoparental que já estiveram unidas alguma vez na vida, e que estão há menos de um ano no estado conjugal corrente.

Utilizando um procedimento similar às taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união E_x^{ms} (vide equação (6)), a taxa de entrada na monoparentalidade por dissolução de união E_x^{md} pode ser estimada a partir de:

$$E_x^{md} = \frac{C_x^{0ano}}{P_x^b} \times \frac{l_x^{md}}{L_x^{md}} \quad (11)$$

$$C_x^{0ano} = \frac{\text{mães_de_idade_x,_uma_vez_unidas,_nesse_estado_conjugal_há_menos_de_1_ano}}{\text{mulheres_de_idade_x}}$$

- P_x^b = proporção de mulheres de idade x , unidas e com filho menor, em relação ao total de mulheres de mesma idade.

A taxa de entrada (E_x^{md}) pode ser também interpretada como a taxa de dissolução de uniões entre as mães unidas de idade x , e C_x^{ano} , a proporção de mulheres de idade x alguma vez unidas, que está na condição de responsável por família monoparental, há menos de um ano, em relação ao total de mulheres de mesma idade. Uma vez que a informação somente é disponível para 1991, é utilizada a mesma proporção, para cada idade, das mulheres que estavam há menos de um ano na condição de monoparental separada, divorciada ou viúva naquele ano, para cada idade x , para estimar as taxas de entradas nos censos subsequentes

Como existe uma relação entre a idade da mãe em uma família monoparental e a duração do estado conjugal corrente, existindo uma proporção maior daquelas que estão em seu primeiro ano entre as mães mais jovens, em comparação com as mães mais velhas, tal como observado no Gráfico 12, essa informação foi utilizada como insumo para a estimativa das taxas de entrada.

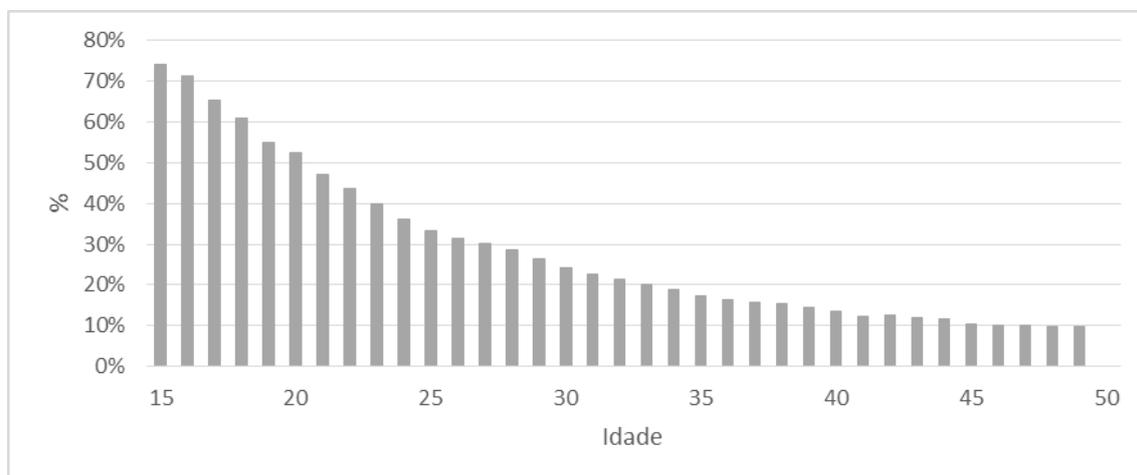
Os valores de C_x^{ano} , necessários para o cálculo das taxas de entrada, nos anos de 2000 e 2010, foram obtidos através do produto da multiplicação das proporções das famílias monoparentais por dissolução, que estariam no primeiro ano de seu estado conjugal corrente, observadas em 1991 (Gráfico 12), pela proporção de mulheres na condição de responsáveis por famílias monoparentais, por dissolução, em cada um dos Censos:

$$E_x^{md} = \frac{P_x^{md} \times MD_x^{0ano,1991}}{P_x^b} \times \frac{l_x}{L_x} \quad (12)$$

Sendo:

- $MD_x^{0ano,1991}$ a proporção de mulheres alguma vez unidas responsáveis por família monoparental, que estão há menos de um ano no estado conjugal corrente, no ano de 1991;
- P_x^{md} a proporção de mulheres na idade x na condição de responsáveis por família monoparental por dissolução de união.

Gráfico 12: Proporção das mulheres⁴² alguma vez unidas responsáveis por famílias monoparentais, cujo estado conjugal corrente possui menos de um ano de duração, por idade simples. Brasil, 1991.



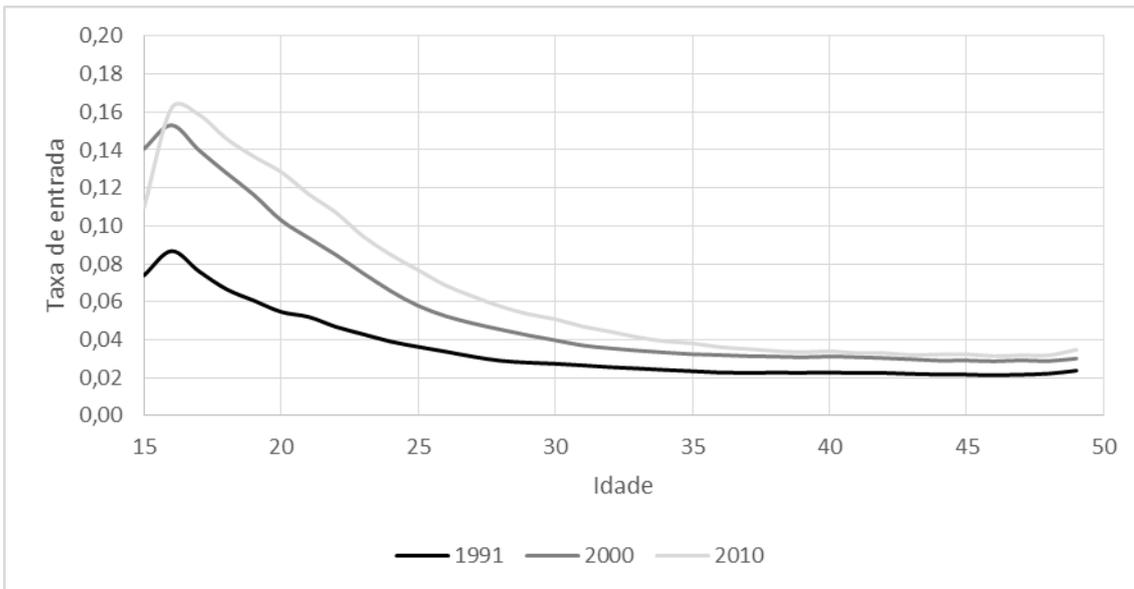
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo 1991.

A partir desse procedimento foram estimadas as taxas de entrada da monoparentalidade por dissolução apresentadas no

Gráfico 13:

Gráfico 13: Taxas anuais de entrada para a monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

⁴² Uma vez que existia uma pequena oscilação do padrão por idade simples, a partir dos 16 anos foi considerada a média móvel de 3 anos da proporção de mulheres que teriam entrado na condição de responsável por família monoparental por dissolução há menos de um ano.

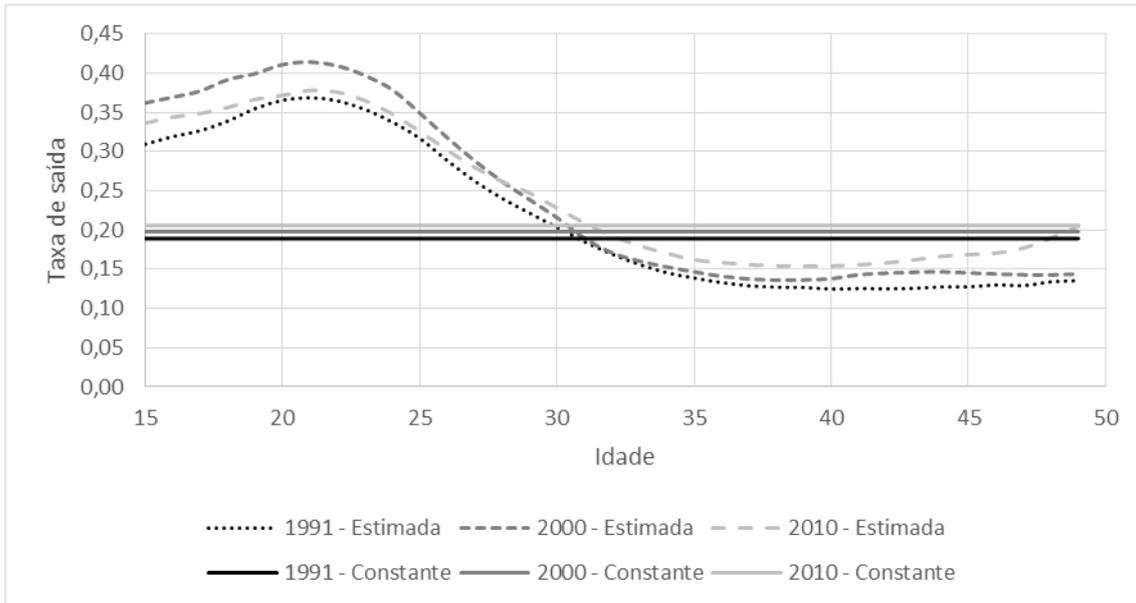


Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

É possível observar que, embora a proporção de mulheres na monoparentalidade por dissolução da união seja crescente com a idade, os riscos de uma família biparental vir a se tornar monoparental são maiores entre aquelas famílias que possuem mães mais jovens. O fato de haver uma maior proporção de famílias monoparentais por dissolução entre as mães mais velhas se deve ao fato da biparentalidade também ser mais comum entre elas. Assim, o volume representado pela monoparentalidade, em uma população, é resultante dos riscos medidos pelas taxas de entrada, mas também da população exposta a esse risco, além das taxas de saída.

As taxas de saída, foram calculadas, em um primeiro momento, tal como no caso da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, através do inverso da duração. Outro procedimento adotado foi estimar, a partir das proporções de famílias monoparentais em cada idade, o padrão das taxas de saída necessário para chegar à proporção de famílias monoparentais por dissolução em cada idade, uma vez conhecidas as taxas de entrada de período. Desse modo, utilizam-se os mesmos procedimentos para a estimativa das taxas de saída adotados para o modelo utilizado nas famílias monoparentais por nascimento fora de uma união. As taxas de saída estimadas são apresentadas no Gráfico 14:

Gráfico 14: Taxa anual de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Utilizando o mesmo procedimento de cálculo aplicado para estimar as proporções dos arranjos monoparentais por nascimento fora de uma união por idade, a proporção dos arranjos por dissolução de união (C_x) foram assim estimados:

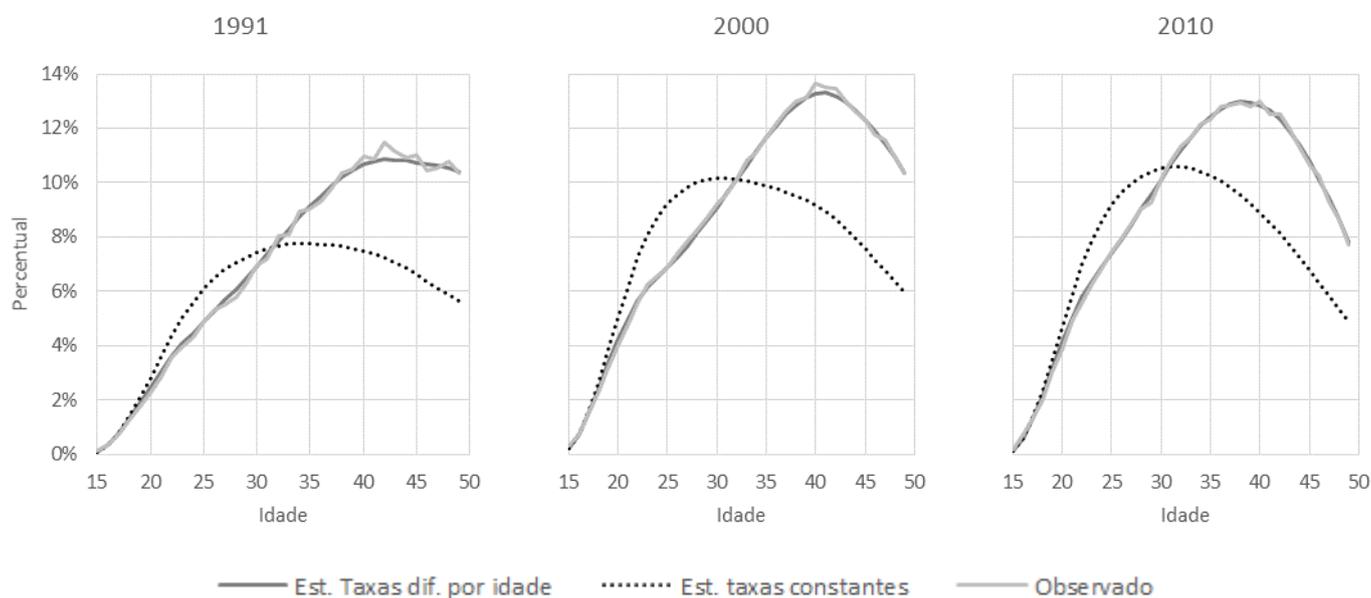
$$C_x = E_x^{md} \times P_x^b \times \frac{{}_1L_x}{{}_1L_{x-1}} + \sum_{i=15}^{x-1} \left(E_i^{md} \times P_i^b \times \frac{{}_1L_i}{{}_1L_{i-1}} \right) \quad (13)$$

$$C_x = C_x^{0ano} + \sum_{i=15}^{x-1} \left(E_i^{md} \times P_i^b \times \frac{{}_1L_i}{{}_1L_{i-1}} \right) \quad (14)$$

$$C_{15} = E_{15}^{md} \times P_{15}^b \times \frac{{}_1L_{15}}{{}_1L_{14}} = C_{15}^{0ano} \quad (15)$$

Assim como ocorre com a monoparentalidade por nascimento fora de uma união, os valores de C_x calculados utilizando taxas de saída constantes por idade estimaram um padrão de monoparentalidade por dissolução mais jovem que o observado nos censos. Assim como o que ocorre entre as monoparentais por nascimento fora de uma união, é possível pressupor que a propensão à saída da monoparentalidade por dissolução é mais alta entre as mulheres mais jovens. Essa maior propensão estaria, uma vez que a principal via de saída nessas idades seria via recomposição familiar, associada às características do mercado de casamentos, nos quais as mulheres mais jovens não unidas possuem uma maior probabilidade de constituírem uma união, em comparação às mais velhas.

Gráfico 15: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade alguma vez unidas, responsáveis por família monoparental, estimada e observada, por idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Diferentemente do que ocorreu com as estimativas das taxas de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, houve uma diferença relativamente muito menor em termos de níveis, entre as taxas brutas de saída calculadas através do inverso do tempo de duração, e as taxas brutas obtidas através do padrão necessário para aproximar o padrão estimado daquele observado nos censos. Somente no ano de 1991 houve uma diferença mais significativa em termos de nível, como é possível observar na Tabela 7.

Tabela 7: Taxa bruta de saída da monoparentalidade entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade uma vez unidas. Brasil, 1991, 2000 e 2010

Forma de obtenção da taxa	1991	2000	2010
I/D_{md}	0,1894	0,1980	0,2058
Ajustadas	0,1714	0,1955	0,2104

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A maior proximidade entre esses níveis pode significar que, entre as experiências de coorte e de período, houve mudanças menos acentuadas, exceto para o ano de 1991. Uma experiência de taxas de saída no período menor em relação à coorte indica que não se cumpre o pressuposto de que a experiência das taxas de entrada e de saída sejam semelhantes entre o período e a coorte. Como 1991 foi o ano em que o diferencial foi maior, os diferenciais podem caminhar em dois sentidos, da mesma forma como havia sido abordada para as mães nunca unidas: de taxas de entrada maiores nas coortes mais antigas, ou de taxas de saída maiores.

Uma vez que o crescimento da prevalência das famílias monoparentais nas décadas recentes se deveu, especialmente, ao aumento da ruptura de uniões, em função de divórcios e separações, pressupõe-se que, no caso de 1991, as taxas de entradas na monoparentalidade são menores nas coortes mais antigas. Por esse motivo, é possível assumir que esses diferenciais podem ter sido influenciados por taxas de entradas mais baixas observadas anteriormente.

3.2.3 Estimativa da proporção total de mulheres alguma vez na vida responsáveis por famílias monoparentais

A estimativa do total de mulheres que alguma vez na vida vivenciarão a condição de responsável por família monoparental seria dada pelas taxas de primeira entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união, e pelas taxas de primeira entrada na monoparentalidade por dissolução de união.

No caso dos arranjos por nascimento fora de uma união, foi possível estimar o total de mulheres que alguma vez na vida estaria exposta à condição de responsável por família monoparental por nascimento fora de uma união pelo acumulado das taxas de entrada até a idade limite considerada, através do pressuposto de que uma mulher só faz a transição de nunca unida e sem filhos para monoparental uma vez na vida. O pressuposto, no caso das mães nunca unidas, seria mais robusto, dado que podem ser considerados raros os casos em que ele não se cumpre, tendo em vista que seria uma trajetória em que mulheres que perderam seu(s) filho(s) posteriormente se tornariam monoparentais por nascimento fora de uma união novamente.

No caso das famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, a taxa de entrada para a monoparentalidade, uma vez que se pressupõe que este seja um evento

único, também reflete uma taxa de primeira entrada na monoparentalidade. No caso dos arranjos por dissolução de união, contudo, não é possível pressupor que as taxas de entrada reflitam um evento que seria único e, por isso, o primeiro, na vida de uma mulher. Por esse motivo, não se pode simplesmente acumular taxas de modo a obter o total de mulheres que uma vez na vida estiveram nessa condição. Se feito isso, incorrer-se-ia numa análise equivocada, através de dados sobrestimados.

Embora não existam elementos suficientes nos censos demográficos brasileiros para inferir que o evento de entrada na monoparentalidade entre as famílias monoparentais por dissolução da união seja o primeiro, existem algumas evidências que, a partir de hipóteses construídas, possibilitam uma estimativa.

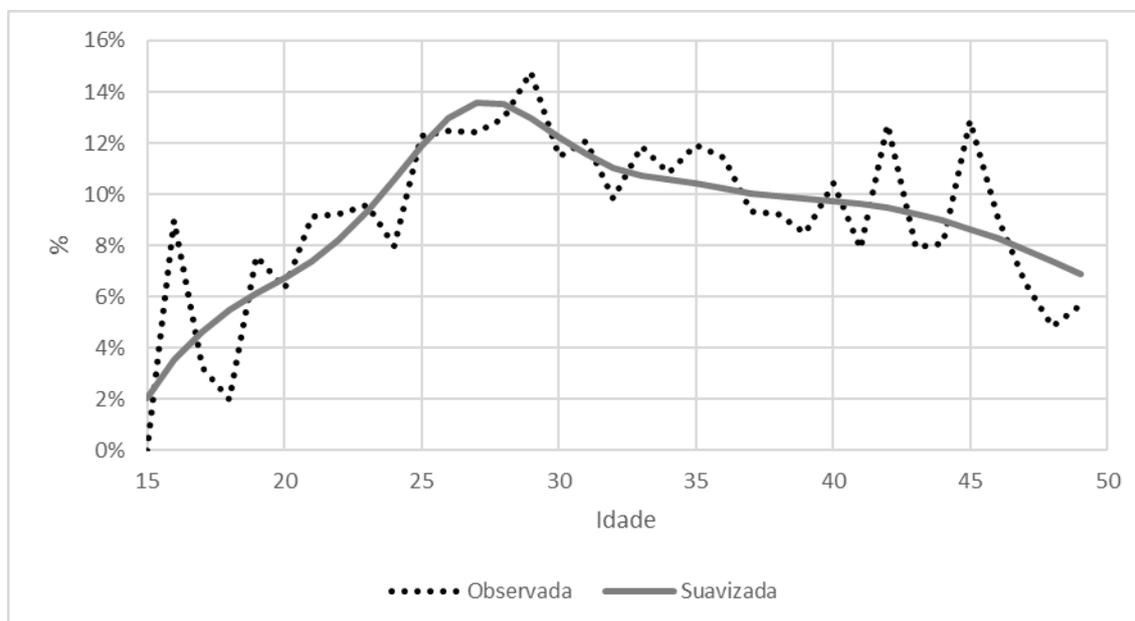
Existe a informação no Censo 1991 a respeito da data da primeira união. Uma vez que existe também a informação a respeito do primeiro filho, é possível diferenciar as mulheres que tenham sido monoparentais por nascimento fora de uma união daquelas que vieram a ser monoparentais somente por dissolução. Assim, pressupõe-se que as mulheres cuja idade do filho mais velho seja superior ao tempo transcorrido desde a primeira união tenham sido previamente monoparentais por nascimento fora de uma união. Desse modo, não estariam fazendo a transição para a monoparentalidade pela primeira vez.

Uma vez que a informação do número de uniões não está disponível, não é possível saber se aquela transição para a monoparentalidade por dissolução é a primeira. Contudo, é possível traçar alguns cenários através de hipóteses acerca de como seria o comportamento da monoparentalidade.

O percentual das mulheres, entre responsáveis por famílias monoparentais, que fizeram a transição para a monoparentalidade por dissolução no último ano e foram previamente monoparentais por nascimento fora de uma união, pode ser observado no

GRÁFICO 16:

Gráfico 16: Percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade que já estiveram na condição de monoparental por nascimento fora de uma união, entre aquelas que fizeram a transição para a monoparentalidade por dissolução no ano anterior, por idade simples. Brasil, 1991.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991.

Nota: taxas suavizadas com a abertura por grupos quinquenais por meio de multiplicadores de *Beers* ordinário.

É possível, dessa forma, excluir aquelas que previamente tinham sido monoparentais por nascimento fora de uma união do total daquelas que foram monoparentais por dissolução de união. Também é possível estimar, através dessa informação, as monoparentais por nascimento que teriam estado em união e voltado à condição de monoparental, mas desta vez por dissolução. Essas estimativas se baseiam em uma correspondência entre as experiências de período e coorte e pressupõem que as mulheres que foram inicialmente foram monoparentais por nascimento fora de uma união e que possuem múltiplas entradas e saídas da monoparentalidade sejam casos residuais.

Assim, uma taxa de entrada na monoparentalidade por dissolução da união das mulheres que previamente foram monoparentais por nascimento fora de uma união ($E_x^{md,ms}$) poderia ser estimada a partir de:

$$E_x^{md,ms} = E_x^{md} \times P_x^{ms,Emd} \quad (16)$$

- $E_x^{md,ms}$ é a taxa de entrada na monoparentalidade, na idade x , por dissolução de união, entre as mulheres que já estiveram na condição de monoparentais por nascimento fora de uma união.
- $P_x^{ms,Emd}$ é a proporção de mulheres de idade x que já estiveram na condição de monoparentais por nascimento fora de uma união, dado que entraram na condição de monoparentais por dissolução no ano anterior.

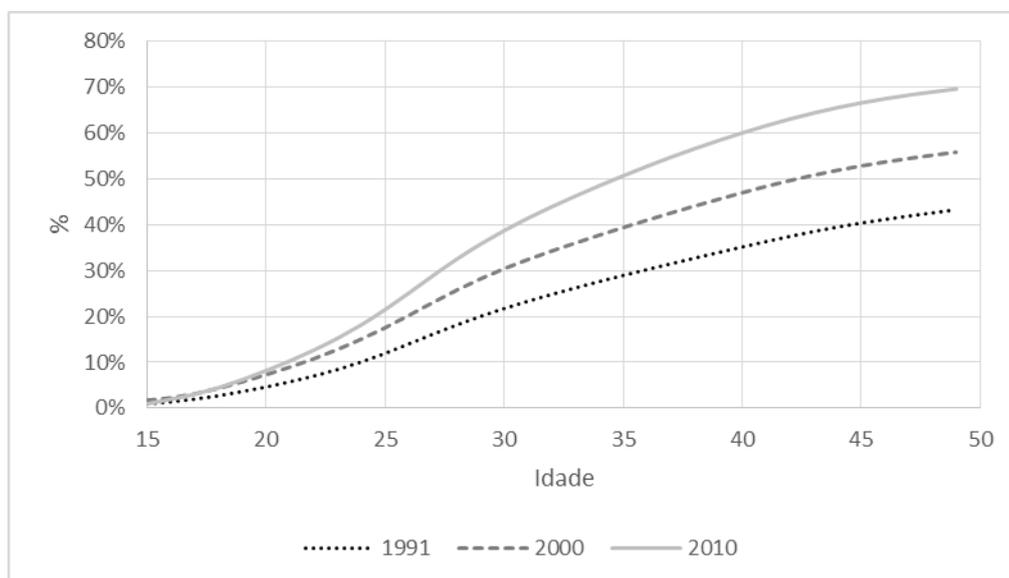
A razão entre o somatório de $E_i^{md,ms}$ e o somatório de E_i^{ms} entre a idade inicial de 15 anos e a idade x fornece um indicativo da proporção de mães solteiras que “retornam” à condição de responsável por família monoparental a cada idade, se esse “retorno” ocorresse uma única vez.

No

Gráfico 17 é possível observar que, em 1991, se observados os pressupostos adotados para essa inferência, mais de 40% das mulheres que estiveram na condição de monoparental por nascimento fora de uma união retornaria à condição de monoparental, por dissolução de união, até a idade completa de 49 anos. São indícios de uma rotatividade em grande parte das famílias monoparentais, marcadas por saídas e novas entradas.

As estimativas para os anos de 2000 e 2010 utilizam os mesmos valores de $P^{ms,Emd}$ observados no ano de 1991. Para esses anos, é possível que o pressuposto de adoção de $P^{ms,Emd}$ esteja gerando uma sobreestimativa. Contudo, em um contexto de crescimento da monoparentalidade, principalmente associado à dissolução de uniões, pode-se pressupor que realmente tenha ocorrido um aumento da proporção de mulheres que experimenta a condição de monoparental por nascimento fora de uma união e, após uma “saída” dessa condição, voltam a ser monoparentais, mas por dissolução de união.

Gráfico 17: Razão entre as taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução entre as mulheres que já estiveram na condição de monoparentais por nascimento fora de uma união, e as taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união acumuladas até a idade x :



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Assim, essas estimativas apontam para uma alta rotatividade da monoparentalidade ao longo da vida. Por esse motivo, além das características de formação dadas pelo conjunto das taxas de entrada e saída, é de grande importância para o estudo da monoparentalidade levar em consideração esse componente, caracterizado por saídas e reentradas.

Outra informação relevante para os estudos da monoparentalidade é o total de mulheres que alguma vez na vida estaria nessa condição. Uma vez obtida uma estimativa de todas aquelas mulheres que já estiveram previamente na condição de responsável por família monoparental entre aquelas que entraram nesse tipo de família no ano anterior, é viável obter uma estimativa de taxas de entrada na primeira monoparentalidade, elaborando possíveis cenários baseados em hipóteses, a partir de alguns pressupostos.

Uma vez que não existem informações a respeito das famílias monoparentais por dissolução que estejam nessa condição pela primeira, segunda ou enésima vez, são utilizadas as informações daquelas que tenham sido previamente monoparentais por nascimento fora de uma união como parâmetro. Desse modo, assume-se que o padrão da rotatividade entre os arranjos por nascimento fora de uma união e os arranjos por

dissolução de união seja semelhante, podendo se diferenciar em termos de nível. Embora não seja possível saber qual a relação que existe entre a proporção das monoparentais por nascimento fora de uma união que deixam a condição de monoparental e retornam, e aquelas que são responsáveis por famílias monoparentais por dissolução e saem e retornam, estabelecendo hipóteses distintas pressupõe-se que seja bastante plausível que o valor verdadeiro esteja entre os cenários de alta e baixa rotatividade.

O indicador $P_x^{ms,Emd}$ é influenciado pela rotatividade das famílias monoparentais, cuja primeira monoparentalidade deu-se em decorrência do nascimento fora de uma união, e também pelo total de mulheres que uma vez na vida tenham sido monoparentais por nascimento fora de uma união. Uma primeira hipótese assume que a rotatividade das famílias monoparentais por dissolução tenha a mesma intensidade, somente se diferenciando pelo total de mulheres que alguma vez na vida tenham estado na condição de responsável por esse tipo de família.

Assim:

$$P_x^{md,Emd} = P_x^{ms,Emd} \times k_x \quad (17)$$

$$k_x = \frac{\sum_{i=15}^x E_i^{md1}}{\sum_{i=15}^x E_i^{ms}} \quad (18)$$

$$E_x^{md1} = E_x^{md} \times (1 - P_x^{ms,Emd} - P_x^{md,Emd}) \quad (19)$$

Sendo:

- $P_x^{ms,Emd}$ a proporção mulheres de idade x que já foram responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união anteriormente, entre as que fizeram a transição para esse tipo de família no ano anterior.
- E_x^{md1} a taxa de primeira entrada na monoparentalidade por dissolução de união.

Para estimar E_x^{md1} é necessário conhecer $P_x^{ms,Emd}$, e vice-versa. A obtenção desses valores é dada por método iterativo, através de n tentativas até estabelecer os valores que tornam os resultados das equações verdadeiros.

Alternativamente, são utilizadas outras duas hipóteses para a estimativa de E_x^{md1} considerando que a rotatividade das famílias monoparentais por dissolução possui a metade ou o dobro da intensidade em relação às famílias de mães solteiras. Assim:

- Hipótese 1: $P_x^{md,Emd} = P_x^{ms,Emd} \times k_x$
- Hipótese 2: $P_x^{md,Emd} = 0,5 \times P_x^{ms,Emd} \times k_x$
- Hipótese 3: $P_x^{md,Emd} = 2 \times P_x^{ms,Emd} \times k_x$

Com base nessas 3 hipóteses, foi possível estimar o percentual de mulheres de uma determinada coorte que chegaria à idade exata de 50 anos de idade tendo estado alguma vez na vida na condição de responsável por uma família monoparental (H_{50}). Esse Percentual é determinado pela soma do produto das taxas de primeiras entradas na monoparentalidade pela população exposta ao risco considerada:

$$H_{50} = \sum_{i=15}^{49} E_i^{md1} \times P_i^b + \sum_{i=15}^{49} E_i^{ms} \times P_i^s$$

As estimativas mostradas na

Tabela 8 sugerem que se espera que entre pouco mais de 40% até pouco mais de dois terços da população feminina do Brasil chegaria aos 50 anos de idade tendo passado por alguma experiência de responsabilidade por uma família monoparental, independente da forma de entrada nessa condição.

No contexto internacional, a incidência da monoparentalidade é mais frequentemente mensurada através da perspectiva dos filhos, uma vez que o interesse nessas famílias, em termos de políticas públicas, tem sido voltado, sobretudo, para a condições de vida das crianças vivendo nesses arranjos familiares. Nos EUA, que são caracterizados por uma das mais altas prevalências de monoparentalidade entre os países desenvolvidos, cerca de metade da coorte nascida entre 1970 e 1985 experimentaria viver em algum momento dentro de uma família monoparental feminina até os 16 anos de idade (BUMPASS e SWEET, 1989).

Tabela 8: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de responsável por família monoparental, segundo 3 diferentes hipóteses de rotatividade da monoparentalidade. Brasil, 1991, 2000 e 2010:

Hipótese	Ano		
	1991	2000	2010
Hipótese 1	48,8%	60,0%	54,7%
Hipótese 2	53,1%	67,2%	63,1%
Hipótese 3	42,1%	49,4%	43,3%

Visto que esta tese aborda a monoparentalidade na perspectiva de um período dentro da trajetória de vida familiar de uma mulher, ela faz uma mensuração diferente daquela que utiliza a perspectiva dos filhos. Ainda que seja baseada em possíveis cenários quanto a rotatividade da monoparentalidade, a mensuração aqui utilizada aponta para um cenário de alta incidência da monoparentalidade, com uma dimensão distinta daquela observada pelas proporções observadas em um determinado período.

3.3 Limitações da metodologia proposta

Uma vez que a proposta metodológica apresentada nesta tese é baseada em uma estimação indireta, existe uma série de aspectos que necessitam ser avaliados em relação às limitações e aos possíveis problemas envolvendo os pressupostos adotados.

Uma das principais questões diz respeito à ausência de determinadas informações, principalmente as relacionadas à história de uniões, e a necessidade de utilizar as informações do Censo Demográfico de 1991 como padrão para os anos de 2000 e 2010 para contornar essa limitação. Outra é a qualidade da informação a respeito das uniões em 1991, em cujo censo há uma quantidade grande de respostas faltantes aos quesitos relativos ao tempo de duração do estado conjugal corrente e à idade à primeira união. Por esse motivo, o padrão das mulheres para as quais há essa informação disponível foi adotado para aquelas sobre as quais não se conhece a informação.

Embora para o ano de 1991 a informação se apresentasse coerente, a utilização do mesmo padrão de tempo médio de duração da monoparentalidade para cada idade entre as mulheres responsáveis por famílias monoparentais por dissolução não contemplaria uma possível mudança em um período de grande aumento da quantidade de famílias monoparentais. E, talvez por esse motivo, os resultados da duração das famílias monoparentais por dissolução de união ficam bem mais próximos do que o observado entre as monoparentais por nascimento fora de uma união.

Contudo, este trabalho também procura a coerência dos resultados obtidos que, de fato, traziam níveis e padrões consistentes. E, sem dúvida, em função da não presença de uma determinada informação restringir a análise ao ano de 1991, principalmente para as famílias monoparentais por dissolução, deixaria uma lacuna

muito grande. Por esse motivo, a alternativa de buscar o padrão de 1991 para a estimativa dos anos de 2000 e 2010 demonstrou ter um bom potencial.

Já as taxas associadas aos arranjos por nascimento fora de uma união possuem uma disponibilidade de informações bem maior, de forma que fornece também uma possibilidade maior de análise. Além disso, o estado anterior ao da transição para monoparentalidade por nascimento fora de uma união, o de mulher nunca unida e sem filho, é um estado para o qual não é possível fazer uma transição de volta para ele, pelo menos não se os quesitos investigados nos censos mensuram corretamente as variáveis. Por isso, existe uma menor complexidade ao investigar esse tipo de família.

Existiam duas possibilidades de mensurar as taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união, e as duas incorriam de problemas semelhantes: uma delas a partir da informação a respeito do último filho nascido vivo; e a outra a partir da informação da existência de filho de menos de 1 ano de idade residindo no domicílio.

Partindo da informação dos filhos nascidos vivos no último ano seria possível saber o total de crianças, incluindo as que não residem com a mãe e as que vieram a óbito no período. Contudo, ao menos para os anos de 2000 e 2010, não existe a informação a respeito do estado conjugal no momento do nascimento da criança, mas na data de referência da entrevista. Por esse motivo, para chegar à “verdadeira” taxa de entrada, seria necessário estimar taxas de saída específica por evento, nesse caso, devido ao efeito isolado da mudança de estado conjugal das mulheres que vieram a sair da monoparentalidade por nascimento fora de uma união nesse período, entre o nascimento e a data de referência do censo. Uma vez que as taxas de saída estimadas neste trabalho consideram todas os eventos associados a essas saídas, a opção foi estimar o total de “sobreviventes” na condição de monoparental por nascimento fora de uma união com menos de um ano de duração. Assim, a partir das taxas de saídas calculadas posteriormente, foi possível calcular uma “verdadeira” taxa de entrada.

A estimativa das taxas de saída foi obtida com base no padrão das taxas de entrada e na proporção de famílias monoparentais observadas. Uma vez que é possível obter a proporção das famílias monoparentais com base nas taxas de entradas e de saída, também é possível a obtenção das taxas de saída, a partir das duas outras informações.

Algumas decisões, principalmente com relação ao nível das taxas de entrada e de saída nas primeiras idades, foram baseadas em escolhas arbitrárias, já que as taxas de saída pouco influenciam no resultado final das proporções de famílias monoparentais,

dado que o acumulado das taxas de entrada nas primeiras idades é bastante pequeno. As “verdadeiras” taxas de entrada e, principalmente, de saída nas primeiras idades, como mensuram eventos rarefeitos, incorrem de uma maior incerteza. Por esse motivo, é possível que o padrão “verdadeiro” para as primeiras idades possa ser um pouco mais alto ou mais baixo que aquele apresentado neste trabalho idades.

As taxas de saída são calculadas pressupondo uma estabilidade das taxas de entrada ao longo do tempo. Também existe uma limitação de ordem conceitual dessa informação, uma vez que ele não se refere necessariamente a um período específico, mas a uma experiência de saída necessária para que a interação entre as taxas entrada de período observadas com as taxas de saída estimadas gerem a proporção de famílias observadas no mesmo período.

Apesar dessas limitações, é possível observar que a curva do padrão das taxas de saída, para os dois tipos monoparentais, possui uma certa estabilidade ao longo dos anos, com um nível mais alto no início, uma queda das taxas de saídas a partir das idades entre 25 a 29 anos e tendendo a se estabilizar em um nível mais baixo após os 30 anos de idade. Esse padrão seria bastante condizente com um contexto de mais altas probabilidades de (re)casamento ou (re)união das mães com filho mais jovens.

Certamente, existem restrições nos dados nos quais se baseia esta análise, mas, com a devida cautela, ela certamente possibilita um avanço na compreensão de como se dão os fluxos para e a partir da monoparentalidade feminina no País.

4 ANÁLISE DA MONOPARENTALIDADE NO BRASIL SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Este capítulo tem por objetivo analisar a situação da monoparentalidade no país a partir da metodologia proposta no capítulo anterior, segundo diferentes categorias de nível de educação. Desse modo, é possível estudar a possível existência de tempos e intensidades diferentes segundo cada tipo de família monoparental, a partir de seu nível educacional.

Uma vez que a monoparentalidade difere de acordo com os estratos socioeconômicos (FOLK, 1996; ESTEVE et al. 2012), essa forma de análise pode ser bastante útil, já que, a partir dela, é possível identificar possíveis especificidades da monoparentalidade associada a cada segmento da população, configurando um bloco menos heterogêneo em relação à análise aplicada à população feminina como um todo.

Neste capítulo, a metodologia descrita no Capítulo 3 é aplicada para a análise de formação e dissolução da monoparentalidade de acordo com 3 segmentos da população: de mulheres sem escolaridade até o nível fundamental ou equivalente completo; pelo menos uma série em nível médio concluída, até o nível médio ou equivalente completo; e pelo menos um ano de ensino em nível superior concluído. Neste texto, essas categorias serão referidas como nível fundamental, nível médio e nível superior, respectivamente.

4.1 Os diferenciais das taxas de entrada

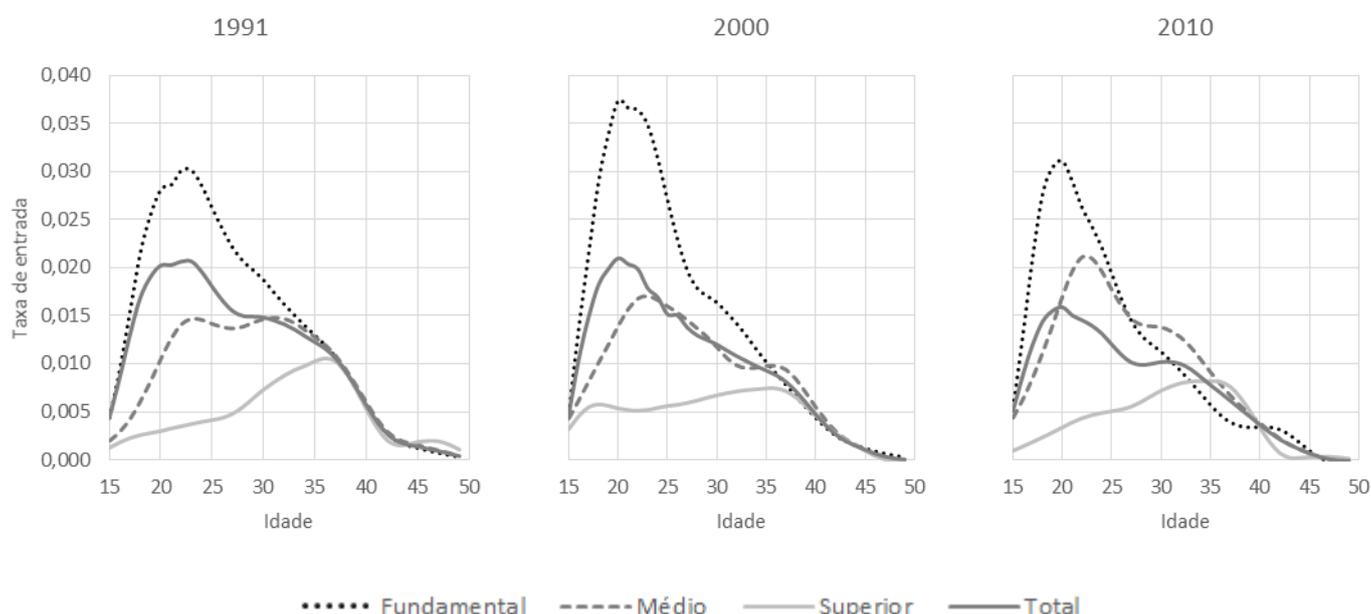
As taxas de entrada são um dos fatores que determinam o volume da monoparentalidade em uma dada população. Uma vez que a proposta metodológica apresentada nesta tese permite a estimativa dessas taxas, analisar seus diferenciais por nível educacional possibilita um conhecimento a partir de uma diferente perspectiva acerca da monoparentalidade.

No caso das monoparentais por nascimento fora de uma união, é possível constatar que as taxas de entrada apresentam um padrão bastante distinto entre os grupos com diferentes níveis educacionais (Gráfico 18). Entre as mulheres de menor nível de escolaridade, com até o nível fundamental completo, a intensidade das entradas é maior entre as mulheres mais jovens. Entre as mulheres que nunca viveram em união e

nem tiveram filho, existe uma propensão muito maior de transitar para a condição de monoparental em relação às mulheres de maior nível de escolaridade.

É possível observar que o padrão das taxas de entrada envelhece e o nível se torna mais baixo para as mulheres de maior nível educacional. Contudo, após os 35 anos, o nível de todas as categorias acaba se tornando bastante próximo. Assim, com a proximidade do final do período reprodutivo, as mulheres nunca unidas e sem filho possuem uma propensão a se tornarem monoparentais por nascimento fora de uma união que converge para a população como um todo. Houve uma mudança no padrão das taxas de entrada das mulheres de nível médio de instrução, com um padrão mais jovem em 2000 e 2010 em relação ao ano de 1991, com uma tendência de aumento das taxas para o grupo de 20 a 24 anos de idade ao longo do tempo.

Gráfico 18: Taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples e segundo nível de instrução da mulher. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



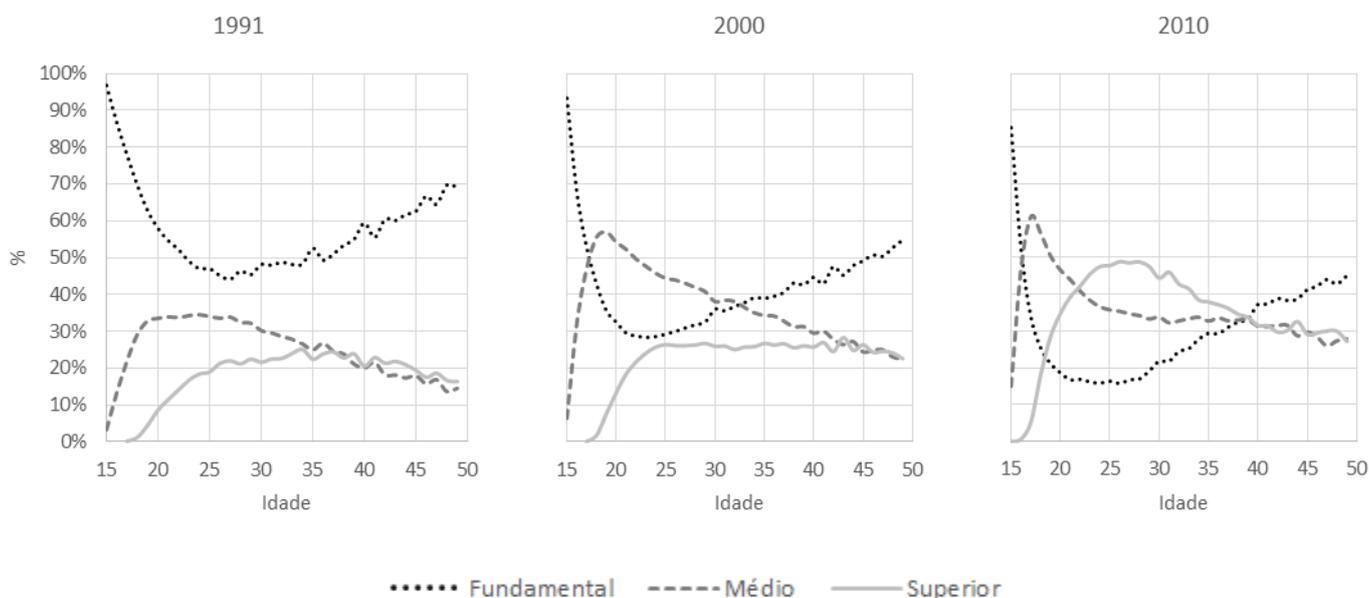
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Importante observar que, ao longo desse período, com o crescimento dos níveis de escolaridade no País, o grupo de mulheres menos instruídas passa a ser menos representativo em relação ao total da população. O efeito também é grande no sentido de que, no denominador da taxa, são consideradas apenas as mulheres que nunca viveram em união e que nunca tiveram filhos. Uma vez que as mulheres menos

instruídas possuem, tanto um padrão de fecundidade quanto de uniões mais precoce, o efeito do aumento da escolaridade sobre o denominador da taxa tende a ser bastante grande em sua composição segundo as categorias de nível de instrução.

Ocorre um forte crescimento das mulheres mais escolarizadas na proporção do total de mulheres solteiras e sem filhos no período entre 1991 e 2010 (Gráfico 19), sendo que entre as mulheres de 22 a 39 anos de idade, aquelas que concluíram pelo menos um ano de estudo em nível superior são em grupo mais numeroso no Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 19: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, segundo nível de instrução, em relação ao total de nunca unidas e sem filhos, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Embora as mulheres de nível mais alto de escolaridade não sejam de fato aquelas mais numerosas na população como um todo, devido ao efeito do adiamento da fecundidade e das uniões, aquelas que ainda não vivenciaram essas duas experiências tendem a ser mais representativas em relação ao total da população.

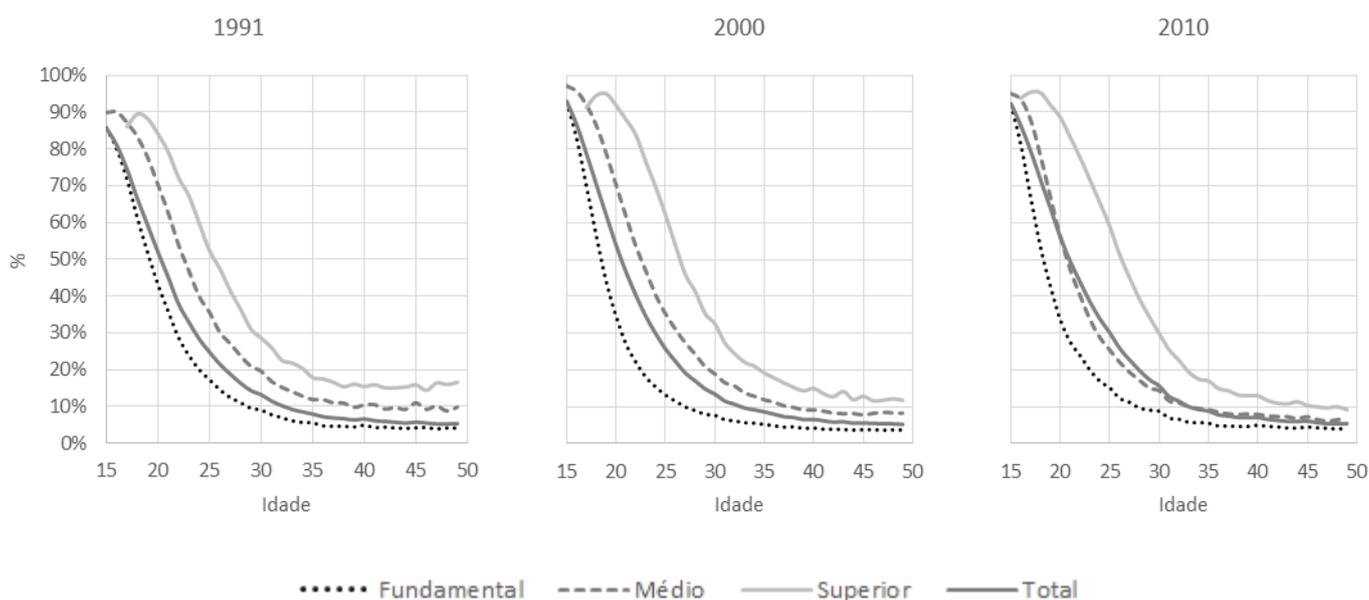
Com o crescimento da escolarização, a proporção do total de mulheres nunca unidas e sem filho tende a se aproximar mais da proporção de mulheres com escolaridade até o nível fundamental, ao passo que, em 2010, esse padrão se assemelha à proporção de mulheres de nível médio (Gráfico 20). Entre 2000 e 2010 ocorre

também uma maior diferenciação no hiato entre as proporções de mulheres nunca unidas e sem filho de nível superior e de nível médio, que por outro lado se torna mais próximo à proporção das mulheres de nível fundamental.

Embora a monoparentalidade por nascimento fora de uma união seja muito associada a mulheres muito jovens e de baixa escolaridade, o que, de fato é ainda a característica da maior parte das mães nunca unidas, o segmento das mais escolarizadas não pode ser desconsiderado. Dado que, a partir dos 35 anos de idade, uma mulher nunca unida e sem filho apresenta riscos semelhantes de se tornar monoparental por nascimento fora de uma união, independente do nível de instrução, e que uma proporção muito maior das mulheres mais escolarizadas permanece exposta ao risco nessas idades, esse segmento da monoparentalidade por nascimento mais tardia pode ter um crescimento significativo em um contexto de aumento dos níveis de escolarização.

Nesse sentido, essa forma de monoparentalidade por nascimento fora de uma união mais tardia também poderia ser fruto de um contexto de maior emancipação e empoderamento, e menos atrelado às condições que poderiam ser mais típicas de uma monoparentalidade precoce, mais associada a condições de vida menos favoráveis.

Gráfico 20: Proporção de mulheres nunca unidas e sem filho, de 15 a 49 anos de idade, em relação ao total de mulheres, por idade simples e nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

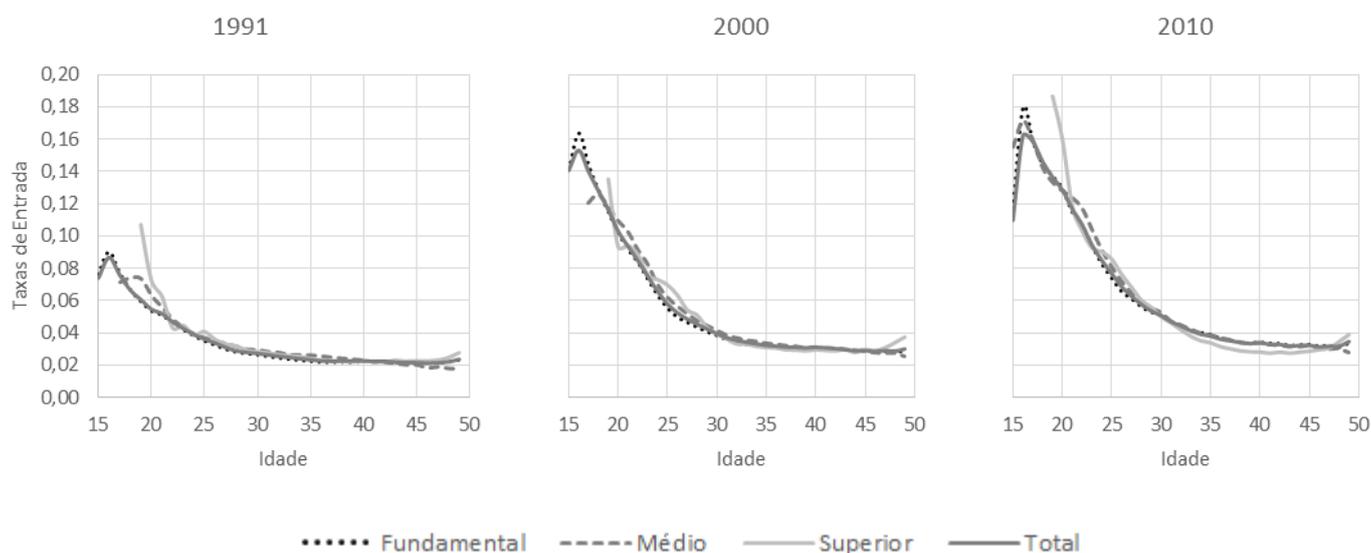


Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Já as taxas de entrada dos arranjos monoparentais por dissolução da união seguem um padrão de idade próximo entre os diferentes segmentos de escolaridade. As principais mudanças de nível ocorrem, sobretudo entre 1991 e 2000, quando se dá um aumento dessas taxas. Isso significa que as mulheres dos diferentes níveis de escolaridade unidas e com filho(s) menores em uma determinada idade, apresentam probabilidades semelhantes de fazer a transição para um arranjo monoparental.

As taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução da união seguem o padrão de um maior risco de transitar do *status* de unida e com filho para a condição de monoparental nas primeiras idades.

Gráfico 21: Taxas de entrada na monoparentalidade por dissolução da união entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples e segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

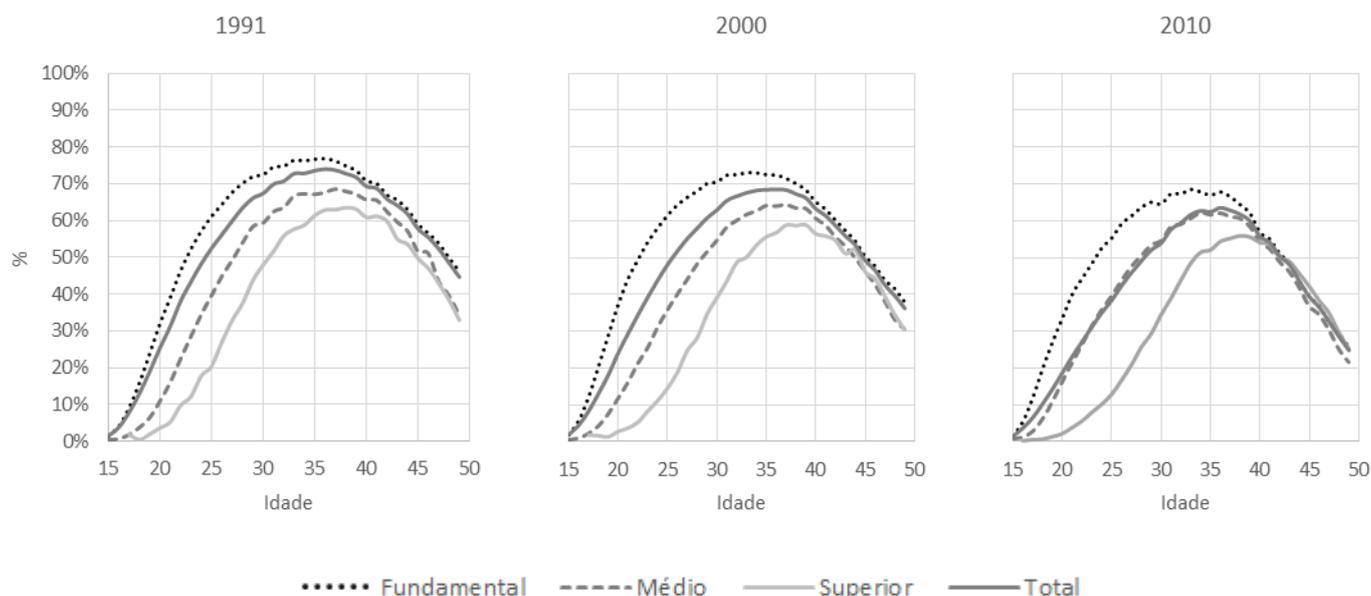


Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

O potencial de incrementos da monoparentalidade entre uma idade e outra é dado também pela população exposta ao risco. A proporção de mulheres unidas e com filho a cada idade tende a ser maior entre as mulheres com menor nível de instrução (Gráfico 22), embora as taxas de entradas sejam semelhantes. Os diferenciais entre as populações expostas ao risco de entrada na monoparentalidade por dissolução da união estariam associados a um padrão de maternidade dentro das uniões que é mais precoce entre as mulheres menos escolarizadas. Depois dos 40 anos de idade, os dados dos

Censos mostram que existe uma convergência da proporção de mulheres unidas e com filho(s) entre os diferentes níveis de escolaridade.

Gráfico 22: Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade unidas e com filho(s) menor(es) de 18 anos, em relação ao total de mulheres, por idade simples e nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

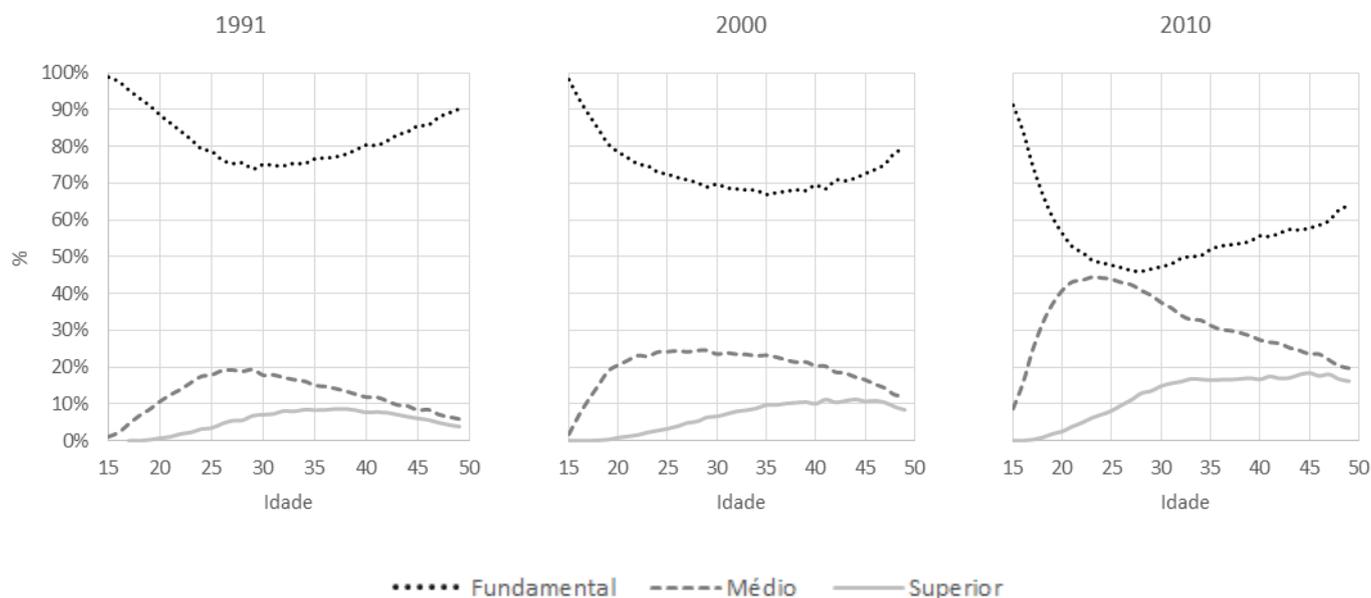


Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Dado que o total de mulheres unidas e com filho(s) é uma média ponderada das três categorias de nível de instrução consideradas neste trabalho, é possível observar no Gráfico 23 que aquelas menos escolarizadas configuram o grupo com maior peso, em todos os anos. Contudo, uma vez que houve um incremento dos níveis de escolaridade da população como um todo, os diferenciais entre eles acabam se estreitando.

Assim, mesmo com o padrão da população exposta, considerada no denominador da taxa, tendo pouco mudado ao longo dos anos em cada nível de escolaridade, para a população como um todo, houve uma mudança mais significativa, em função da mudança de sua composição (Gráfico 23). Dessa forma, o aumento da escolarização, por si só, tem um impacto relevante sobre a estrutura de formação de famílias no Brasil, uma vez que existem importantes diferenciais por nível de escolaridade neste processo.

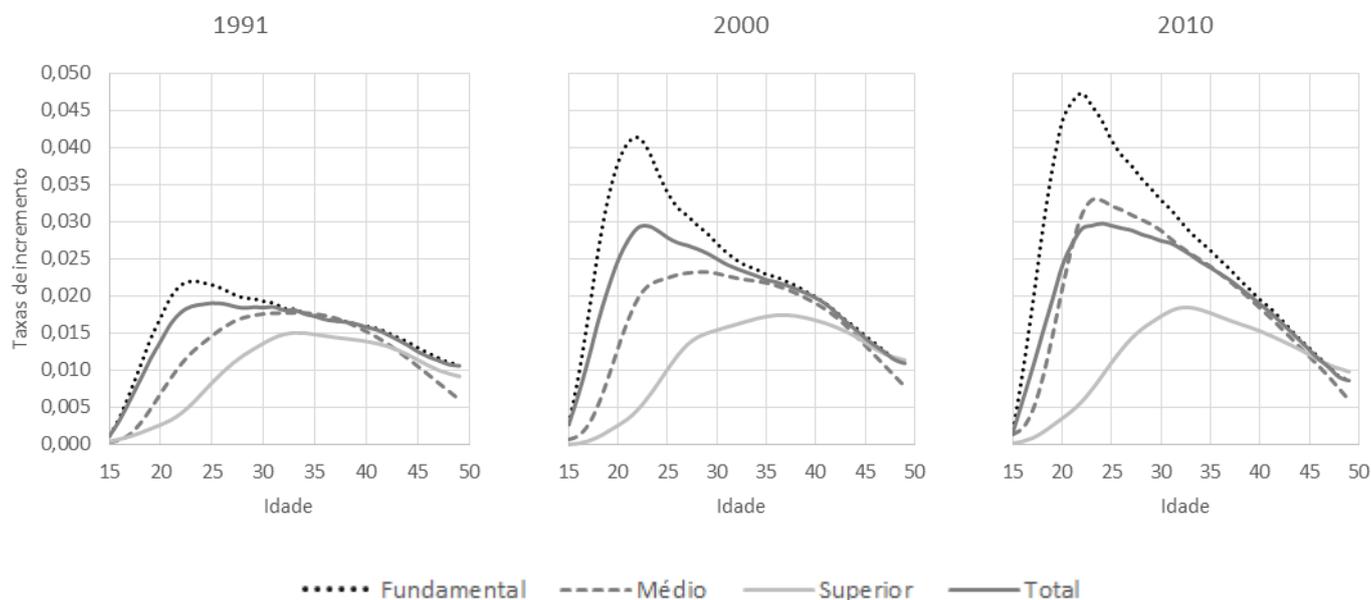
Gráfico 23: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade em relação ao total de unidas e com filho menor de 18 anos, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Diferentemente do que ocorre da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, que possui padrões bastante distintos das taxas de entrada entre os diferentes estratos, nos arranjos monoparentais formados através da dissolução de uniões, o potencial de incremento da monoparentalidade em uma população, definido pela interação entre as taxas de entrada e a população exposta ao risco, vai diferir mais entre os níveis de escolaridade em função da variação do denominador da taxa. Uma vez que esse incremento se dá pelo efeito do risco de entrada na monoparentalidade e da quantidade de mulheres que estaria exposta ao risco de entrar nesse *status*, esses incrementos na população menos escolarizada apresentam um padrão mais jovem e mais elevado (Gráfico 24).

Gráfico 24: Taxas de incremento da monoparentalidade por dissolução de união, das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Assim, além das taxas de entrada no arranjo, a população exposta também se constitui em fator determinante para o perfil da monoparentalidade.

4.2 Os diferenciais das taxas de saída

As taxas de saída da monoparentalidade possuem um grande diferencial, não somente entre os diferentes níveis de instrução, mas também em função do estado conjugal da mãe responsável.

Os níveis das taxas de saída são geralmente mais altos nos arranjos por dissolução quando comparados aos arranjos por nascimento fora de uma união (Gráfico 25 e Gráfico 26). Também são mais altos entre as mulheres de menor nível de escolaridade. Falar em “taxa de saída” engloba dois tipos de eventos, determinados pela “entrada” de um cônjuge no arranjo, ou pela “saída” do filho, mas, diferentemente das taxas de entrada, não se encontrou uma maneira de classificar o tipo de evento que determinou a saída. Portanto, neste trabalho, são mensuradas somente em seu conjunto, e mencionadas apenas como saídas.

Visto que os padrões segundo tipos de entrada diferem bastante de acordo com o nível de escolaridade entre as famílias monoparentais, as saídas provavelmente também apresentariam esses diferenciais. Uma vez que a análise é feita por idade das mães, e a idade dos filhos é uma variável importante para determinar a propensão a sair de um tipo de família, é razoável supor que o padrão de saídas tenha uma influência maior pela chegada de um cônjuge entre as mães jovens, e uma crescente importância da saída dos filhos entre as mães mais velhas.

Como as taxas de saída são maiores entre as mulheres mais jovens, pressupõe-se que a entrada em uma nova união seja a responsável por esse maior nível nessa fase da vida. Portanto, a ideia de que a propensão a recasar é mais alta entre as mulheres mais jovens é verdade, já que, além de diminuir as taxas de saídas para as mulheres mais velhas, também pressupõe-se que a proporção das saídas em função da saída do(s) filho(s) é crescente com a idade da mãe.

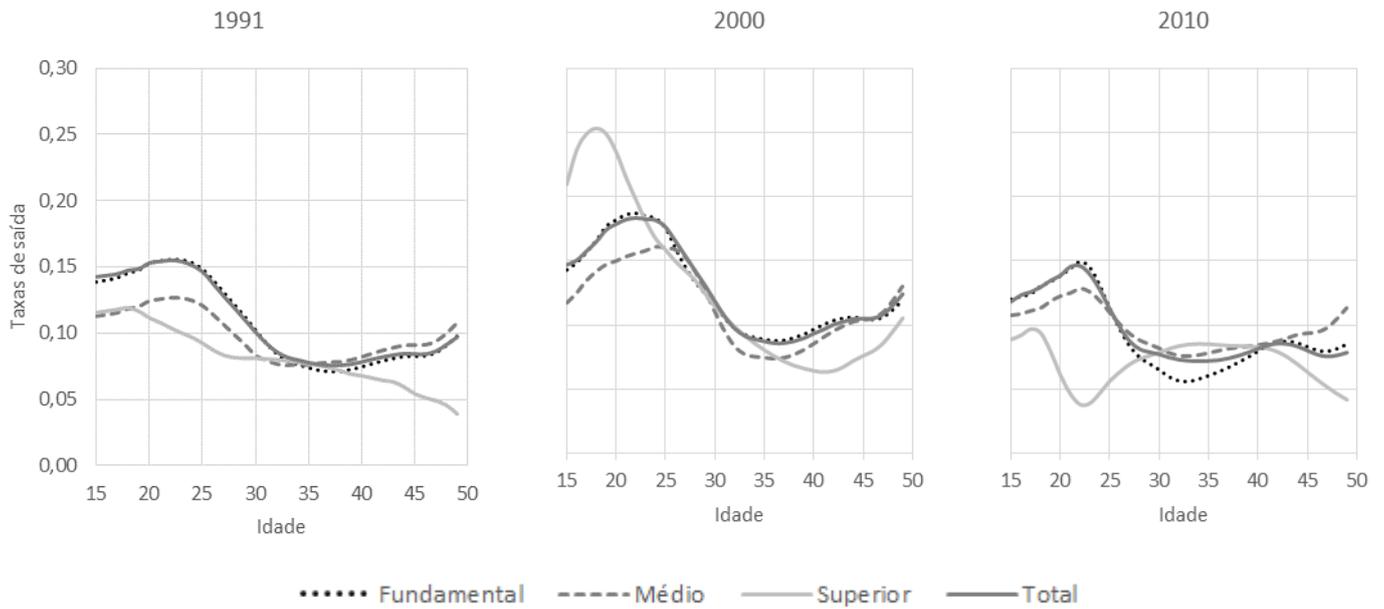
Contudo, ao analisar as taxas de saída segundo o tipo de união, comparando os níveis apresentados no Gráfico 25 e no Gráfico 26, observa-se, principalmente entre as mães jovens, taxas mais altas de saídas nos arranjos por dissolução. Essas evidências podem apontar para uma tendência maior das mães em arranjos por dissolução da união a (re)ingressarem em uma união em relação às monoparentais por nascimento fora de uma união.

Embora os dados não tragam evidências baseadas em taxas de (re)casamento entre as mães responsáveis por famílias monoparentais, mas por cálculo indireto baseado nas taxas de entrada e na proporção de famílias monoparentais observadas na população, a evidência parece ser robusta ao apontar para essa tendência, já que o diferencial entre os níveis é bastante acentuado.

As mulheres que cursaram o ensino superior possuem um nível de taxas de saída menor que as mulheres menos escolarizadas. Em 2000, foi estimado um nível muito mais alto entre as mulheres jovens de mais alta escolaridade entre as monoparentais por nascimento fora de uma união. Contudo, essas estimativas foram baseadas em dados muito rarefeitos, já que se trata de um grupo que possui uma taxa de entrada entre as mães jovens muito pequena e, conseqüentemente, uma frequência ainda muito pequena nessas idades. Portanto, existe um maior intervalo de confiança implícito nessa informação. As mulheres na condição de monoparental por nascimento fora de uma união com nível mais alto de escolaridade também foram aquelas cujo padrão teve uma

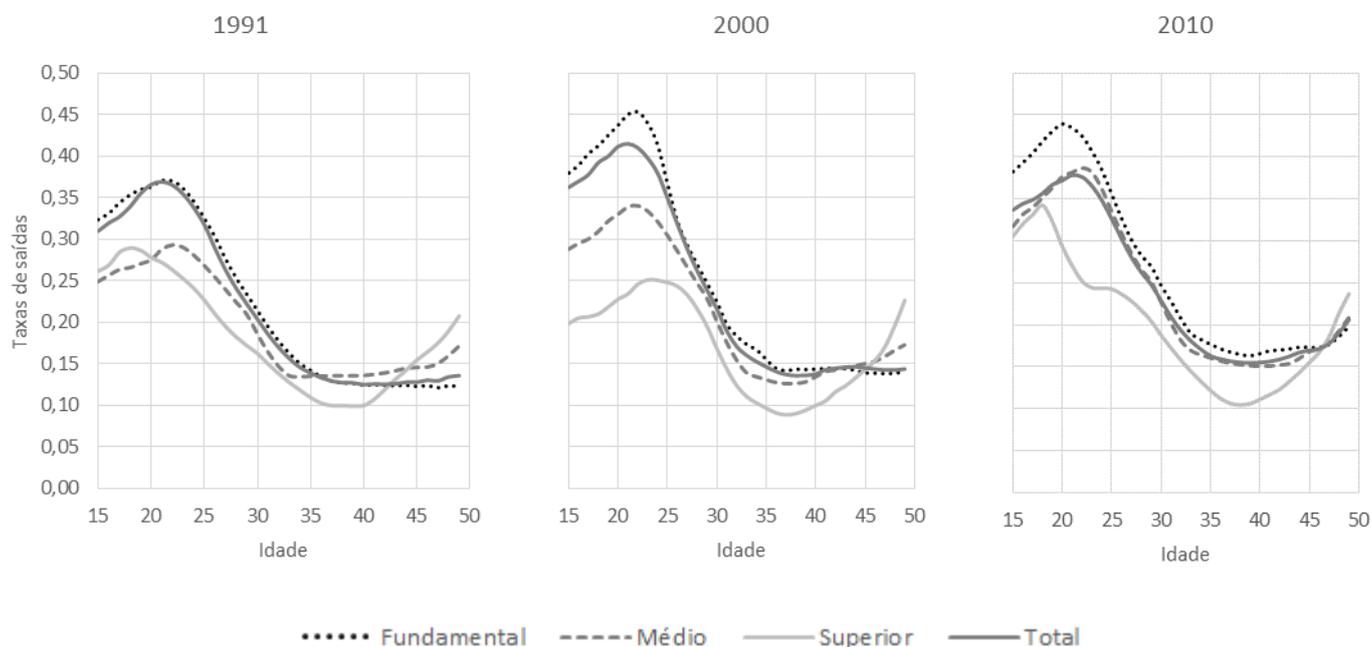
variação maior das taxas de entrada nos três períodos analisados, também podendo ser parte em função de um maior intervalo de confiança.

Gráfico 25: Taxas de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 26: Taxas de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

As taxas de entrada e saída acumuladas apresentadas produzem a proporção da população feminina responsável por cada um desses tipos de família. Estimar as taxas das diferentes categorias de famílias monoparentais, contudo, difere de trabalhar com as mulheres como um todo, já que envolve pressupostos diferentes. Quando se trabalha com a população feminina como um todo, ao recompor essa população a partir de um conjunto de taxas, os fatores que poderiam causar impacto seriam a mortalidade e a migração. No caso, ao trabalhar com o Brasil como um todo, o aspecto migratório envolve somente a migração internacional e a mortalidade. Em ambos os casos, como os níveis de migração internacional para a população como um todo, e de mortalidade para o grupo de 15 a 49 anos de idade são baixos, é possível pressupor que não existem diferenciais de experiências de mortalidade e de migração entre as diferentes categorias de família.

Embora as categorias de família possam estar associadas a experiências de mortalidade e de migração diferentes, dado que as taxas líquidas de migração e as taxas de mortalidade por idade são bastante pequenas, é possível utilizar os pressupostos com mais segurança. Contudo, para o estudo dos diferentes níveis de escolaridade, existem

marcantes diferenciais que podem influenciar os resultados. Por esse motivo, a cautela sempre é necessária ao fazer esse tipo de análise nesse caso.

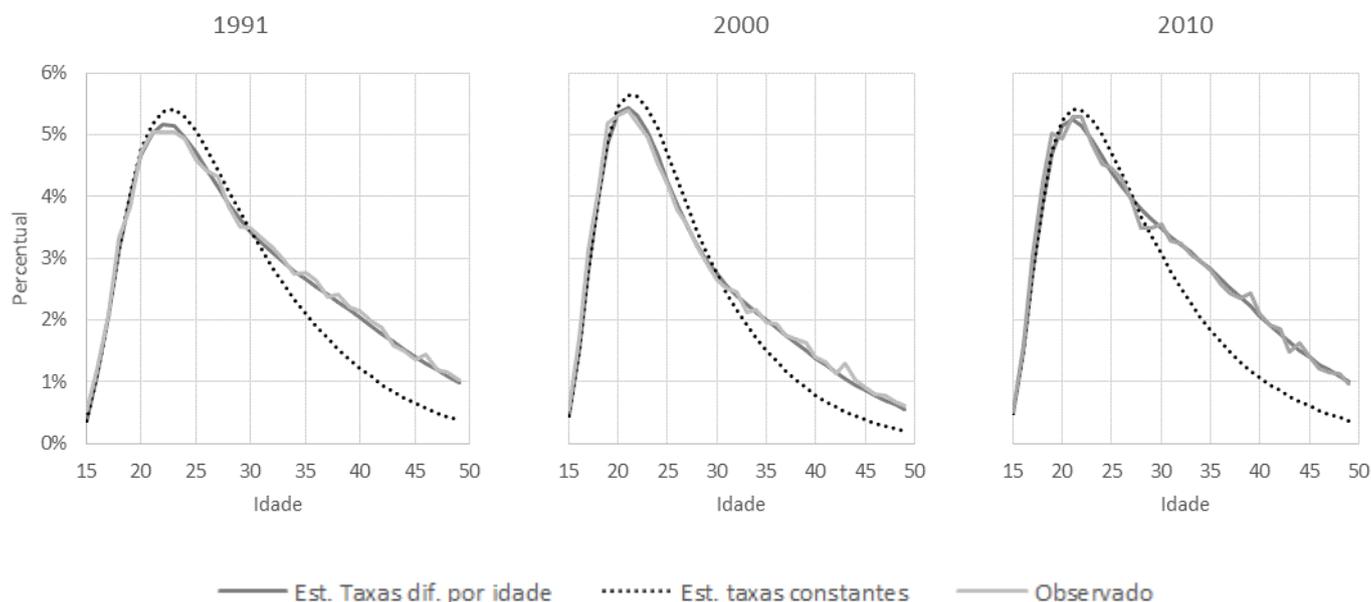
Ao acumular as experiências de período para compor uma coorte, é preciso ter em mente também que, o fato de passar por uma transição familiar, quando a pessoa ainda está em processo de escolarização, pode ter efeito sobre a probabilidade de se atingir níveis de escolaridade mais altos.

Se, por um lado, existe a questão dos possíveis diferenciais das mulheres ainda em processo de escolarização, o que particularmente vai ter uma influência maior nas famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, por outro, torna a experiência de entrada na monoparentalidade em diferentes períodos mais próximas entre si. Na comparação entre as taxas de período e a proporção da população exposta ao risco de entrar na monoparentalidade, existem diferenças para o total da população que são maiores que quando comparadas as taxas para cada categoria de nível de escolaridade.

Esses dados sugerem que parte das mudanças para o total da população foram influenciados pela mudança da composição segundo os níveis de escolaridade. Assim, se por um lado a análise segundo nível de escolaridade requer cautela, por outro, traz uma vantagem em relação ao fator do efeito de composição.

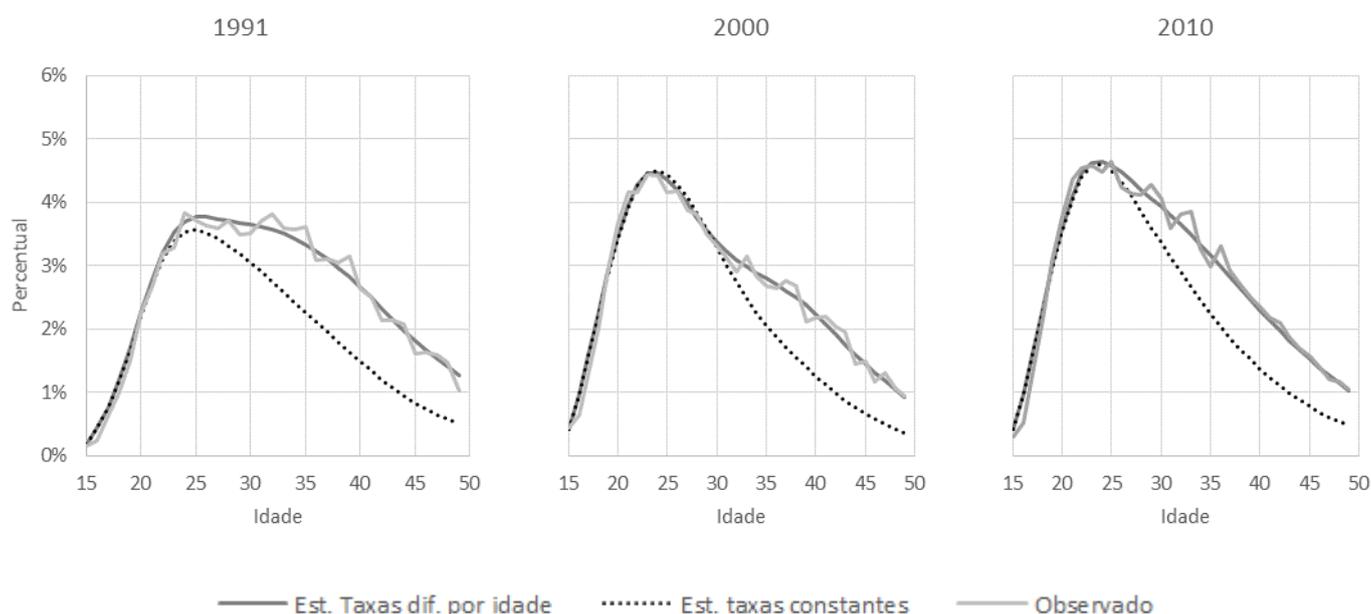
No caso dos arranjos por nascimento fora de uma união, os diferenciais se dão tanto em função do numerador, quanto do denominador da taxa. Existe um risco maior das mulheres nunca unidas e sem filho terem um filho fora de uma união entre as mais jovens, e existe uma propensão menor das mulheres de menor escolaridade a permanecerem na condição de nunca unidas e sem filho. Principalmente em decorrência do padrão mais jovem das taxas de entrada, além de seus níveis mais elevados entre as mulheres mais jovens, o padrão das proporções de famílias monoparentais por nascimento fora de uma união entre as mulheres menos escolarizadas na população também é mais jovem, além de existir uma maior incidência desse tipo de família entre essas mulheres.

Gráfico 27: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, com até o nível fundamental completo de ensino, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



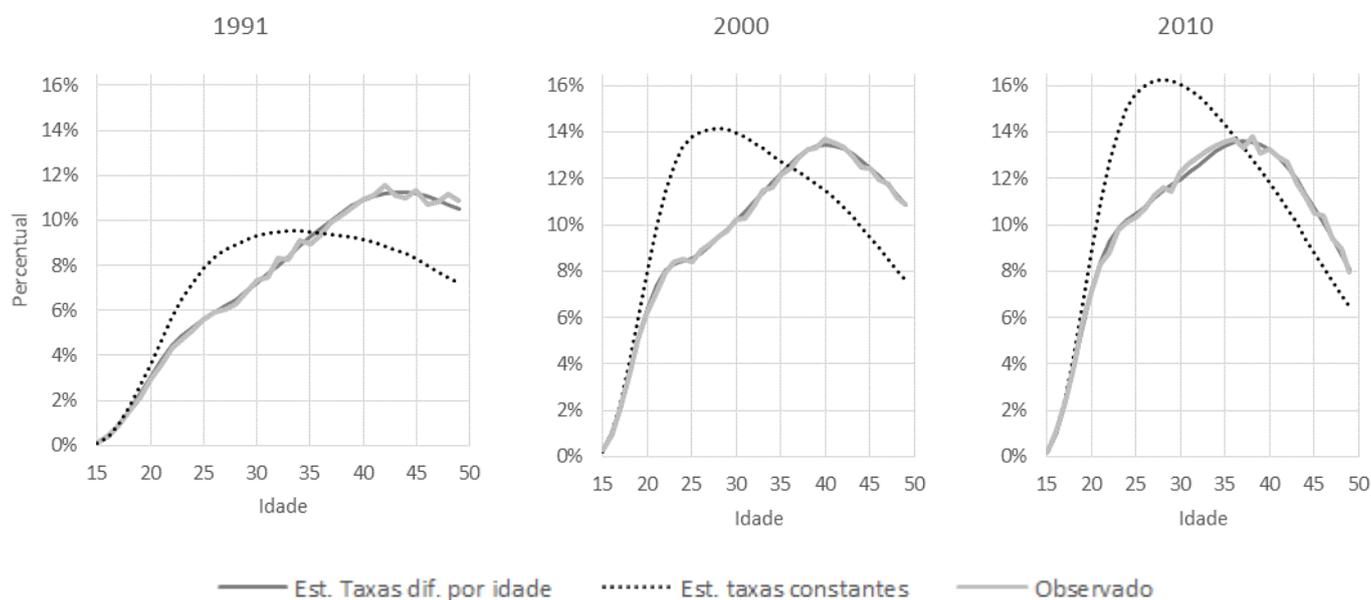
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 28: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, com pelo menos um ano de escolaridade em nível médio, até o nível médio completo, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



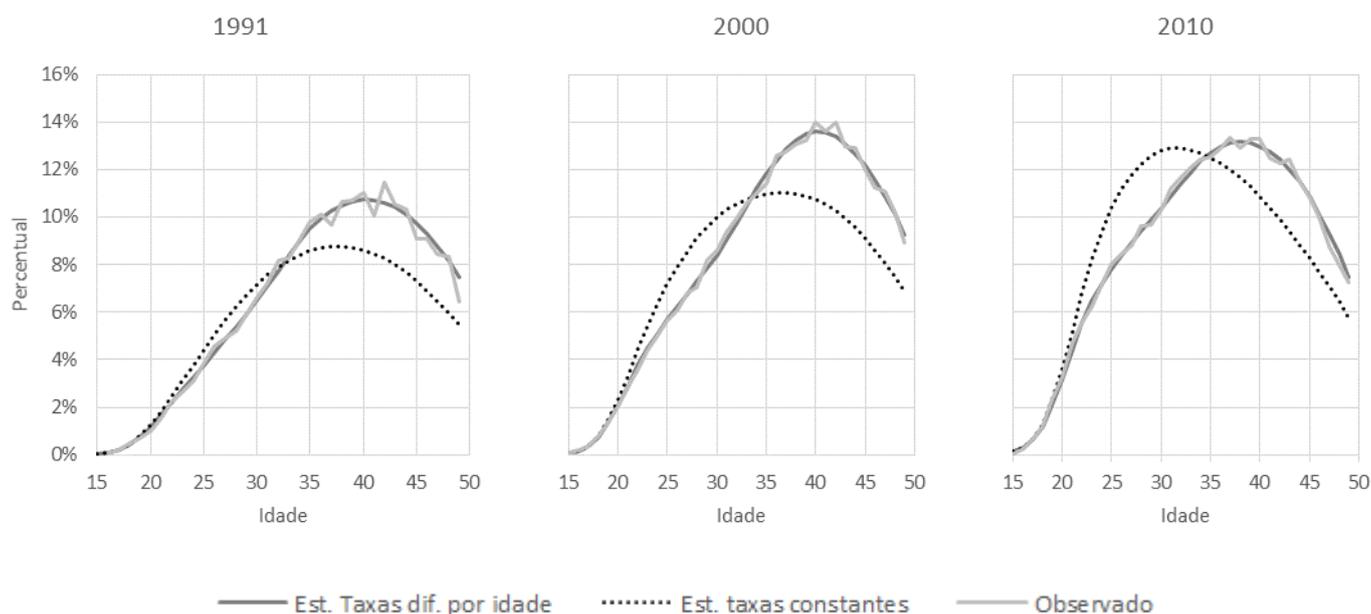
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 30: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com até o nível fundamental completo de ensino, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



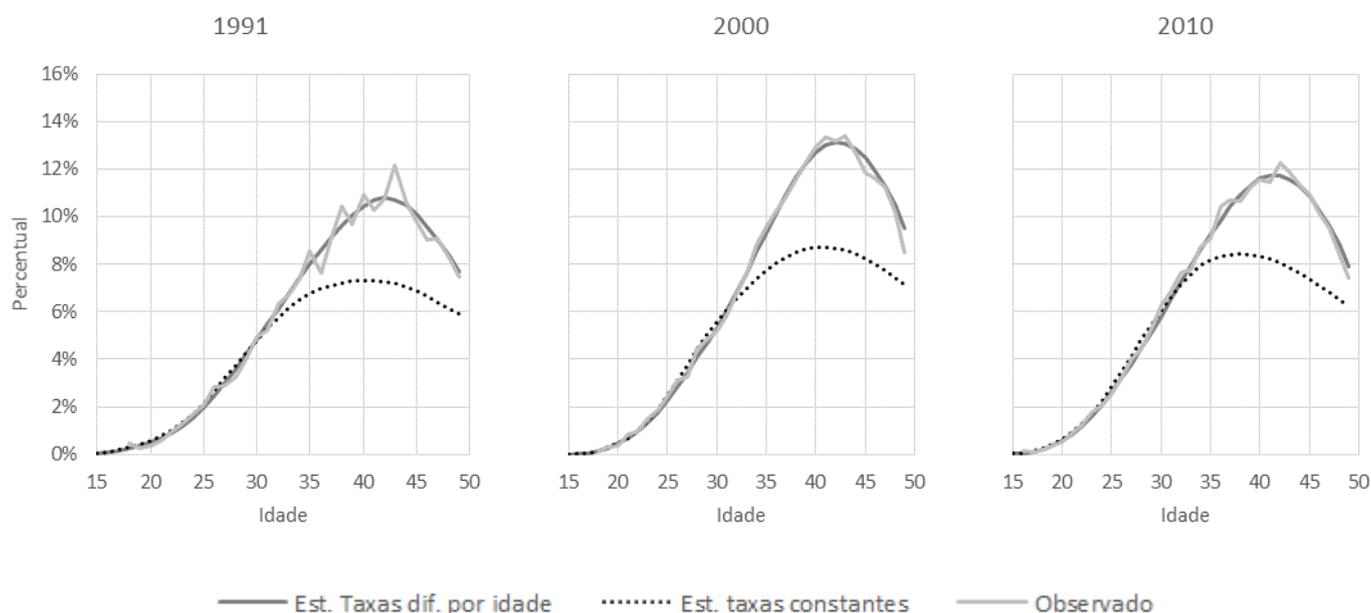
Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 31: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com pelo menos um ano de escolaridade em nível médio, até o nível médio completo, por idade simples. Brasil, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 32: Proporção estimada e observada de mulheres de 15 a 49 anos de idade responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, com um ano ou mais de escolaridade em nível superior concluído, por idade simples. 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A medida do tempo médio de duração da monoparentalidade também representa a intensidade das saídas. Uma vez que as medidas de tempo médio de duração e das taxas de saída são obtidas através de procedimentos diferentes de cálculo, é possível examinar os diferenciais entre eles para fazer uma avaliação da informação disponível.

É possível também observar que existe uma diferença maior entre as taxas obtidas através do inverso do tempo de duração e em relação à taxa bruta calculada a partir do conjunto das taxas específicas por idade estimados para os arranjos monoparentais por nascimento fora de uma união em relação aos arranjos por dissolução de união. Os diferenciais também são maiores entre as mulheres de maior nível de instrução, à exceção das monoparentais por nascimento fora de uma união em 2000 (Tabela 9 e Tabela 10).

Tabela 9: Taxa bruta de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Nível de instrução	Ano					
	1991		2000		2010	
	Forma de obtenção da taxa					
	1/D _{ms}	Ajustadas	1/D _{ms}	Ajustadas	1/D _{ms}	Ajustadas
Fundamental	0,1365	0,1175	0,1590	0,1451	0,1231	0,0988
Médio	0,1401	0,0966	0,1508	0,1217	0,1258	0,0976
Superior	0,1364	0,0765	0,1466	0,1254	0,1242	0,0718
Total	0,1373	0,1158	0,1564	0,1412	0,1238	0,0993

Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Tabela 10: Taxa bruta de saída da monoparentalidade por dissolução de união, entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade. Brasil, 1991, 2000 e 2010

Nível de instrução	Ano					
	1991		2000		2010	
	Forma de obtenção da taxa					
	1/D _{md}	Ajustadas	1/D _{md}	Ajustadas	1/D _{md}	Ajustadas
Fundamental	0,1890	0,1760	0,2019	0,2145	0,2115	0,2396
Médio	0,1919	0,1615	0,1953	0,1733	0,2081	0,2061
Superior	0,1933	0,1413	0,1922	0,1371	0,1980	0,1531
Total	0,1894	0,1714	0,1980	0,1955	0,2058	0,2104

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

A idade média é uma medida síntese das experiências de monoparentalidade das diferentes coortes (a partir de dados das mulheres que estão naquela condição a cada idade), e a medida síntese obtida a partir das taxas de cada período são diferentes, pois conceitualmente remetem a experiências diferentes de transições ao longo do curso de vida. Embora seja possível fazer um paralelo com a mortalidade ou a fecundidade, dos diferenciais entre os indicadores de coorte e de período, mesmo a experiência das mulheres mais velhas geralmente vai remeter a um passado mais próximo, uma vez que o tempo da monoparentalidade, de maneira geral, possui uma duração média de apenas alguns anos.

Dessa forma, as experiências de coorte e de período não teriam uma distância tão grande entre si, já que sempre têm, como ponto de referência, a última entrada na monoparentalidade.

4.3 A incidência da monoparentalidade

A ideia de última entrada na monoparentalidade, contudo, gera outra questão a ser levantada, já que existe a possibilidade de mais de uma entrada ao longo da vida. Dessa forma, a medição da proporção estimada de mulheres que alguma vez na vida experimentaria uma entrada na monoparentalidade pode ser obtida através de uma mensuração da rotatividade desses arranjos.

No caso das monoparentais por nascimento fora de uma união, como já mencionado, pode-se realisticamente pressupor que a entrada nesse tipo de arranjo só ocorre uma vez na vida de uma mulher; assim, a proporção das mulheres que uma vez na vida estariam nesse arranjo é dada pela soma das taxas de entrada por idade até a idade de 50 anos. É também possível pressupor que, como existem poucos primeiros nascimentos após a idade de 50 anos das mulheres, então poderia ser considerado a proporção de mulheres alguma vez na vida monoparentais por nascimento fora de uma união.

Essa proporção é mais alta entre as mulheres menos escolarizadas, e mais alta no ano 2000 do que nos outros dois outros anos estudados. Uma vez que se trata de um dado obtido a partir da soma das taxas de período, não necessariamente refletiria em um comportamento de coorte (Tabela 11).

É importante destacar os grandes diferenciais, principalmente das mulheres que cursaram o ensino superior, com níveis de incidência desse tipo de monoparentalidade muito menores que as mulheres de escolaridade mais baixa. Contudo, mesmo com as mulheres mais escolarizadas tendo uma chance menor de se tornarem monoparentais por nascimento fora de uma união alguma vez na vida, uma proporção não desprezível delas tem essa experiência ao longo de suas vidas. Dado que essas famílias possuem um padrão de formação mais tardio, existe um potencial de mudanças das características da monoparentalidade no país, com o aumento da escolarização.

Tabela 11: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de monoparental por nascimento fora de uma união, por ano, segundo nível de escolaridade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Escolaridade	1991	2000	2010
Até Fundamental	12,6%	13,3%	11,2%
Até Médio	10,0%	12,1%	10,7%
Superior	5,7%	8,3%	5,5%
Total	11,8%	12,5%	10,2%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Para os arranjos monoparentais por dissolução de união, como existe a rotatividade dos arranjos a ser considerada, utilizando aqui três hipóteses diferentes acerca da rotatividade dos arranjos monoparentais. A partir de informações das famílias de monoparentais por nascimento fora de uma união, é possível ter alguns dados a respeito do percentual de mulheres que até os 50 anos de idade estariam expostas à condição de responsável por uma família monoparental.

Considerando as três hipóteses a seguir, as proporções estimadas de mulheres que experimentariam alguma vez na vida a responsabilidade monoparental, são apresentadas na

Tabela 12.

- H1: Rotatividade dos arranjos por dissolução igual à dos arranjos por nascimento fora de uma união
- H2: Rotatividade dos arranjos por dissolução é o dobro da rotatividade dos arranjos por nascimento fora de uma união
- H3: Rotatividade dos arranjos por dissolução é a metade da rotatividade dos arranjos por nascimento fora de uma união

Tabela 12: Proporção estimada de mulheres na idade exata de 50 anos que alguma vez na vida teria estado na condição de responsável por família monoparental, por ano e diferentes hipóteses de rotatividade, segundo nível de escolaridade. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Escolaridade	1991			2000			2010		
	Hipóteses								
	H1	H2	H3	H1	H2	H3	H1	H2	H3
Até Fundamental	50,6%	55,6%	43,1%	64,7%	74,4%	51,4%	61,9%	74,6%	46,7%
Até Médio	44,0%	46,7%	39,6%	57,9%	61,9%	51,5%	61,7%	67,9%	52,1%
Superior	31,3%	34,4%	26,4%	39,9%	42,8%	35,1%	34,7%	38,7%	28,5%
Total	48,8%	53,1%	42,1%	60,0%	67,3%	49,5%	54,8%	63,2%	43,4%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

As variações de acordo com o nível de instrução são grandes. Evidentemente que, quanto maior a rotatividade das famílias monoparentais, menor será a população de mulheres no final que viveria a monoparentalidade alguma vez na vida, dado que a quantidade de eventos relacionados à experiência monoparental seria correspondente a uma quantidade mais limitada de mulheres.

Mesmo assim, a proporção estimada de mulheres que passaria por essa experiência, dadas as taxas e as hipóteses de rotatividade, é bastante grande. Mesmo entre as mulheres de maior nível de instrução, 28,5% teria uma experiência de ser responsável por família monoparental alguma vez na vida até a idade exata de 50 anos em 2010, na hipótese de rotatividade mais alta considerada. Assim, mesmo para os níveis mais altos de escolaridade, estima-se uma alta proporção das mulheres alguma vez na vida vivenciaria a condição de monoparental (Tabela 12).

O crescimento na proporção estimada entre 1991 e 2000 se dá em decorrência, principalmente, do aumento dos arranjos por dissolução de união, já que as variações para os arranjos por nascimento fora de união, exceto para as mulheres de mais alto nível de escolaridade no ano 2000, variaram menos entre os três períodos.

Desse modo, é possível concluir que a monoparentalidade incide sobre uma parcela bastante representativa da população feminina. Embora os dados, de maneira geral, apontem para uma prevalência já relativamente alta, analisando a questão da monoparentalidade enquanto dimensão constituinte de um curso de vida, as estimativas aqui apresentadas permitem dizer que é possível não longe de 50% das mulheres

passaria por alguma experiência de monoparentalidade como responsável por esta família ao longo de seu curso de vida.

A comparação de outras estimativas com as apresentadas por esta tese não está facilmente disponível, dado que não é uma tradicional de analisar a monoparentalidade. As próprias definições sobre monoparentalidade variam bastante, e essas definições podem tornar os indicadores de monoparentalidade não comparáveis entre si.

Em linhas gerais, poucos indicadores de monoparentalidade trazem uma incidência tão alta como a apresentada por esta tese. Contudo, alguns exemplos dos no Estados Unidos, onde o nível das taxas de divórcio desde os anos 1970, sugerem que mais da metade dos casamentos acabariam dissolvidos (BUMPASS, 1990; WAITE, 2005), pode trazer algum referencial, já que as dissoluções de uniões são a principal força motriz da alta incidência da monoparentalidade no contexto atual (ERMISCH, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou elaborar uma análise a respeito da monoparentalidade no Brasil, acerca dos padrões de formação e dissolução desse tipo de família, tentando preencher uma lacuna existente nesses estudos no Brasil. A metodologia empregada explora as possibilidades de análises dos três últimos censos demográficos brasileiros.

Essas lacunas se devem, principalmente, em função da escassez de dados a respeito da formação de famílias no Brasil. Por esse motivo, para contornar as restrições impostas pela inexistência de dados que possibilitem os cálculos diretos dos indicadores, este trabalho propôs a utilização de um método indireto, que demonstrou ser capaz de trazer evidências a respeito de como se dão os fluxos para e a partir da monoparentalidade, na vida das mulheres.

Certamente não é um trabalho definitivo, dada toda a complexidade desse tipo de família, além de restrições acerca das próprias fonte de dados, que muitas vezes não permite ter a informação considerada ideal para a mensuração do fenômeno da monoparentalidade a partir da perspectiva de seus fluxos, dados por taxas de entrada e saída.

As análises buscaram os diferenciais segundo dois tipos de famílias monoparentais, classificadas a partir de seus eventos de origem: os nascimentos fora de uma união ou a dissolução de união, com a presença de filho(s). Cada uma dessas categorias de famílias monoparentais possui certas especificidades, uma em relação à outra. Também se buscou analisar as famílias monoparentais femininas segundo diferentes grupos de escolaridade da mulher responsável. A importância desse tipo de análise se dá em função das diferenças dos contextos sociais nos processos de formação de família, com a escolaridade entendida como uma variável capaz de bem representar as distinções entre os estratos socioeconômicos.

A monoparentalidade em si é caracterizada como associada a condições sociais menos favorecidas, além de estar associada a fatores de risco para as crianças (DUNCAN e RODGERS, 1987; MCLANAHAN e BUMPASS, 1988). Embora a tendência observada no País, ao longo das décadas recentes, foi de constante crescimento dos níveis de escolaridade, ocorreu um crescimento da monoparentalidade, principalmente devido às maiores probabilidades de dissolução de união, cujo crescimento se deu, em maior medida, na década de 1990.

As informações básicas disponíveis em décadas recentes, no entanto, somente fazem referência ao crescimento de sua prevalência nos diferentes estratos educacionais, sem distinguir características mais específicas desse tipo de arranjo. Nesse sentido, esta tese traz uma inovação, já que possibilita estabelecer os diferenciais a partir de suas características de formação e de dissolução.

Independentemente do tipo de evento relacionado à formação das famílias monoparentais, a monoparentalidade está mais presente entre as mulheres de menor nível de escolaridade, mas a dinâmica de formação dessas famílias demonstra ser bastante distinta entre os diferentes segmentos educacionais.

Os arranjos de monoparentais por nascimento fora de uma união são responsáveis por uma menor parcela da monoparentalidade no País, e são atrelados, sobretudo, a um maior risco de entrada entre as mulheres mais jovens. Nesse caso em específico, a população em risco de entrar nesse tipo de família é a das mulheres nunca unidas e sem filho, e existe uma proporção maior dessa população entre as mais escolarizadas. Assim, a maior prevalência desse tipo de família entre as mulheres menos escolarizadas se dá em função das maiores taxas de entrada.

Uma vez que a monoparentalidade por nascimento fora de uma união está muito atrelada a uma fecundidade precoce e aos menores níveis de instrução, ela pode ser considerada sujeita a condições sociais menos favorecidas em relação aos arranjos por dissolução.

Existe um padrão bastante distinto entre as mulheres de maior e menor nível de instrução. Enquanto as taxas de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união atingem entre as mulheres de menor nível de instrução seu ponto máximo por volta dos 20 anos, entre as mulheres mais escolarizadas, essas taxas são crescentes até por volta dos 35 anos de idade, quando atinge o ponto máximo. Desse modo, foi possível, ainda, distinguir padrões distintos de monoparentalidade: um mais precoce associado a mulheres menos escolarizadas; e um padrão tardio, associado a mulheres de alta escolaridade. Embora o padrão precoce tenha uma larga predominância, é possível que a monoparentalidade por nascimento fora de uma união mais tardia ganhe importância ao longo dos anos, dado o crescimento da escolaridade no país.

Entre as mulheres nunca unidas de mais de 35 anos de idade e que nunca tiveram filhos, o risco de vir a ser monoparental por nascimento fora de uma união em um determinado ano pouco varia em função do nível de instrução. Para as mulheres mais velhas, é possível que essa fecundidade esteja relacionada a ideia de ter um filho como

elemento importante para a auto realização pessoal. E a questão da primeira fecundidade, mesmo na ausência de um cônjuge, parece possuir uma intensidade semelhante entre mulheres de diferentes segmentos educacionais. Por esse motivo, esse padrão de monoparentalidade mais tardio poderia estar associado a um elemento mais típico de um contexto de empoderamento feminino e de liberdade de escolhas.

Essas também poderiam ser, em boa medida, entendidas como características conciliáveis com o contexto de uma Segunda Transição Demográfica incipiente, pelos aspectos de maior prevalência e maior aceitação de formas alternativas de família e de formação familiar, que antes seriam marginalizadas. Isto embora a emergência de formas diferentes do padrão normativo de família possa também remeter a um contexto de incerteza ou de instabilidade, configurando um aumento da vulnerabilidade social, que provavelmente se insere um padrão precoce de monoparentalidade por nascimento fora de monoparentalidade fora de uma união. Contudo, com a existência também de um padrão mais tardio, não se pode estabelecer os mesmos arcabouços explicativos, para os diferentes padrões de formação dos arranjos monoparentais.

Já a monoparentalidade por dissolução de união, embora não seja um tipo de família mais presente entre as mais jovens, a taxa de entrada desse tipo de arranjo é mais alta entre as mais jovens. Isso significa que as mulheres unidas e com filho mais jovem têm um risco maior de se separar do cônjuge que as mulheres mais velhas.

Diferentemente dos arranjos por nascimento fora de uma união, os diferenciais entre os níveis de escolaridade nas taxas de entrada da monoparentalidade por dissolução são muito pequenos, embora também exista uma prevalência menor desse tipo de família entre as mais escolarizadas. Essa maior prevalência não se dá por taxas de entrada maiores, mas por uma proporção das mulheres em risco de transitar para a monoparentalidade maior a cada idade. Essa proporção maior ocorre devido a um padrão de uniões e de fecundidade mais jovem entre as mulheres menos escolarizadas. Assim, embora possam existir implicações diferentes de uma ruptura de uma união na vida das mulheres, seu risco por idade da mulher não possui diferenças consideráveis.

Apesar dos diferenciais das taxas de entrada entre os segmentos educacionais tenham sido pequenos, as taxas de saída tiveram variações importantes no tempo, sobretudo entre 1991 e 2000, com um aumento dos riscos de dissolução de união entre as mães unidas. Aliás, através deste trabalho, é possível constatar essa como sendo a principal causa do aumento da prevalência da monoparentalidade no Brasil no período.

E esse aumento ocorreu de forma generalizada, em todos os estratos educacionais analisados.

A análise das saídas da monoparentalidade também traz achados importantes. As taxas de saída diferem por idade, mas também segundo seu evento de origem. As mães mais jovens possuem taxas mais altas de saída, possivelmente em função das maiores probabilidades de (re)casamento entre as mães mais jovens. As taxas de saída também são significativamente mais altas entre as mães em famílias monoparentais por dissolução em relação às monoparentais por nascimento fora de uma união.

Existem alguns possíveis motivos para esse fenômeno, mas que, por ora, restringem-se ao universo das hipóteses. Uma delas é a de que mães de filhos mais velhos tendem a se recasar mais e, uma vez que as monoparentais por nascimento fora de uma união estão associadas a uma entrada com filhos de zero ano de idade, seus filhos, em média, seriam mais novos. Assim, poderia haver uma menor tendência a constituir uma união. Um outro possível motivo é uma resistência maior das mães que nunca estiveram unidas em relação a constituir uma união, em comparação com aquelas que já viveram em união alguma vez na vida, ou talvez isso revele uma seletividade prévia das mulheres na propensão em se casar. Contudo, testar essas hipóteses envolveria a necessidade de novos dados, ou o desenvolvimento de um procedimento metodológico mais complexo que possa abarcar essa questão.

Também são constatados diferenciais das taxas de saída por nível de escolaridade, que apontam para taxas de saída por idade menores para as mulheres mais instruídas. Esse padrão sugere que deva existir uma menor tendência das mulheres de maior nível de escolaridade ao (re)casamento. Os maiores diferenciais por nível de escolaridade das taxas de saídas, assim como ocorre com as taxas de entrada, também são observados nos arranjos monoparentais por nascimento fora de uma união. No caso específico desse tipo de família, dada a sua maior duração, poderia estar em parte associado a um padrão de maior presença de monoparentais por escolha. Essa hipótese, contudo, não pode ser testada a partir das informações disponíveis, mas levanta questões que podem ser investigadas em pesquisas de caráter mais qualitativo.

A monoparentalidade pensada como um evento que pode fazer parte do curso de vida de uma pessoa é mais comum do que sugere sua prevalência na população. A análise da monoparentalidade a partir de suas taxas de entrada e saída, permitiu ter algumas estimativas acerca desse tipo de família. Embora sejam estimativas baseadas em diferentes hipóteses, trazem elementos para análise até então não disponíveis.

Portanto, oferecem possibilidade de avanços para estudos futuros, mesmo em um contexto ainda de restrição de dados.

Esta proposta, longe de trazer resultados definitivos, também defende a existência de informações básicas sobre nupcialidade nos censos demográficos, ou em outras pesquisas domiciliares, que possam trazer, a partir de algumas poucas variáveis, possibilidades de avançar no conhecimento da monoparentalidade ou outros arranjos no Brasil. A presença de informação a respeito do tempo de duração do estado conjugal atual em mais pontos no tempo, bem como a informação a respeito de quando a pessoa teve a primeira união e o número de uniões anteriores poderiam contribuir para a elaboração das estimativas aqui propostas.

Embora a metodologia desenvolvida neste trabalho explore amplamente as possibilidades de contornar a ausência de dados no Brasil, ora utilizando algumas informações como *proxy* para os eventos que se pretende mensurar, ora utilizando dados de 1991 e pressupondo constância de um padrão por idade, existe uma coerência dos resultados, que torna possível ter uma dimensão até então não conhecida desse tipo de família no País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, P. Two Successive Motivations for the Declining Birth Rate in the West. **Population and Development Review**. 1980 Dec; 6(4):645-50.

ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. Familias en transición y marcos conceptuales em redefinición. **Papeles de población**. n.28. abr. /jun. 2001.

ARPINI, D.M., CÚNICO, S.D. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia** [en línea] 2014, 43-44 (Jan-Ago): [consultado em 12 de outubro de 2016] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115039411004>> ISSN 1413-0394

Barroso, 2012

BLAYO, C. De l'application des principes d'analyse démographique à l'étude de l'évolution des familles. **Population** (French Edition), 45e Année, No. 1 (Jan. - Feb., 1990), pp. 63-86

BUMPASS, L. L. What's happening to the family? Interactions between demographic and institutional change. **Demography**. 1990 Nov;27(4):483-98.

_____ ; RALEY, R.K. Redefining Single-Parent Families: Cohabitation and Changing Family Reality. **Demography**, Vol 32, No.1, Fev. 1995.

_____ ; SWEET, J.A. Children's Experience in Single-Parent Families: Implications of Cohabitation and Marital Transitions. **Family Planning Perspectives**, Vol. 21, No. 6. Nov. - Dez., 1989, pp. 256-260.

CABELLA, W. M. **Dissoluções e formação de novas uniões**: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai. Tese (Doutorado) - Núcleo de Estudos de População/Unicamp, Campinas, 2008.

CABELLA, W.; PERI A.; STREET, C. ¿Dos orillas y una transición? La segunda transición demográfica en Buenos Aires y Montevideo en perspectiva biográfica. In: I

Congresso da Associação Latino-americana de População, Caxambu, 2004. **Anais...** ALAP, 2004

CAMARANO, A. A. Considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? In: CAMARANO, A. A. (Orgs). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, p. 319-330. 2006.

_____. Maternidade na adolescência: uma nova forma de constituição de famílias? **CADERNOS ADENAUER VIII** Nº2. 2007

_____., Mello, J. L., KANSO, S., ANDRADE, A. O processo de constituição de famílias entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA. p. 95-138. 2006

CHANT, S. Single-Parent Families: Choice or Constraint? The Formation of Female-Headed Households in Mexican Shanty Towns. **Development and Change**, vol 16, 1985. pp 635-656

CHERLIN, A.J., FURSTENBERG, F.F. Stepfamilies in the United States: A reconsideration. **American Review of Sociology**, 20, 1984: 359-381.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. In: OAW. **Vienna Yearbook of Population Research**. Austria: Austrian Academy of Sciences, 2004. p.11-24.

COSTA, C. S. **Unões Informais em 2000**: Uma análise sob a ótica da mulher. Dissertação (Mestrado) – Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

COSTA, F. A. O. & MARRA, M. M.. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, 21(1), 141-153.2013.

DUNCAN, G.; RODGERS, W. Single-Parent Families: Are Their Economic Problems Transitory or Persistent? **Family Planning Perspectives**, Vol 19, No 4. Jul/Aug, 1987.

DE VOS, S. Nuptiality in Latin America: the view of a sociologist and family demographer. Center for Demography and Ecology Working Paper No. 98-21. University of Wisconsin-Madison. 1998.

ERMISCH, J. F. **Lone Parenthood: An Economic Analysis**. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____; FRANCESCONI, M. The Increasing Complexity of Family Relationships: Lifetime Experience of Lone Motherhood and Stepfamilies in Great Britain. **European Journal of Population** 16: 235–249, 2000.

_____; OVERTON, E. Minimal Household Units: a new approach to the analysis of household formation. **Population Studies**, v. 39, n. 1, March, 1985, p. 33-54.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. The Latin America Cohabitation Boom. **Population and Development Review**; 38(1): 55–81, 2012b

_____; GARCIA-ROMÁN, J; LESTHAEGHE, R. The Family Context of Cohabitation and Single Motherhood in Latin America. **Population and Development Review**, 38 (4). pp. 707-727. 2012a

FERREIRA, F.P. **Estrutura domiciliar e localização: um estudo dos domicílios com idosos em Belo Horizonte 1991**. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

FOLK, K.F. Single Mothers in Various Living Arrangements: Differences in Economic and Time Resources. **American Journal of Economics and Sociology**, Vol 55, No 3. Jul, 1996.

FONTES, M.B. **Situação Econômica de Arranjos Domiciliares Monoparentais e Biparentais no Brasil: Uma Análise Orçamentária**. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2014.

FUSSELL, E.; PALLONI, A. Persistent marriage regimes in changing times. **Journal of Marriage and Family**. Volume 66, Issue 5, pages 1201–1213, December 2004

GOLDANI, A.M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, jan./jun. 2002

GUIMARÃES, R.R.M.; RIOS-NETO, E.L.G. Comparação entre metodologias de idade-período-coorte para o estudo de probabilidades de progressão por série selecionadas no Brasil. Texto para Discussão n° 384. CEDEPLAR/UFMG. 2010.

HELBORN, M. L., CABRAL, C. (2006). Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA.

HINES, A.M. Divorce Related Transitions, Adolescent Development, and The Role of the Parent-Child Relationship: A Review of the Literature. **Journal of Marriage and Family**. No 59. May, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Famílias e domicílios - Resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Considerações sobre alguns aspectos do conteúdo dos questionários do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtm

_____. **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas número 33. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2014.

_____. **Indicadores Sociodemográficos Prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro, 2006.

IHINGER-TALLMAN, M. Research on Stepfamilies. **Annual Review of Sociology** Vol. 14, 1988, pp. 25-48

KEYFITZ, N.; CASWELL, H. **Applied Mathematical Demography**. Wiley, New York, 1977.

KRISHNAMOORTHY, S. Family Formation and the Life Cycle. **Demography**. Volume 16, No. 1 Fev. 1979, pp. 121-129.

LAZO, A.C.G.V. Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção? Textos para Discussão nª 889. IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

LEIVA, G. C. **Composição, formação e localização de domicílios com jovem adulto**. Tese (Doutorado em Demografia). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2012.

LESTHAEGHE, R.; NEIDERT, L. The second demographic transition in the United States: Exception or textbook example? **Population and Development Review**, New York, v. 32, n. 4, p. 669-698, Dez. 2006.

_____.; SURKYN, J. When history moves on: The foundations and diffusion of a second demographic transition. Seminário “Ideational perspectives on international family change”, Population Studies Center, Institute for Social Research (ISR), University of Michigan, Ann Arbor, 2004.

LUNDBERG, S.; POLLAK, R. A. The American family and family economics. Working Paper 12908, National Bureau of Economic Research, Cambridge, Massachusetts, 2007.

MARCONDES, G. S. **Refazendo famílias**: as trajetórias familiares dos homens recasados. Tese (Doutorado) - Núcleo de Estudos de População/Unicamp, Campinas, 2008.

MARURI, R. T. **Estructura y Dinámica de la Monoparentalidad em España**. Tese (Doutorado). Universitat Autònoma de Barcelona, Facultat de Ciències Polítiques i Sociologia, 2006.

MCLANAHAN, S. Diverging destinies: How children are faring under the second demographic transition. **Demography**. November 2004, Volume 41, Issue 4, pp 607-627.

_____.; BUMPASS, L. Intergenerational Consequences of Family Disruption. **American Journal of Sociology**, Vol. 94, No. 1, Jul., 1988, pp. 130-152

MINAMIGUCHI, M.M. **Segunda Transição Demográfica**: O que se pode dizer da situação brasileira? Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Contexto domiciliar das mulheres com primeiro filho recente no Brasil – 1991-2010. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em São Pedro- SP– Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

NASCIMENTO, A.M. Aspectos da transição para a vida adulta no Brasil, dos filhos adultos que residem com os pais, segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida 1996-1997. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

OLIVEIRA, E.L. **Transições**: três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil. Tese (Doutorado em Demografia). CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, M. C. F. A., VIEIRA, J. M., & BARROS, L. F. W. Composición de los domicilios y núcleos familiares brasileños: Revelaciones de la PNDS 2006. In ALAP (Ed.), **Nupcialidad y Familia en la America Latina Actual, 2011**. pp. 225-253

OLIVEIRA, J. C. (2005). **Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo**. IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS). Mimeo.

PERELLI-HARRIS, B.; SIGLE-RUSHTON, W.; KREYENFELD, M.; LAPPEGÅRD, T.; KEIZER, R.; BERGHAMMER, C. The Educational Gradient of Childbearing within Cohabitation in Europe. **Population and Development Review** 36(4): 775–801, December 2010.

RAMALHO, C. G. **Divórcio no Brasil**: Proposta de uma Taxa de Coorte. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2010.

RIOS NETO, E. L. G. O método probabilidade de progressão por série. In: Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto; Juliana de Lucena Ruas Riani. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004, v. , p. 143-145.

RODRÍGUEZ, J. Cohabitación en América Latina: ¿Modernidad, Exclusión o Diversidad? Papeles de Población, UNAM, Toluca, 2004. pp. 97-145.

RYDER, N. B. Notes on the concept of a population. **The American Journal of Sociology**. Vol. LXIV, no. 5. Mar. 1964.

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 1-12, 2002.

SANTOS, A. T. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, Santa Catarina, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST34/Aline_Tosta_dos_Santos_34.pdf>.

SANTOS, Y. G. Ser mulher chefe de família monoparental sob os constrangimentos de raça e etnia, classe e idade: relatos singulares, experiências compartilhadas entre as mulheres no Brasil, na França e no Japão. Trabalho apresentado no 34o. Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 25 a 29 de Outubro de 2010.

SIMÃO, A.B.; Miranda-Ribeiro, P.; Caetano, A.J.; César, C.C. (2006). Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-166, jan./jun. 2006.

SOBOTKA, T. Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. **Demographic Research**. v. 19, p. 171-224, jul. 2008.

THERBORN, G. Familias en el mundo. Historia y futuro en el umbral del siglo XXI. In: Arriagada, I.(coord). **Familias y políticas públicas en América Latina**: una historia de desencuentros. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago de Chile, 2007

_____. **Sexo e Poder**: A Família no Mundo, 1900-2000. São Paulo, Contexto, 2006.

UHLENBERG, P. Cohort variations in Family life cycle experiences of US females. **Journal of Marriage and the Family**. Mai., 1974, pp. 284-292

VAND DE KAA, D.J. The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. Paper 6th Welfare Policy Seminar, National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Jan. 2002.

VERZA, F. **Monoparentalidade feminina e gênero**: uma abordagem sistêmica sob a ótica de mulheres chefes de família e de terapeutas familiares. Tese – Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

VIEIRA, J.M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 27-48, jan./jun. 2008

WAITE, L. J. Marriage and Family. in D. Poston and M. Micklin, (Eds.) **Handbook of Population**. Kluwer Academic/Plenum. 2005. Pp.87-108

WAJNMAN, S. **Demografia da família e dos domicílios no Brasil**. Tese apresentada em concurso para Professor Titular da UFMG. 2012.

WOORTMANN K.; WOORTMANN, E.F. Monoparentalidade e Chefia Feminina: Conceitos, Contextos e Circunstâncias. Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto-MG. 4 de novembro de 2002.

ANEXOS

Tabela A.1: Proporção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais por nascimento fora de uma união, em relação ao total de mulheres, por idade simples, (P_i^{ms}) segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade <i>i</i>	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,52%	0,16%		0,51%	0,55%	0,44%		0,54%	0,51%	0,29%		0,48%
16	1,19%	0,24%		1,08%	1,71%	0,63%		1,40%	1,58%	0,52%	0,31%	1,12%
17	2,09%	0,65%	0,65%	1,82%	3,14%	1,28%	1,67%	2,39%	3,04%	1,29%	0,45%	1,96%
18	3,32%	0,98%	0,29%	2,75%	4,12%	2,02%	0,88%	3,13%	4,24%	2,14%	0,44%	2,63%
19	3,85%	1,50%	0,59%	3,17%	5,18%	2,90%	0,71%	3,94%	5,03%	3,06%	0,94%	3,27%
20	4,71%	2,24%	0,98%	3,90%	5,30%	3,67%	1,19%	4,30%	4,93%	3,77%	1,03%	3,53%
21	5,05%	2,68%	0,99%	4,20%	5,38%	4,15%	1,51%	4,52%	5,29%	4,35%	1,60%	3,99%
22	5,05%	3,19%	1,20%	4,32%	5,19%	4,15%	1,63%	4,43%	5,30%	4,54%	1,60%	4,08%
23	5,05%	3,29%	1,47%	4,33%	4,95%	4,44%	1,96%	4,45%	4,85%	4,58%	2,04%	4,04%
24	4,94%	3,83%	1,27%	4,35%	4,52%	4,41%	1,86%	4,19%	4,53%	4,48%	2,12%	3,92%
25	4,59%	3,71%	1,80%	4,13%	4,21%	4,16%	2,18%	3,97%	4,46%	4,64%	2,63%	4,09%
26	4,42%	3,64%	1,39%	3,94%	3,79%	4,17%	2,00%	3,71%	4,29%	4,23%	2,42%	3,80%
27	4,31%	3,59%	1,88%	3,90%	3,54%	3,88%	2,25%	3,50%	3,93%	4,14%	2,52%	3,67%
28	3,85%	3,71%	1,69%	3,61%	3,20%	3,81%	1,86%	3,23%	3,48%	4,11%	2,54%	3,50%
29	3,52%	3,49%	1,89%	3,35%	2,90%	3,48%	1,94%	2,96%	3,48%	4,28%	2,89%	3,65%
30	3,48%	3,51%	2,05%	3,34%	2,64%	3,31%	1,77%	2,72%	3,55%	4,05%	2,69%	3,54%
31	3,33%	3,71%	2,15%	3,29%	2,51%	3,12%	1,98%	2,62%	3,29%	3,59%	2,73%	3,27%
32	3,17%	3,81%	2,20%	3,19%	2,45%	2,91%	1,75%	2,49%	3,23%	3,82%	2,33%	3,24%
33	2,98%	3,59%	1,88%	2,98%	2,13%	3,15%	2,30%	2,41%	3,06%	3,84%	2,34%	3,17%
34	2,75%	3,57%	2,33%	2,85%	2,16%	2,85%	1,74%	2,29%	2,95%	3,26%	2,45%	2,95%
35	2,77%	3,61%	2,09%	2,84%	1,96%	2,68%	1,97%	2,14%	2,81%	2,99%	2,35%	2,78%
36	2,64%	3,08%	2,16%	2,67%	1,93%	2,64%	1,80%	2,09%	2,58%	3,31%	2,33%	2,76%
37	2,37%	3,10%	2,05%	2,45%	1,75%	2,75%	2,00%	2,02%	2,44%	2,92%	2,15%	2,53%
38	2,42%	3,03%	2,14%	2,48%	1,69%	2,69%	1,90%	1,94%	2,35%	2,70%	2,16%	2,42%
39	2,21%	3,14%	1,98%	2,32%	1,62%	2,12%	1,79%	1,75%	2,43%	2,50%	1,98%	2,37%
40	2,15%	2,64%	2,13%	2,21%	1,39%	2,18%	1,62%	1,59%	2,11%	2,36%	1,86%	2,14%
41	1,97%	2,49%	1,96%	2,04%	1,32%	2,20%	1,55%	1,54%	1,93%	2,18%	1,73%	1,96%
42	1,87%	2,14%	2,28%	1,94%	1,13%	2,03%	1,83%	1,39%	1,85%	2,10%	1,55%	1,87%
43	1,60%	2,12%	1,67%	1,66%	1,30%	1,96%	1,85%	1,49%	1,49%	1,87%	1,53%	1,60%
44	1,51%	2,07%	1,96%	1,60%	1,03%	1,45%	1,40%	1,15%	1,64%	1,70%	1,41%	1,61%
45	1,36%	1,61%	1,86%	1,42%	0,90%	1,49%	1,54%	1,08%	1,40%	1,56%	1,17%	1,40%
46	1,44%	1,63%	1,80%	1,48%	0,81%	1,17%	1,31%	0,93%	1,22%	1,41%	1,38%	1,29%
47	1,19%	1,59%	1,39%	1,24%	0,77%	1,30%	1,17%	0,90%	1,15%	1,21%	1,09%	1,15%
48	1,15%	1,46%	1,66%	1,20%	0,68%	1,07%	1,25%	0,80%	1,14%	1,17%	1,29%	1,17%
49	1,03%	1,03%	1,85%	1,08%	0,62%	0,95%	0,97%	0,70%	0,97%	1,04%	1,09%	1,00%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.2: Proporção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais por dissolução de união, em relação ao total de mulheres, (P_i^{md}) por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade <i>i</i>	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,14%	0,00%	0,00%	0,13%	0,32%	0,09%	0,00%	0,31%	0,21%	0,04%	0,00%	0,19%
16	0,42%	0,10%	0,00%	0,38%	0,95%	0,17%	0,00%	0,72%	1,10%	0,25%	0,16%	0,73%
17	0,86%	0,22%	0,00%	0,73%	2,24%	0,37%	0,00%	1,48%	2,39%	0,64%	0,08%	1,32%
18	1,54%	0,45%	0,47%	1,28%	3,65%	0,79%	0,14%	2,31%	3,98%	1,22%	0,21%	2,03%
19	2,13%	0,69%	0,24%	1,71%	5,09%	1,31%	0,31%	3,16%	5,75%	2,29%	0,38%	3,02%
20	2,92%	1,03%	0,34%	2,31%	6,19%	2,03%	0,34%	4,00%	7,10%	3,25%	0,54%	3,86%
21	3,52%	1,52%	0,55%	2,84%	7,03%	2,87%	0,82%	4,78%	8,31%	4,73%	0,91%	4,92%
22	4,33%	2,25%	0,96%	3,59%	7,92%	3,55%	0,95%	5,57%	8,79%	5,53%	1,21%	5,52%
23	4,75%	2,64%	1,26%	3,96%	8,40%	4,40%	1,47%	6,24%	9,76%	6,23%	1,78%	6,26%
24	5,12%	3,12%	1,72%	4,33%	8,49%	5,03%	1,86%	6,59%	10,13%	7,20%	2,06%	6,87%
25	5,61%	3,88%	2,08%	4,88%	8,40%	5,62%	2,40%	6,84%	10,31%	8,03%	2,51%	7,44%
26	5,93%	4,54%	2,83%	5,30%	8,89%	6,09%	3,11%	7,38%	10,74%	8,43%	3,23%	7,93%
27	6,07%	4,89%	2,88%	5,47%	9,20%	6,85%	3,29%	7,84%	11,25%	8,82%	4,03%	8,49%
28	6,29%	5,22%	3,28%	5,77%	9,53%	7,05%	4,38%	8,24%	11,59%	9,63%	4,40%	9,03%
29	6,77%	5,89%	4,01%	6,29%	9,70%	8,19%	4,81%	8,72%	11,45%	9,66%	5,25%	9,27%
30	7,35%	6,61%	4,94%	6,96%	10,20%	8,60%	5,20%	9,23%	12,26%	10,34%	6,29%	10,16%
31	7,47%	7,19%	5,22%	7,19%	10,30%	9,34%	5,79%	9,55%	12,67%	11,18%	6,82%	10,79%
32	8,29%	8,16%	6,31%	8,06%	10,80%	9,92%	6,76%	10,13%	12,91%	11,66%	7,65%	11,33%
33	8,26%	8,27%	6,70%	8,10%	11,47%	10,57%	7,64%	10,81%	13,19%	12,09%	7,78%	11,66%
34	9,13%	9,02%	7,35%	8,93%	11,60%	10,99%	8,76%	11,12%	13,40%	12,41%	8,72%	12,12%
35	8,94%	9,76%	8,53%	9,04%	12,15%	11,42%	9,58%	11,66%	13,56%	12,52%	9,06%	12,34%
36	9,34%	10,12%	7,61%	9,30%	12,41%	12,58%	10,28%	12,20%	13,67%	12,89%	10,43%	12,80%
37	9,91%	9,65%	9,15%	9,79%	12,91%	12,74%	10,82%	12,63%	13,33%	13,35%	10,72%	12,84%
38	10,26%	10,66%	10,41%	10,34%	13,24%	13,06%	11,57%	13,00%	13,82%	12,93%	10,66%	12,97%
39	10,57%	10,70%	9,66%	10,50%	13,29%	13,22%	12,31%	13,16%	13,09%	13,30%	11,21%	12,80%
40	10,96%	11,04%	10,92%	10,97%	13,67%	14,01%	12,92%	13,66%	13,28%	13,28%	11,55%	12,98%
41	11,10%	10,04%	10,26%	10,89%	13,50%	13,61%	13,33%	13,50%	12,91%	12,46%	11,44%	12,53%
42	11,57%	11,45%	10,74%	11,48%	13,37%	13,96%	13,19%	13,47%	12,71%	12,25%	12,26%	12,50%
43	11,11%	10,52%	12,14%	11,14%	13,00%	12,95%	13,40%	13,04%	11,83%	12,40%	11,88%	11,99%
44	11,00%	10,35%	10,61%	10,90%	12,50%	12,90%	12,67%	12,60%	11,22%	11,52%	11,32%	11,31%
45	11,32%	9,10%	9,80%	11,00%	12,41%	11,93%	11,82%	12,26%	10,48%	10,79%	10,91%	10,63%
46	10,72%	9,07%	9,02%	10,45%	11,91%	11,25%	11,64%	11,77%	10,37%	10,01%	10,14%	10,24%
47	10,84%	8,42%	9,10%	10,52%	11,76%	11,07%	11,24%	11,59%	9,37%	8,74%	9,51%	9,25%
48	11,16%	8,33%	8,30%	10,77%	11,14%	10,16%	10,18%	10,89%	8,93%	7,96%	8,39%	8,62%
49	10,88%	6,46%	7,46%	10,35%	10,87%	8,93%	8,51%	10,35%	7,97%	7,28%	7,40%	7,72%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.3: Idade média do filho mais velho residente no domicílio das mulheres nunca unidas responsáveis por famílias monoparentais, por idade simples (\bar{A}_i), segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade i	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,95	0,50		0,94	0,79	0,78		0,79	0,53	0,66		0,54
16	1,05	0,98		1,05	1,02	0,88		1,00	0,84	0,71	0,86	0,82
17	1,26	0,98	0,50	1,24	1,26	1,17	0,50	1,24	1,27	1,08	1,03	1,20
18	1,57	1,35	0,95	1,55	1,63	1,46	1,64	1,58	1,59	1,42	1,61	1,52
19	1,84	1,58	2,55	1,81	2,01	1,74	1,86	1,92	2,07	1,71	1,86	1,90
20	2,30	1,92	2,23	2,24	2,37	2,16	1,98	2,29	2,54	2,14	2,05	2,31
21	2,70	2,23	2,96	2,63	2,77	2,43	2,54	2,64	3,07	2,67	2,55	2,82
22	3,19	2,87	2,86	3,13	3,26	2,84	2,77	3,10	3,76	3,13	2,91	3,37
23	3,64	3,07	3,14	3,52	3,75	3,26	2,74	3,53	4,50	3,68	3,24	3,94
24	4,19	3,47	3,47	4,02	4,39	3,72	3,52	4,11	5,07	4,23	4,03	4,52
25	4,83	3,93	4,44	4,62	4,87	4,14	3,46	4,54	5,78	5,03	4,40	5,20
26	5,27	4,34	4,02	5,02	5,43	4,68	3,94	5,08	6,39	5,33	4,81	5,65
27	5,74	4,94	4,72	5,52	6,03	5,05	4,93	5,62	7,06	6,16	5,13	6,32
28	6,22	5,45	4,52	5,97	6,40	5,46	5,28	6,01	7,95	6,88	6,52	7,19
29	7,05	6,00	4,97	6,69	7,05	5,72	4,85	6,44	8,56	7,43	6,52	7,66
30	7,64	6,32	5,55	7,23	7,85	6,49	5,52	7,24	9,29	8,05	7,01	8,36
31	8,41	6,41	5,66	7,78	8,27	7,20	6,17	7,75	10,29	8,67	7,61	9,14
32	9,18	7,04	5,85	8,45	8,89	7,71	6,54	8,35	10,83	9,18	8,04	9,72
33	9,45	7,45	6,27	8,81	9,81	8,00	7,04	8,90	11,45	10,00	8,61	10,41
34	10,08	8,28	6,28	9,35	9,90	8,40	6,99	9,18	11,93	10,42	8,59	10,81
35	10,69	8,86	7,46	10,07	10,40	8,93	7,67	9,64	12,31	11,12	9,15	11,37
36	10,90	8,62	7,00	10,16	10,81	9,09	8,90	10,09	12,76	11,45	10,04	11,83
37	11,98	9,09	8,24	11,10	11,25	10,14	7,90	10,50	13,43	12,05	10,08	12,40
38	12,06	10,18	8,57	11,43	11,73	10,48	7,78	10,88	13,82	12,06	10,36	12,65
39	13,34	10,51	9,13	12,48	12,41	10,28	9,58	11,49	14,35	12,82	10,21	13,24
40	12,91	11,69	8,48	12,35	12,72	11,43	9,34	11,95	14,79	12,76	10,88	13,57
41	13,90	10,42	9,37	12,98	13,36	11,65	9,04	12,31	14,64	13,98	11,95	14,02
42	14,73	10,28	11,55	13,85	13,57	11,60	11,12	12,64	15,24	13,38	12,52	14,28
43	15,03	11,35	10,93	14,18	14,05	12,10	10,83	13,08	15,08	14,64	12,34	14,50
44	15,24	12,90	10,14	14,45	14,31	12,63	12,71	13,69	16,27	14,85	12,93	15,39
45	15,72	12,72	10,91	14,95	14,21	12,58	11,36	13,35	16,58	14,80	13,29	15,60
46	15,69	11,16	11,44	14,88	15,13	12,59	12,47	14,16	17,31	16,12	12,74	16,17
47	16,48	14,05	13,03	15,98	15,25	13,75	12,10	14,45	17,47	15,54	14,33	16,49
48	17,56	12,38	10,89	16,54	15,37	15,52	12,74	14,96	17,39	16,35	15,42	16,79
49	17,01	15,74	13,08	16,56	15,49	14,81	12,34	14,93	18,12	15,63	15,40	17,07
D_{ms}	7,33	7,14	7,33	7,29	6,29	6,63	6,82	6,40	8,12	7,95	8,05	8,08

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.4: Tempo médio de duração do estado conjugal atual, das mulheres alguma vez unidas, responsáveis por famílias monoparentais, por idade simples (\bar{R}_i), segundo nível de instrução. Brasil, 1991.

Idade	Nível de Instrução			
	Fundamental	Médio	Superior	Total
15	0,81	0,50		0,81
16	0,86	1,87	0,50	0,90
17	0,98	0,85	0,50	0,98
18	1,19	1,36	0,50	1,21
19	1,19	1,06	0,50	1,17
20	1,48	1,42	1,65	1,48
21	1,57	1,53	1,34	1,56
22	1,91	1,59	1,10	1,83
23	2,01	1,82	2,09	1,98
24	2,34	2,15	1,94	2,29
25	2,67	2,32	2,64	2,59
26	2,87	2,42	2,43	2,74
27	3,02	2,62	2,30	2,88
28	3,20	3,16	2,32	3,13
29	3,62	3,27	2,84	3,47
30	3,68	3,55	3,00	3,59
31	4,24	3,56	3,38	4,00
32	4,40	3,91	3,21	4,17
33	4,57	4,15	3,85	4,41
34	4,84	4,52	3,83	4,68
35	5,19	5,05	4,53	5,09
36	5,34	5,21	4,48	5,23
37	5,56	5,82	4,81	5,52
38	5,80	5,19	5,46	5,66
39	5,80	5,87	5,33	5,76
40	6,13	5,95	5,37	6,02
41	6,45	6,22	5,33	6,31
42	6,57	6,37	5,64	6,45
43	6,68	6,07	6,50	6,59
44	6,90	6,70	6,24	6,82
45	6,97	7,15	6,22	6,93
46	7,17	8,01	6,62	7,21
47	7,30	6,48	6,99	7,21
48	7,44	7,50	7,41	7,44
49	7,81	6,60	8,69	7,78
<i>D_{md}</i> 1991	5,29	5,21	5,17	5,28
<i>D_{md}</i> 2000	4,95	5,12	5,20	5,05
<i>D_{md}</i> 2010	4,73	4,80	5,05	4,86

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.5: Idade média de entrada na monoparentalidade por nascimento fora de uma união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	14,05	14,50	15,00	14,06	14,21	14,22	15,00	14,21	14,47	14,34	15,00	14,46
16	14,95	15,02	16,00	14,95	14,98	15,12	16,00	15,00	15,16	15,29	15,14	15,18
17	15,74	16,02	16,50	15,76	15,74	15,83	16,50	15,76	15,73	15,92	15,97	15,80
18	16,43	16,65	17,05	16,45	16,37	16,54	16,36	16,42	16,41	16,58	16,39	16,48
19	17,16	17,42	16,45	17,19	16,99	17,26	17,14	17,08	16,93	17,29	17,14	17,10
20	17,70	18,08	17,77	17,76	17,63	17,84	18,02	17,71	17,46	17,86	17,95	17,69
21	18,30	18,77	18,04	18,37	18,23	18,57	18,46	18,36	17,93	18,33	18,45	18,18
22	18,81	19,13	19,14	18,87	18,74	19,16	19,23	18,90	18,24	18,87	19,09	18,63
23	19,36	19,93	19,86	19,48	19,25	19,74	20,26	19,47	18,50	19,32	19,76	19,06
24	19,81	20,53	20,53	19,98	19,61	20,28	20,48	19,89	18,93	19,77	19,97	19,48
25	20,17	21,07	20,56	20,38	20,13	20,86	21,54	20,46	19,22	19,97	20,60	19,80
26	20,73	21,66	21,98	20,98	20,57	21,32	22,06	20,92	19,61	20,67	21,19	20,35
27	21,26	22,06	22,28	21,48	20,97	21,95	22,07	21,38	19,94	20,84	21,87	20,68
28	21,78	22,55	23,48	22,03	21,60	22,54	22,72	21,99	20,05	21,12	21,48	20,81
29	21,95	23,00	24,03	22,31	21,95	23,28	24,15	22,56	20,44	21,57	22,48	21,34
30	22,36	23,68	24,45	22,77	22,15	23,51	24,48	22,76	20,71	21,95	22,99	21,64
31	22,59	24,59	25,34	23,22	22,73	23,80	24,83	23,25	20,71	22,33	23,39	21,86
32	22,82	24,96	26,15	23,55	23,11	24,29	25,46	23,65	21,17	22,82	23,96	22,28
33	23,55	25,55	26,73	24,19	23,19	25,00	25,96	24,10	21,55	23,00	24,39	22,59
34	23,92	25,72	27,72	24,65	24,10	25,60	27,01	24,82	22,07	23,58	25,41	23,19
35	24,31	26,14	27,54	24,93	24,60	26,07	27,33	25,36	22,69	23,88	25,85	23,63
36	25,10	27,38	29,00	25,84	25,19	26,91	27,10	25,91	23,24	24,55	25,96	24,17
37	25,02	27,91	28,76	25,90	25,75	26,86	29,10	26,50	23,57	24,95	26,92	24,60
38	25,94	27,82	29,43	26,57	26,27	27,52	30,22	27,12	24,18	25,94	27,64	25,35
39	25,66	28,49	29,87	26,52	26,59	28,72	29,42	27,51	24,65	26,18	28,79	25,76
40	27,09	28,31	31,52	27,65	27,28	28,57	30,66	28,05	25,21	27,24	29,12	26,43
41	27,10	30,58	31,63	28,02	27,64	29,35	31,96	28,69	26,36	27,02	29,05	26,98
42	27,27	31,72	30,45	28,15	28,43	30,40	30,88	29,36	26,76	28,62	29,48	27,72
43	27,97	31,65	32,07	28,82	28,95	30,90	32,17	29,92	27,92	28,36	30,66	28,50
44	28,76	31,10	33,86	29,55	29,69	31,37	31,29	30,31	27,73	29,15	31,07	28,61
45	29,28	32,28	34,09	30,05	30,79	32,42	33,64	31,65	28,42	30,20	31,71	29,40
46	30,31	34,84	34,56	31,12	30,87	33,41	33,53	31,84	28,69	29,88	33,26	29,83
47	30,52	32,95	33,97	31,02	31,75	33,25	34,90	32,55	29,53	31,46	32,67	30,51
48	30,44	35,62	37,11	31,46	32,63	32,48	35,26	33,04	30,61	31,65	32,58	31,21
49	31,99	33,26	35,92	32,44	33,51	34,19	36,66	34,07	30,88	33,37	33,60	31,93
Total	21,98	24,99	27,50	22,69	21,23	23,61	25,98	22,21	20,77	22,44	24,72	21,94

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.6: Idade média de entrada na monoparentalidade por dissolução de união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade <i>i</i>	Nível de Instrução			
	Fund.	Médio	Superior	Total
15	14,2			14,2
16	15,1	14,1		15,1
17	16,0	16,1		16,0
18	16,8	16,6	17,5	16,8
19	17,8	17,9	18,5	17,8
20	18,5	18,6	18,4	18,5
21	19,4	19,5	19,7	19,4
22	20,1	20,4	20,9	20,2
23	21,0	21,2	20,9	21,0
24	21,7	21,8	22,1	21,7
25	22,3	22,7	22,4	22,4
26	23,1	23,6	23,6	23,3
27	24,0	24,4	24,7	24,1
28	24,8	24,8	25,7	24,9
29	25,4	25,7	26,2	25,5
30	26,3	26,4	27,0	26,4
31	26,8	27,4	27,6	27,0
32	27,6	28,1	28,8	27,8
33	28,4	28,8	29,1	28,6
34	29,2	29,5	30,2	29,3
35	29,8	29,9	30,5	29,9
36	30,7	30,8	31,5	30,8
37	31,4	31,2	32,2	31,5
38	32,2	32,8	32,5	32,3
39	33,2	33,1	33,7	33,2
40	33,9	34,1	34,6	34,0
41	34,5	34,8	35,7	34,7
42	35,4	35,6	36,4	35,5
43	36,3	36,9	36,5	36,4
44	37,1	37,3	37,8	37,2
45	38,0	37,9	38,8	38,1
46	38,8	38,0	39,4	38,8
47	39,7	40,5	40,0	39,8
48	40,6	40,5	40,6	40,6
49	41,2	42,4	40,3	41,2
Média 1991	31,4	32,1	33,6	31,8
Média 2000	30,2	31,8	33,7	31,0
Média 2010	29,4	30,7	33,2	30,5

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.7: Percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade que já estiveram na condição de monoparental por nascimento fora de uma união, entre aquelas que fizeram a transição para a monoparentalidade por dissolução no ano anterior ($P_x^{ms,Emd}$), por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991.

Idade	Fundamental		Médio		Superior		Total	
	Suavizado	Observado	Suavizado	Observado	Suavizado	Observado	Suavizado	Observado
15	1,1%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%
16	3,3%	9,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	9,0%
17	4,9%	3,4%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	4,6%	3,2%
18	6,1%	1,9%	1,9%	3,5%	0,0%	0,0%	5,5%	2,0%
19	6,9%	8,0%	2,3%	5,1%	0,0%	0,0%	6,1%	7,6%
20	7,7%	5,9%	2,9%	9,8%	0,6%	0,0%	6,7%	6,4%
21	8,5%	10,8%	3,5%	0,6%	1,1%	0,0%	7,4%	9,1%
22	9,5%	10,6%	4,4%	5,0%	1,9%	10,9%	8,2%	9,2%
23	10,8%	11,4%	5,3%	4,7%	3,0%	0,0%	9,3%	9,6%
24	12,3%	10,1%	6,4%	2,4%	4,3%	0,0%	10,6%	8,0%
25	14,0%	13,3%	7,5%	9,7%	5,7%	11,5%	11,9%	12,3%
26	15,3%	12,9%	8,6%	11,6%	6,9%	12,5%	13,0%	12,5%
27	16,0%	16,1%	9,4%	7,2%	7,8%	2,2%	13,6%	12,4%
28	15,7%	16,9%	9,9%	4,8%	8,2%	1,7%	13,5%	13,0%
29	14,8%	16,6%	10,2%	12,5%	8,1%	8,7%	13,0%	14,8%
30	13,7%	13,3%	10,5%	8,5%	7,9%	6,9%	12,2%	11,5%
31	12,6%	13,2%	10,7%	12,3%	7,8%	6,2%	11,6%	12,1%
32	11,9%	11,2%	10,5%	6,0%	7,3%	10,0%	11,0%	9,8%
33	11,8%	13,9%	9,9%	8,5%	6,6%	6,8%	10,7%	11,9%
34	12,0%	10,5%	9,1%	15,5%	5,7%	5,5%	10,6%	10,8%
35	12,3%	13,8%	8,1%	8,1%	4,8%	8,7%	10,4%	11,9%
36	12,5%	14,4%	7,1%	8,4%	3,9%	1,4%	10,2%	11,4%
37	12,5%	11,4%	6,4%	4,0%	3,3%	4,6%	10,0%	9,3%
38	12,3%	12,5%	6,1%	4,5%	3,0%	0,7%	9,9%	9,2%
39	12,0%	9,3%	6,1%	8,8%	3,0%	2,7%	9,8%	8,5%
40	11,6%	10,9%	6,1%	10,9%	3,3%	7,8%	9,7%	10,4%
41	11,1%	9,0%	6,0%	6,8%	3,7%	2,5%	9,6%	7,9%
42	10,7%	15,4%	5,8%	7,7%	4,3%	2,5%	9,5%	12,7%
43	10,4%	8,8%	5,3%	2,4%	5,0%	7,3%	9,2%	7,9%
44	10,0%	9,6%	4,6%	0,0%	6,0%	2,2%	9,0%	8,1%
45	9,5%	12,4%	3,8%	4,7%	7,3%	25,3%	8,6%	12,9%
46	8,9%	10,0%	3,1%	0,0%	9,0%	8,0%	8,3%	9,0%
47	8,1%	6,5%	2,4%	0,0%	11,1%	15,1%	7,8%	6,5%
48	7,1%	4,4%	2,0%	8,5%	13,9%	6,2%	7,4%	4,8%
49	5,9%	6,3%	1,9%	0,0%	17,3%	4,0%	6,9%	5,7%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Nota: Suavizado a partir da abertura dos grupos quinquenais utilizando multiplicadores de *Beers* ordinário.

Tabela A.8: Taxas de entrada para a monoparentalidade por nascimento fora de uma união (E_x^{ms}), por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,0012	0,0003	0,0004	0,0011	0,0029	0,0008	0,0000	0,0027	0,0019	0,0014	0,0002	0,0016
16	0,0038	0,0006	0,0007	0,0033	0,0096	0,0013	0,0002	0,0068	0,0101	0,0023	0,0004	0,0060
17	0,0071	0,0014	0,0011	0,0060	0,0177	0,0028	0,0005	0,0115	0,0193	0,0047	0,0009	0,0103
18	0,0106	0,0029	0,0016	0,0087	0,0265	0,0055	0,0010	0,0166	0,0293	0,0090	0,0016	0,0150
19	0,0143	0,0049	0,0021	0,0115	0,0333	0,0091	0,0018	0,0210	0,0376	0,0146	0,0026	0,0194
20	0,0172	0,0070	0,0027	0,0139	0,0380	0,0131	0,0026	0,0247	0,0439	0,0209	0,0036	0,0239
21	0,0199	0,0091	0,0033	0,0163	0,0405	0,0167	0,0035	0,0273	0,0461	0,0265	0,0046	0,0268
22	0,0214	0,0110	0,0042	0,0178	0,0412	0,0196	0,0047	0,0290	0,0469	0,0307	0,0059	0,0288
23	0,0219	0,0125	0,0055	0,0186	0,0397	0,0213	0,0064	0,0293	0,0451	0,0326	0,0075	0,0293
24	0,0218	0,0137	0,0069	0,0189	0,0368	0,0220	0,0082	0,0288	0,0433	0,0326	0,0093	0,0296
25	0,0215	0,0148	0,0084	0,0191	0,0340	0,0225	0,0102	0,0278	0,0409	0,0320	0,0111	0,0294
26	0,0211	0,0158	0,0098	0,0190	0,0319	0,0229	0,0120	0,0272	0,0390	0,0315	0,0129	0,0292
27	0,0203	0,0167	0,0110	0,0187	0,0309	0,0232	0,0135	0,0268	0,0377	0,0309	0,0144	0,0290
28	0,0198	0,0172	0,0121	0,0184	0,0297	0,0234	0,0145	0,0263	0,0361	0,0304	0,0156	0,0285
29	0,0197	0,0176	0,0130	0,0185	0,0286	0,0234	0,0151	0,0257	0,0347	0,0298	0,0166	0,0281
30	0,0193	0,0177	0,0138	0,0184	0,0272	0,0231	0,0155	0,0250	0,0330	0,0288	0,0174	0,0276
31	0,0190	0,0178	0,0145	0,0185	0,0259	0,0228	0,0159	0,0242	0,0317	0,0276	0,0181	0,0272
32	0,0183	0,0178	0,0149	0,0181	0,0249	0,0224	0,0163	0,0236	0,0300	0,0265	0,0185	0,0264
33	0,0182	0,0177	0,0151	0,0181	0,0242	0,0221	0,0166	0,0231	0,0284	0,0256	0,0185	0,0256
34	0,0176	0,0177	0,0151	0,0175	0,0237	0,0220	0,0170	0,0227	0,0272	0,0247	0,0182	0,0246
35	0,0173	0,0176	0,0149	0,0172	0,0229	0,0217	0,0173	0,0221	0,0261	0,0239	0,0177	0,0238
36	0,0169	0,0174	0,0146	0,0168	0,0226	0,0214	0,0174	0,0218	0,0248	0,0229	0,0172	0,0230
37	0,0167	0,0170	0,0144	0,0166	0,0219	0,0209	0,0174	0,0214	0,0235	0,0218	0,0167	0,0221
38	0,0166	0,0165	0,0142	0,0165	0,0214	0,0204	0,0173	0,0209	0,0221	0,0207	0,0162	0,0211
39	0,0162	0,0159	0,0140	0,0162	0,0206	0,0197	0,0170	0,0204	0,0208	0,0196	0,0157	0,0200
40	0,0159	0,0152	0,0138	0,0157	0,0199	0,0190	0,0166	0,0197	0,0195	0,0183	0,0152	0,0189
41	0,0156	0,0144	0,0135	0,0154	0,0190	0,0182	0,0162	0,0189	0,0185	0,0171	0,0146	0,0178
42	0,0151	0,0136	0,0132	0,0148	0,0180	0,0173	0,0157	0,0178	0,0171	0,0158	0,0140	0,0166
43	0,0144	0,0126	0,0127	0,0141	0,0168	0,0161	0,0151	0,0166	0,0157	0,0145	0,0134	0,0153
44	0,0138	0,0116	0,0121	0,0134	0,0159	0,0148	0,0145	0,0155	0,0142	0,0132	0,0128	0,0140
45	0,0131	0,0105	0,0114	0,0125	0,0147	0,0134	0,0137	0,0143	0,0130	0,0119	0,0121	0,0127
46	0,0124	0,0094	0,0107	0,0119	0,0137	0,0120	0,0129	0,0133	0,0117	0,0105	0,0113	0,0114
47	0,0118	0,0083	0,0100	0,0114	0,0126	0,0107	0,0122	0,0124	0,0106	0,0091	0,0107	0,0103
48	0,0112	0,0071	0,0095	0,0109	0,0116	0,0093	0,0118	0,0114	0,0092	0,0076	0,0102	0,0091
49	0,0109	0,0060	0,0092	0,0107	0,0110	0,0079	0,0115	0,0108	0,0087	0,0060	0,0098	0,0086

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.9: Proporção de mulheres nunca unidas e sem filhos, em relação ao total de mulheres (P_x^s), por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	85,5%	89,8%	100,0%	85,6%	92,7%	97,2%	100,0%	92,9%	91,9%	94,8%	100,0%	92,3%
16	79,9%	89,9%	100,0%	81,1%	82,8%	95,8%	100,0%	86,6%	80,9%	93,2%	93,8%	86,3%
17	71,6%	87,0%	86,1%	74,5%	69,7%	92,0%	91,3%	78,7%	66,5%	87,6%	95,4%	79,4%
18	61,1%	83,2%	89,5%	66,5%	56,2%	86,4%	94,5%	70,3%	52,9%	77,7%	95,2%	71,5%
19	51,7%	77,5%	88,2%	59,3%	43,9%	78,7%	95,0%	62,0%	42,4%	66,5%	91,9%	63,8%
20	43,1%	70,1%	84,1%	51,9%	34,5%	70,1%	91,8%	53,8%	33,4%	55,9%	88,5%	56,0%
21	35,7%	62,4%	79,1%	45,1%	27,0%	61,6%	88,0%	46,6%	27,4%	47,0%	83,1%	49,5%
22	28,7%	53,8%	72,1%	37,9%	22,1%	53,6%	83,7%	40,3%	23,7%	40,0%	77,6%	43,9%
23	23,8%	46,7%	67,2%	32,9%	18,1%	46,9%	76,5%	34,6%	19,8%	33,5%	71,6%	38,5%
24	20,0%	39,8%	59,8%	28,3%	15,5%	40,3%	69,7%	29,9%	16,8%	28,7%	65,3%	33,9%
25	17,3%	35,5%	52,3%	24,8%	13,3%	35,2%	62,1%	25,7%	15,0%	25,3%	59,0%	30,1%
26	14,6%	30,1%	47,4%	21,5%	11,6%	31,1%	53,8%	22,3%	12,2%	22,0%	51,3%	25,9%
27	12,5%	27,1%	41,5%	18,8%	10,1%	27,3%	45,9%	19,2%	11,1%	19,3%	45,1%	22,8%
28	11,1%	23,8%	36,4%	16,4%	9,1%	24,3%	41,3%	17,0%	9,5%	17,1%	39,2%	19,9%
29	9,6%	21,0%	31,1%	14,3%	8,1%	20,9%	35,3%	14,9%	8,9%	15,0%	34,4%	17,4%
30	9,1%	19,6%	28,6%	13,2%	7,8%	18,9%	32,5%	13,5%	8,7%	14,2%	29,9%	15,7%
31	7,9%	16,9%	26,0%	11,5%	6,6%	16,6%	27,3%	11,6%	6,8%	11,5%	25,5%	12,8%
32	7,1%	15,3%	22,6%	10,2%	6,3%	15,6%	24,4%	10,7%	6,5%	10,9%	22,6%	11,5%
33	6,2%	14,1%	21,8%	9,2%	5,8%	13,8%	22,1%	9,7%	5,6%	9,9%	19,4%	10,0%
34	5,8%	12,9%	20,4%	8,6%	5,7%	12,9%	21,0%	9,2%	5,6%	9,4%	17,5%	9,3%
35	5,7%	11,9%	17,8%	8,0%	5,3%	11,9%	19,2%	8,6%	5,4%	9,1%	17,0%	8,9%
36	4,8%	11,9%	17,5%	7,2%	5,0%	11,2%	17,8%	8,0%	4,6%	8,4%	15,0%	7,8%
37	4,8%	11,0%	16,6%	6,9%	4,6%	10,3%	16,5%	7,3%	4,7%	8,0%	14,4%	7,5%
38	4,8%	11,0%	15,4%	6,7%	4,7%	9,8%	15,2%	7,1%	4,5%	7,8%	13,2%	7,1%
39	4,6%	9,9%	16,1%	6,4%	4,2%	9,1%	14,3%	6,5%	4,5%	8,0%	13,0%	7,1%
40	5,0%	10,5%	15,5%	6,6%	4,4%	9,2%	15,0%	6,6%	4,8%	7,8%	13,0%	7,1%
41	4,3%	10,5%	15,9%	6,1%	4,0%	8,8%	13,5%	6,2%	4,5%	7,4%	11,7%	6,6%
42	4,5%	9,4%	15,1%	6,0%	4,0%	8,3%	12,8%	5,8%	4,4%	7,2%	11,0%	6,3%
43	4,3%	9,8%	15,1%	5,7%	3,9%	8,1%	14,2%	5,9%	4,1%	7,2%	10,8%	6,0%
44	4,2%	9,3%	15,3%	5,5%	3,8%	8,2%	11,9%	5,6%	4,1%	6,7%	11,3%	6,0%
45	4,3%	11,0%	15,9%	5,8%	3,9%	7,8%	12,9%	5,6%	4,4%	7,2%	10,3%	6,1%
46	4,4%	9,3%	14,4%	5,5%	3,9%	8,2%	11,6%	5,5%	4,1%	6,5%	10,0%	5,7%
47	4,0%	10,2%	16,4%	5,3%	3,7%	8,5%	11,8%	5,4%	4,0%	6,0%	9,7%	5,4%
48	4,3%	8,9%	16,0%	5,3%	3,8%	8,3%	12,2%	5,4%	3,8%	6,4%	10,0%	5,4%
49	4,3%	9,9%	16,6%	5,3%	3,8%	8,2%	11,8%	5,2%	4,0%	6,7%	9,2%	5,4%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.10: Taxas de saída da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,1390	0,1129	0,1155	0,1426	0,1432	0,1178	0,2097	0,1469	0,1201	0,1078	0,0888	0,1182
16	0,1404	0,1140	0,1167	0,1436	0,1488	0,1256	0,2361	0,1504	0,1223	0,1090	0,0920	0,1233
17	0,1422	0,1155	0,1180	0,1447	0,1572	0,1352	0,2488	0,1575	0,1244	0,1113	0,0968	0,1257
18	0,1458	0,1184	0,1191	0,1474	0,1662	0,1423	0,2531	0,1650	0,1302	0,1136	0,0939	0,1296
19	0,1479	0,1202	0,1165	0,1487	0,1770	0,1476	0,2488	0,1742	0,1338	0,1189	0,0796	0,1347
20	0,1530	0,1243	0,1115	0,1530	0,1819	0,1503	0,2347	0,1786	0,1383	0,1229	0,0612	0,1387
21	0,1547	0,1257	0,1081	0,1542	0,1861	0,1538	0,2150	0,1822	0,1440	0,1253	0,0466	0,1454
22	0,1559	0,1267	0,1040	0,1550	0,1870	0,1562	0,1976	0,1834	0,1493	0,1287	0,0381	0,1460
23	0,1557	0,1265	0,1003	0,1542	0,1850	0,1583	0,1809	0,1825	0,1445	0,1261	0,0391	0,1393
24	0,1536	0,1247	0,0969	0,1514	0,1829	0,1613	0,1673	0,1816	0,1304	0,1190	0,0471	0,1274
25	0,1489	0,1209	0,0925	0,1464	0,1756	0,1605	0,1585	0,1763	0,1128	0,1098	0,0564	0,1126
26	0,1405	0,1141	0,0873	0,1374	0,1598	0,1590	0,1496	0,1654	0,0970	0,1010	0,0634	0,0986
27	0,1312	0,1066	0,0834	0,1281	0,1452	0,1532	0,1424	0,1538	0,0836	0,0935	0,0694	0,0876
28	0,1219	0,0990	0,0816	0,1192	0,1337	0,1420	0,1348	0,1423	0,0749	0,0883	0,0735	0,0814
29	0,1127	0,0916	0,0812	0,1101	0,1249	0,1272	0,1246	0,1308	0,0699	0,0852	0,0761	0,0790
30	0,1028	0,0835	0,0812	0,1009	0,1156	0,1106	0,1145	0,1185	0,0651	0,0820	0,0787	0,0772
31	0,0927	0,0798	0,0806	0,0925	0,1056	0,0954	0,1062	0,1065	0,0596	0,0784	0,0816	0,0747
32	0,0847	0,0769	0,0800	0,0859	0,0978	0,0839	0,0985	0,0972	0,0564	0,0763	0,0837	0,0731
33	0,0794	0,0759	0,0792	0,0818	0,0930	0,0778	0,0918	0,0917	0,0560	0,0758	0,0849	0,0722
34	0,0764	0,0767	0,0782	0,0797	0,0907	0,0759	0,0859	0,0891	0,0578	0,0767	0,0853	0,0719
35	0,0741	0,0762	0,0770	0,0778	0,0892	0,0751	0,0805	0,0873	0,0605	0,0783	0,0851	0,0721
36	0,0721	0,0775	0,0756	0,0764	0,0882	0,0743	0,0757	0,0859	0,0634	0,0800	0,0846	0,0727
37	0,0712	0,0782	0,0739	0,0757	0,0886	0,0750	0,0717	0,0859	0,0669	0,0816	0,0841	0,0741
38	0,0715	0,0786	0,0718	0,0757	0,0903	0,0774	0,0685	0,0874	0,0708	0,0827	0,0838	0,0762
39	0,0728	0,0800	0,0691	0,0766	0,0932	0,0811	0,0662	0,0898	0,0749	0,0835	0,0834	0,0787
40	0,0748	0,0822	0,0679	0,0783	0,0969	0,0859	0,0644	0,0934	0,0795	0,0845	0,0829	0,0816
41	0,0772	0,0848	0,0661	0,0803	0,1007	0,0911	0,0634	0,0966	0,0839	0,0859	0,0817	0,0843
42	0,0794	0,0872	0,0644	0,0821	0,1038	0,0958	0,0643	0,1004	0,0867	0,0877	0,0791	0,0856
43	0,0812	0,0892	0,0632	0,0835	0,1056	0,0998	0,0674	0,1026	0,0872	0,0900	0,0750	0,0852
44	0,0827	0,0909	0,0595	0,0846	0,1065	0,1030	0,0722	0,1048	0,0860	0,0926	0,0695	0,0834
45	0,0830	0,0912	0,0543	0,0843	0,1056	0,1044	0,0762	0,1051	0,0831	0,0938	0,0635	0,0802
46	0,0832	0,0914	0,0512	0,0842	0,1046	0,1057	0,0798	0,1052	0,0803	0,0945	0,0574	0,0771
47	0,0856	0,0941	0,0491	0,0864	0,1064	0,1102	0,0858	0,1083	0,0794	0,0979	0,0517	0,0756
48	0,0912	0,1002	0,0456	0,0914	0,1121	0,1193	0,0950	0,1154	0,0814	0,1049	0,0466	0,0764
49	0,0981	0,1078	0,0391	0,0971	0,1196	0,1304	0,1054	0,1242	0,0849	0,1135	0,0419	0,0786

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.11: Razões de sobrevivência entre as idades x e $x+1$ (${}_1L_x^{ms}/{}_1L_{x+1}^{ms}$) da monoparentalidade por nascimento fora de uma união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,8695	0,8927	0,8903	0,8665	0,8641	0,8855	0,8006	0,8617	0,8858	0,8972	0,9136	0,8863
16	0,8681	0,8915	0,8892	0,8656	0,8582	0,8779	0,7844	0,8573	0,8839	0,8957	0,9100	0,8829
17	0,8658	0,8896	0,8881	0,8639	0,8507	0,8705	0,7772	0,8510	0,8805	0,8936	0,9089	0,8801
18	0,8633	0,8875	0,8887	0,8622	0,8424	0,8650	0,7768	0,8440	0,8763	0,8903	0,9166	0,8762
19	0,8602	0,8849	0,8920	0,8599	0,8355	0,8614	0,7837	0,8380	0,8727	0,8861	0,9317	0,8722
20	0,8572	0,8824	0,8958	0,8574	0,8317	0,8588	0,7970	0,8346	0,8683	0,8832	0,9473	0,8676
21	0,8559	0,8814	0,8992	0,8565	0,8294	0,8562	0,8123	0,8326	0,8636	0,8807	0,9584	0,8642
22	0,8554	0,8809	0,9027	0,8564	0,8297	0,8543	0,8265	0,8324	0,8630	0,8802	0,9621	0,8666
23	0,8564	0,8818	0,9059	0,8579	0,8315	0,8521	0,8394	0,8331	0,8709	0,8844	0,9579	0,8746
24	0,8593	0,8842	0,9095	0,8612	0,8352	0,8511	0,8491	0,8355	0,8849	0,8916	0,9497	0,8864
25	0,8648	0,8888	0,9139	0,8672	0,8447	0,8520	0,8566	0,8422	0,9000	0,8997	0,9419	0,8993
26	0,8725	0,8952	0,9181	0,8752	0,8578	0,8550	0,8637	0,8518	0,9133	0,9071	0,9358	0,9108
27	0,8807	0,9020	0,9207	0,8833	0,8693	0,8622	0,8701	0,8618	0,9236	0,9130	0,9311	0,9188
28	0,8889	0,9089	0,9218	0,8914	0,8783	0,8735	0,8779	0,8718	0,9300	0,9168	0,9279	0,9228
29	0,8975	0,9160	0,9220	0,8996	0,8864	0,8873	0,8869	0,8823	0,9346	0,9197	0,9255	0,9248
30	0,9066	0,9215	0,9222	0,9076	0,8950	0,9017	0,8952	0,8932	0,9395	0,9228	0,9230	0,9267
31	0,9149	0,9246	0,9228	0,9145	0,9030	0,9139	0,9024	0,9029	0,9436	0,9255	0,9207	0,9287
32	0,9211	0,9264	0,9234	0,9194	0,9088	0,9222	0,9090	0,9097	0,9453	0,9267	0,9191	0,9299
33	0,9249	0,9265	0,9243	0,9223	0,9121	0,9260	0,9148	0,9135	0,9447	0,9266	0,9183	0,9305
34	0,9274	0,9264	0,9253	0,9242	0,9139	0,9272	0,9200	0,9155	0,9426	0,9254	0,9183	0,9305
35	0,9294	0,9260	0,9265	0,9257	0,9150	0,9280	0,9247	0,9170	0,9399	0,9239	0,9186	0,9301
36	0,9308	0,9251	0,9279	0,9267	0,9154	0,9280	0,9288	0,9176	0,9369	0,9224	0,9191	0,9292
37	0,9311	0,9246	0,9297	0,9270	0,9144	0,9266	0,9322	0,9170	0,9335	0,9211	0,9194	0,9276
38	0,9304	0,9238	0,9319	0,9266	0,9123	0,9238	0,9348	0,9152	0,9298	0,9202	0,9198	0,9255
39	0,9289	0,9221	0,9337	0,9255	0,9094	0,9200	0,9367	0,9125	0,9257	0,9194	0,9202	0,9230
40	0,9268	0,9199	0,9351	0,9238	0,9059	0,9154	0,9381	0,9094	0,9216	0,9183	0,9209	0,9204
41	0,9247	0,9176	0,9368	0,9220	0,9028	0,9108	0,9381	0,9062	0,9182	0,9169	0,9227	0,9185
42	0,9229	0,9155	0,9382	0,9205	0,9005	0,9068	0,9363	0,9035	0,9167	0,9150	0,9257	0,9181
43	0,9213	0,9139	0,9404	0,9193	0,8993	0,9036	0,9326	0,9015	0,9170	0,9128	0,9302	0,9191
44	0,9205	0,9129	0,9446	0,9189	0,8993	0,9014	0,9285	0,9003	0,9188	0,9110	0,9356	0,9214
45	0,9203	0,9127	0,9485	0,9191	0,9001	0,9003	0,9250	0,9001	0,9214	0,9101	0,9412	0,9243
46	0,9191	0,9114	0,9510	0,9182	0,8998	0,8977	0,9206	0,8987	0,9232	0,9083	0,9468	0,9265
47	0,9155	0,9075	0,9537	0,9150	0,8965	0,8917	0,9137	0,8943	0,9227	0,9036	0,9520	0,9268
48	0,9098	0,9013	0,9585	0,9101	0,8907	0,8828	0,9048	0,8872	0,9202	0,8966	0,9567	0,9254

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.12: Taxas de entrada para a monoparentalidade por dissolução de união (E_x^{md}), por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,0763			0,0749	0,1420			0,1409	0,1187	0,1549		0,1095
16	0,0902			0,0876	0,1645			0,1532	0,1817	0,1706		0,1615
17	0,0774	0,0720		0,0763	0,1443	0,1210		0,1399	0,1606	0,1585		0,1580
18	0,0667	0,0748		0,0668	0,1286	0,1261		0,1276	0,1460	0,1413		0,1452
19	0,0595	0,0741	0,1075	0,0606	0,1150	0,1185	0,1364	0,1159	0,1383	0,1322	0,1865	0,1356
20	0,0534	0,0633	0,0730	0,0546	0,1018	0,1097	0,0940	0,1024	0,1303	0,1265	0,1604	0,1275
21	0,0508	0,0562	0,0630	0,0519	0,0913	0,1028	0,0948	0,0931	0,1148	0,1223	0,1189	0,1158
22	0,0461	0,0486	0,0434	0,0467	0,0833	0,0916	0,0891	0,0843	0,1055	0,1156	0,1039	0,1061
23	0,0419	0,0436	0,0449	0,0428	0,0731	0,0829	0,0765	0,0747	0,0930	0,1028	0,0933	0,0938
24	0,0381	0,0395	0,0390	0,0391	0,0633	0,0705	0,0735	0,0656	0,0822	0,0904	0,0908	0,0845
25	0,0351	0,0372	0,0412	0,0364	0,0552	0,0625	0,0702	0,0579	0,0738	0,0804	0,0863	0,0767
26	0,0327	0,0352	0,0363	0,0339	0,0496	0,0571	0,0639	0,0525	0,0658	0,0718	0,0768	0,0688
27	0,0300	0,0338	0,0335	0,0312	0,0466	0,0525	0,0547	0,0486	0,0615	0,0648	0,0689	0,0631
28	0,0283	0,0319	0,0322	0,0290	0,0437	0,0483	0,0514	0,0454	0,0566	0,0600	0,0608	0,0579
29	0,0273	0,0301	0,0296	0,0280	0,0408	0,0453	0,0437	0,0424	0,0532	0,0556	0,0564	0,0539
30	0,0266	0,0298	0,0287	0,0274	0,0385	0,0422	0,0397	0,0397	0,0511	0,0527	0,0504	0,0511
31	0,0255	0,0285	0,0280	0,0265	0,0358	0,0390	0,0365	0,0369	0,0471	0,0472	0,0465	0,0472
32	0,0245	0,0279	0,0267	0,0255	0,0343	0,0373	0,0335	0,0354	0,0445	0,0448	0,0422	0,0445
33	0,0238	0,0266	0,0262	0,0248	0,0331	0,0358	0,0332	0,0342	0,0414	0,0421	0,0381	0,0415
34	0,0230	0,0263	0,0256	0,0241	0,0325	0,0350	0,0319	0,0332	0,0401	0,0397	0,0354	0,0392
35	0,0226	0,0262	0,0242	0,0234	0,0316	0,0339	0,0311	0,0324	0,0389	0,0386	0,0340	0,0381
36	0,0220	0,0256	0,0233	0,0227	0,0312	0,0334	0,0307	0,0319	0,0364	0,0368	0,0316	0,0361
37	0,0219	0,0248	0,0229	0,0225	0,0307	0,0325	0,0297	0,0314	0,0353	0,0357	0,0302	0,0352
38	0,0221	0,0243	0,0224	0,0226	0,0306	0,0320	0,0295	0,0311	0,0343	0,0341	0,0289	0,0341
39	0,0220	0,0237	0,0223	0,0226	0,0302	0,0311	0,0289	0,0308	0,0335	0,0334	0,0283	0,0334
40	0,0224	0,0231	0,0227	0,0227	0,0305	0,0313	0,0295	0,0312	0,0343	0,0338	0,0281	0,0339
41	0,0223	0,0220	0,0221	0,0224	0,0301	0,0310	0,0291	0,0309	0,0335	0,0326	0,0274	0,0330
42	0,0225	0,0217	0,0220	0,0224	0,0299	0,0310	0,0288	0,0304	0,0334	0,0324	0,0281	0,0330
43	0,0220	0,0211	0,0231	0,0220	0,0293	0,0303	0,0297	0,0297	0,0323	0,0314	0,0275	0,0319
44	0,0220	0,0202	0,0226	0,0217	0,0291	0,0296	0,0278	0,0290	0,0326	0,0315	0,0281	0,0322
45	0,0221	0,0203	0,0229	0,0217	0,0292	0,0289	0,0297	0,0291	0,0329	0,0322	0,0287	0,0323
46	0,0219	0,0183	0,0227	0,0215	0,0287	0,0281	0,0291	0,0287	0,0318	0,0304	0,0296	0,0314
47	0,0218	0,0190	0,0233	0,0218	0,0288	0,0278	0,0310	0,0291	0,0324	0,0300	0,0307	0,0318
48	0,0223	0,0180	0,0248	0,0224	0,0278	0,0279	0,0342	0,0287	0,0312	0,0301	0,0346	0,0318
49	0,0236	0,0175	0,0279	0,0240	0,0290	0,0258	0,0378	0,0299	0,0337	0,0278	0,0389	0,0346

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.13: Proporção de mulheres unidas e com filho(s) corresidente menor de 18 anos, em relação ao total de mulheres (P_x^b), por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade <i>x</i>	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	1,6%	0,6%		1,5%	2,0%	0,6%		1,9%	1,6%	0,9%		1,5%
16	4,2%	0,8%		3,8%	5,8%	1,1%		4,4%	5,6%	1,4%	0,3%	3,7%
17	9,2%	2,0%	2,0%	7,8%	12,3%	2,3%	1,8%	8,2%	12,0%	2,9%	0,6%	6,5%
18	16,0%	3,9%	0,5%	13,0%	20,6%	4,4%	1,6%	13,0%	20,0%	6,4%	0,7%	10,3%
19	24,0%	6,6%	2,0%	19,0%	29,0%	7,7%	1,3%	18,1%	27,2%	11,1%	1,4%	14,3%
20	32,1%	11,1%	3,7%	25,4%	37,3%	11,9%	2,8%	24,1%	33,7%	16,5%	2,2%	18,8%
21	39,1%	16,2%	5,3%	31,3%	44,4%	16,3%	3,7%	29,3%	40,2%	21,7%	3,9%	23,1%
22	46,5%	22,6%	9,8%	38,1%	49,5%	21,4%	5,3%	34,4%	44,4%	26,5%	5,6%	27,2%
23	52,4%	28,6%	12,2%	43,4%	54,3%	25,7%	8,3%	39,2%	48,5%	31,7%	8,0%	31,2%
24	57,2%	34,6%	17,8%	48,2%	58,1%	31,2%	11,2%	43,8%	52,7%	36,0%	10,2%	35,1%
25	61,2%	39,8%	20,4%	52,5%	61,5%	35,9%	14,5%	48,1%	55,4%	39,8%	12,9%	38,4%
26	64,4%	45,0%	27,0%	56,2%	64,3%	40,2%	18,9%	51,8%	59,3%	43,9%	16,8%	42,4%
27	67,7%	49,3%	33,0%	59,9%	66,4%	44,2%	24,8%	55,1%	61,4%	47,8%	20,9%	45,9%
28	70,2%	54,0%	37,6%	63,5%	68,0%	48,4%	28,2%	58,0%	63,7%	50,6%	25,7%	49,1%
29	72,0%	58,4%	43,8%	66,1%	70,1%	51,6%	34,6%	60,8%	65,1%	53,5%	29,4%	52,1%
30	72,5%	59,4%	48,0%	67,4%	70,5%	54,8%	39,1%	62,9%	64,6%	54,7%	34,5%	53,9%
31	74,6%	62,5%	51,6%	69,9%	72,3%	58,3%	43,6%	65,4%	67,4%	58,5%	39,0%	57,6%
32	74,8%	63,7%	55,9%	70,7%	72,5%	60,1%	48,6%	66,6%	67,4%	59,1%	43,9%	59,4%
33	76,4%	66,7%	57,7%	72,8%	73,0%	61,8%	50,1%	67,6%	68,6%	60,7%	48,5%	61,7%
34	76,3%	67,3%	58,8%	72,8%	73,0%	62,7%	53,4%	68,2%	67,9%	62,3%	51,4%	62,7%
35	76,7%	67,1%	61,4%	73,6%	72,5%	64,2%	55,6%	68,4%	67,0%	61,7%	52,1%	62,4%
36	76,9%	67,7%	62,9%	74,0%	72,4%	64,0%	56,7%	68,5%	67,9%	62,2%	54,4%	63,5%
37	76,2%	68,5%	63,0%	73,7%	71,5%	64,4%	58,8%	68,4%	66,6%	61,2%	55,2%	62,8%
38	74,9%	68,0%	63,5%	72,7%	70,1%	63,5%	58,7%	67,2%	64,4%	60,7%	55,9%	61,7%
39	73,6%	67,1%	63,1%	71,8%	68,4%	63,4%	58,9%	66,1%	62,1%	58,5%	55,6%	59,8%
40	70,8%	65,7%	60,9%	69,3%	65,2%	60,7%	56,4%	63,2%	56,9%	54,2%	54,1%	55,7%
41	70,1%	65,5%	61,2%	68,7%	63,1%	58,8%	55,8%	61,3%	55,1%	52,5%	53,5%	54,1%
42	67,0%	62,4%	59,8%	65,8%	60,2%	55,7%	54,6%	58,7%	51,2%	48,9%	50,0%	50,4%
43	65,6%	59,6%	55,0%	64,1%	57,4%	53,2%	51,1%	55,8%	48,6%	46,2%	48,9%	48,0%
44	63,0%	57,1%	53,5%	61,7%	54,5%	50,0%	52,1%	53,4%	43,6%	41,9%	45,5%	43,5%
45	59,1%	51,7%	49,7%	57,7%	50,4%	46,4%	46,2%	49,2%	39,6%	36,9%	42,1%	39,3%
46	56,6%	51,1%	47,0%	55,4%	47,8%	42,8%	44,2%	46,5%	36,8%	34,6%	38,3%	36,5%
47	53,9%	43,6%	42,9%	52,3%	43,9%	38,3%	39,4%	42,5%	32,7%	30,4%	34,9%	32,5%
48	49,9%	39,7%	38,4%	48,5%	41,6%	33,3%	34,4%	39,6%	29,5%	25,2%	29,6%	28,5%
49	46,3%	34,4%	32,9%	44,7%	38,1%	30,6%	30,4%	36,2%	25,9%	21,7%	25,2%	24,8%

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.14: Taxas de saída da monoparentalidade por dissolução de união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,3235	0,2488	0,2616	0,3099	0,3802	0,2883	0,1986	0,3625	0,3822	0,3170	0,3054	0,3367
16	0,3310	0,2561	0,2689	0,3196	0,3899	0,2952	0,2052	0,3697	0,3931	0,3315	0,3200	0,3443
17	0,3439	0,2632	0,2843	0,3271	0,4036	0,3004	0,2067	0,3777	0,4044	0,3397	0,3310	0,3489
18	0,3533	0,2655	0,2894	0,3393	0,4131	0,3096	0,2101	0,3922	0,4188	0,3516	0,3422	0,3565
19	0,3598	0,2702	0,2865	0,3552	0,4258	0,3220	0,2185	0,3998	0,4305	0,3632	0,3224	0,3668
20	0,3631	0,2751	0,2778	0,3659	0,4379	0,3302	0,2279	0,4115	0,4392	0,3764	0,2929	0,3719
21	0,3708	0,2876	0,2719	0,3691	0,4507	0,3390	0,2343	0,4147	0,4340	0,3813	0,2699	0,3782
22	0,3701	0,2928	0,2629	0,3650	0,4535	0,3402	0,2460	0,4098	0,4243	0,3864	0,2517	0,3760
23	0,3611	0,2899	0,2525	0,3541	0,4398	0,3336	0,2512	0,3975	0,4062	0,3811	0,2440	0,3653
24	0,3454	0,2805	0,2409	0,3379	0,4135	0,3209	0,2506	0,3792	0,3839	0,3610	0,2435	0,3480
25	0,3249	0,2678	0,2265	0,3170	0,3666	0,3042	0,2481	0,3492	0,3550	0,3343	0,2424	0,3258
26	0,3026	0,2539	0,2100	0,2887	0,3217	0,2856	0,2433	0,3179	0,3260	0,3085	0,2362	0,3021
27	0,2760	0,2388	0,1948	0,2626	0,2929	0,2661	0,2329	0,2881	0,3005	0,2845	0,2280	0,2801
28	0,2531	0,2236	0,1823	0,2406	0,2701	0,2471	0,2161	0,2619	0,2820	0,2657	0,2169	0,2622
29	0,2333	0,2088	0,1720	0,2219	0,2472	0,2288	0,1950	0,2386	0,2689	0,2509	0,2040	0,2476
30	0,2138	0,1853	0,1624	0,2037	0,2248	0,2014	0,1682	0,2157	0,2462	0,2264	0,1873	0,2284
31	0,1942	0,1633	0,1498	0,1854	0,1981	0,1757	0,1436	0,1893	0,2276	0,2018	0,1720	0,2092
32	0,1769	0,1462	0,1382	0,1696	0,1837	0,1549	0,1238	0,1709	0,2070	0,1814	0,1576	0,1931
33	0,1623	0,1350	0,1277	0,1565	0,1737	0,1398	0,1108	0,1602	0,1894	0,1694	0,1444	0,1805
34	0,1500	0,1339	0,1185	0,1458	0,1672	0,1351	0,1030	0,1527	0,1822	0,1643	0,1326	0,1708
35	0,1417	0,1343	0,1097	0,1392	0,1555	0,1314	0,0967	0,1464	0,1761	0,1605	0,1215	0,1627
36	0,1342	0,1346	0,1028	0,1333	0,1448	0,1281	0,0910	0,1408	0,1709	0,1569	0,1120	0,1590
37	0,1291	0,1350	0,0999	0,1293	0,1422	0,1266	0,0888	0,1373	0,1669	0,1543	0,1061	0,1565
38	0,1266	0,1351	0,0996	0,1274	0,1439	0,1271	0,0903	0,1359	0,1641	0,1525	0,1044	0,1550
39	0,1262	0,1350	0,0994	0,1272	0,1434	0,1289	0,0945	0,1362	0,1625	0,1513	0,1058	0,1545
40	0,1241	0,1354	0,1000	0,1251	0,1439	0,1349	0,1001	0,1378	0,1652	0,1509	0,1110	0,1548
41	0,1246	0,1367	0,1074	0,1258	0,1449	0,1412	0,1057	0,1430	0,1686	0,1509	0,1166	0,1562
42	0,1237	0,1385	0,1191	0,1254	0,1452	0,1431	0,1164	0,1449	0,1693	0,1522	0,1229	0,1587
43	0,1233	0,1411	0,1316	0,1260	0,1444	0,1464	0,1235	0,1460	0,1708	0,1538	0,1327	0,1624
44	0,1238	0,1441	0,1424	0,1279	0,1428	0,1480	0,1331	0,1466	0,1729	0,1599	0,1430	0,1671
45	0,1225	0,1451	0,1544	0,1280	0,1394	0,1509	0,1434	0,1452	0,1728	0,1679	0,1549	0,1694
46	0,1235	0,1455	0,1643	0,1304	0,1391	0,1535	0,1541	0,1438	0,1724	0,1720	0,1672	0,1712
47	0,1209	0,1498	0,1750	0,1296	0,1385	0,1593	0,1707	0,1427	0,1761	0,1794	0,1858	0,1777
48	0,1232	0,1594	0,1894	0,1344	0,1389	0,1667	0,1960	0,1427	0,1854	0,1923	0,2137	0,1905
49	0,1223	0,1711	0,2077	0,1359	0,1409	0,1732	0,2265	0,1439	0,1971	0,2082	0,2367	0,2058

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Tabela A.15: Razões de sobrevivência entre as idades x e $x+1$ (${}_1L_x^{md}/{}_1L_{x+1}^{md}$) da monoparentalidade por dissolução de união, por idade simples, segundo nível de instrução. Brasil, 1991, 2000 e 2010.

Idade x	1991				2000				2010			
	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total	Fund.	Médio	Superior	Total
15	0,7192	0,7762	0,7662	0,7286	0,6778	0,7458	0,8169	0,6910	0,6760	0,7219	0,7304	0,7095
16	0,7121	0,7705	0,7578	0,7221	0,6699	0,7411	0,8134	0,6856	0,6683	0,7131	0,7207	0,7049
17	0,7037	0,7666	0,7494	0,7152	0,6616	0,7359	0,8114	0,6782	0,6597	0,7060	0,7126	0,7007
18	0,6978	0,7640	0,7482	0,7051	0,6542	0,7280	0,8068	0,6700	0,6505	0,6975	0,7138	0,6944
19	0,6941	0,7603	0,7523	0,6952	0,6457	0,7201	0,7996	0,6635	0,6435	0,6888	0,7316	0,6886
20	0,6905	0,7541	0,7580	0,6898	0,6374	0,7139	0,7932	0,6578	0,6413	0,6818	0,7520	0,6846
21	0,6874	0,7469	0,7637	0,6896	0,6314	0,7098	0,7862	0,6578	0,6460	0,6783	0,7683	0,6826
22	0,6903	0,7456	0,7712	0,6946	0,6338	0,7113	0,7791	0,6633	0,6549	0,6777	0,7791	0,6866
23	0,6988	0,7499	0,7798	0,7040	0,6465	0,7180	0,7770	0,6736	0,6686	0,6857	0,7827	0,6962
24	0,7117	0,7582	0,7901	0,7173	0,6704	0,7287	0,7782	0,6899	0,6862	0,7021	0,7833	0,7103
25	0,7275	0,7685	0,8025	0,7353	0,7035	0,7420	0,7809	0,7122	0,7072	0,7215	0,7860	0,7272
26	0,7458	0,7799	0,8155	0,7563	0,7320	0,7565	0,7867	0,7351	0,7277	0,7404	0,7916	0,7447
27	0,7652	0,7920	0,8272	0,7754	0,7520	0,7716	0,7974	0,7568	0,7447	0,7572	0,7993	0,7603
28	0,7822	0,8042	0,8368	0,7918	0,7698	0,7865	0,8127	0,7764	0,7572	0,7705	0,8090	0,7732
29	0,7980	0,8197	0,8453	0,8069	0,7878	0,8046	0,8325	0,7949	0,7707	0,7856	0,8211	0,7864
30	0,8140	0,8389	0,8548	0,8220	0,8076	0,8267	0,8546	0,8150	0,7873	0,8055	0,8346	0,8019
31	0,8295	0,8558	0,8653	0,8364	0,8252	0,8466	0,8741	0,8341	0,8031	0,8243	0,8472	0,8165
32	0,8431	0,8683	0,8750	0,8488	0,8356	0,8623	0,8889	0,8467	0,8189	0,8383	0,8592	0,8287
33	0,8548	0,8740	0,8838	0,8591	0,8427	0,8713	0,8983	0,8546	0,8297	0,8458	0,8701	0,8382
34	0,8638	0,8743	0,8918	0,8668	0,8503	0,8750	0,9047	0,8607	0,8353	0,8497	0,8803	0,8458
35	0,8707	0,8740	0,8990	0,8723	0,8600	0,8780	0,9102	0,8659	0,8401	0,8529	0,8895	0,8510
36	0,8763	0,8737	0,9035	0,8767	0,8660	0,8802	0,9139	0,8699	0,8441	0,8555	0,8964	0,8537
37	0,8798	0,8735	0,9050	0,8793	0,8666	0,8807	0,9143	0,8721	0,8470	0,8575	0,9000	0,8555
38	0,8811	0,8735	0,9052	0,8803	0,8659	0,8798	0,9118	0,8726	0,8489	0,8588	0,9002	0,8564
39	0,8822	0,8734	0,9050	0,8813	0,8660	0,8764	0,9073	0,8718	0,8487	0,8595	0,8973	0,8565
40	0,8830	0,8727	0,9016	0,8819	0,8654	0,8711	0,9023	0,8690	0,8461	0,8597	0,8925	0,8558
41	0,8831	0,8713	0,8931	0,8818	0,8648	0,8674	0,8950	0,8658	0,8442	0,8592	0,8871	0,8541
42	0,8837	0,8694	0,8824	0,8817	0,8650	0,8651	0,8870	0,8645	0,8433	0,8579	0,8801	0,8515
43	0,8837	0,8670	0,8721	0,8807	0,8660	0,8629	0,8797	0,8637	0,8418	0,8548	0,8713	0,8480
44	0,8840	0,8652	0,8622	0,8797	0,8681	0,8610	0,8710	0,8640	0,8409	0,8488	0,8617	0,8449
45	0,8842	0,8646	0,8527	0,8787	0,8698	0,8586	0,8619	0,8652	0,8411	0,8435	0,8514	0,8431
46	0,8848	0,8626	0,8440	0,8779	0,8702	0,8551	0,8503	0,8663	0,8398	0,8388	0,8385	0,8398
47	0,8850	0,8568	0,8336	0,8763	0,8703	0,8496	0,8330	0,8668	0,8346	0,8304	0,8195	0,8319
48	0,8843	0,8478	0,8202	0,8735	0,8693	0,8436	0,8102	0,8663	0,8259	0,8186	0,7986	0,8203

Fonte: IPUMS; IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.